MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
2ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

CUIABÁ/MT
MARÇO/2011

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
2ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Relatório de Gestão do exercício 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 2546/2010).

CUIABÁ/MT
MARÇO/2011

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

AGS - Acompanhamento Gerencial de Serviço

AGU – Advocacia Geral da União

AI – Auto de Infração

ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações

CADA – Comissão de Análise de Defesa da Autuação

CGU – Controladoria-Geral da União

CIOP – Central de Informações Operacionais

COD – Comunicado de Ocorrências Diversas

CPD – Central de Processamento de Dados

CRLV – Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo

CSR – Comando de Saúde nas rodovias

DITEL – Divisão de Telemática

DN – Decisão Normativa

DPRF – Departamento de Polícia Rodoviária Federal

DRV – Documento de Recolhimento de Veículo

EDA – Enterprise Digital Assistant (Assistente digital corportativo)

FETRAN – Festival Temático para o Trânsito

IN – Instrução Normativa

IP – Internet Protocol (Protocolo de Internet)

JARI – Junta Administrativa de Recursos de Infrações

LCD – Liquid Crystal Display

MPLS – MultiProtocol Label Switching

NA – Não se aplica

NUAI – Núcleo de Assuntos Internos

NUCAP – Núcleo de Capacitação

NUCOM – Núcleo de Comunicação

NUINT – Núcleo de Inteligência

NUTEL – Núcleo de Telemática

PDA – Personal Digital Assistant (Assistente digital pessoal)

PORT – Portaria

RAM – Random Access Memory (Memória de acesso aleatório)

RENACH – Registro Nacional de Carteiras de Habilitação

RENAVAM – Registro Nacional de Veículos Auto Motores

RG – Relatório de gestão

RP – Registro de Preço

RRC – Recibo de Recolhimento de CRLV

SAF – Seção Administrativa e Financeira

SEJUSP/MT – Secretária de Estado de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso

SENASP – Secretária Nacional de Segurança Pública

SIASG – Sistemas de Administração de Serviços Gerais

SICAF – Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores

SISCOM – Sistema de Multas

SPF – Seção de Policiamento e Fiscalização

TCA - Termo Circunstanciado Administrativo

TCU – Tribunal de Contas da União

TI – Tecnologia da Informação

UCC – Unidade de Compra Centralizada

UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso

UJ – Unidade Jurisdicionada

UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo

VOIP – Voz sobre IP

VPN – Virtual Private Network (Rede privada virtual)

2ª SRPRF – Segunda Superintendência de Polícia Rodoviária Federal

3ª SPRF/MS – Terceira Superintendência de Polícia Rodoviária Federal de Mato Grosso do Sul

14ª SPRF/PB – Décima Quarta Superintendência de Polícia Rodoviária Federal da Paraíba

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS....3
ORGANOGRAMA FUNCIONAL DA 2ª SRPRF/MT....10
INTRODUÇÃO 11
A – PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010 – CONTEÚDO GERAL....12
QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL..12
2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010....13
2.1. Responsabilidades institucionais da 2ª SRPRF....13
2.1.1. Competência Institucional....13
2.1.2. Objetivos estratégicos....14
2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais....19
2.2.1. Análise do andamento do plano estratégico 19
2.2.2. Análise do plano de ação 21
2.3. Programas de Governo....21
2.3.1 – Execução dos programas de Governo....21
....21
QUADRO A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO 21
2.3.1.1 - Programa 1386 – Desenvolvimento Institucional da PRF....21
2.3.1.2 - Programa 0663 - Segurança Pública nas Rodovias Federais....22
2.3.1.3 - Programa 0750 - Apoio Administrativo 24
2.3.2. Execução física das ações realizadas....24
AÇÃO 8623 - REFORMA DE BASES OPERACIONAIS E UNIDADES DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL....26
AÇÃO: 200G - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE BASES OPERACIONAIS - NACIONAL 29
AÇÃO 8698 – MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 30
INVESTIMENTOS EM 2010....39
DA TELEFONIA....43
TELEFONIA FIXA....44
TELEFONIA MÓVEL....45
AÇÃO: 200C AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS ESPECIAIS E AERONAVES PARA POLICIAMENTO DA MALHA RODOVIÁRIA....50

AÇÃO 2B11 - MONITORAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO ELETRÔNICA DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL.....51

.....53

AÇÃO 2524 - CAPACITAÇÃO DO POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL.....53

AÇÃO 2723 - POLICIAMENTO OSTENSIVO NAS RODOVIAS E ESTRADAS FEDERAIS 54

AÇÃO 2816 - SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL.....65

AÇÃO 4290 - ATIVIDADES DE SAÚDE NAS RODOVIAS FEDERAIS.....67

AÇÃO 86A1 - PROCESSAMENTO, REMUNERAÇÃO DOS DEPARTAMENTOS ESTADUAIS DE TRÂNSITO E ARRECADAÇÃO DE MULTAS APLICADAS PELA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL.....68

AÇÃO 8692 - EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO PARA USUÁRIOS DAS RODOVIAS FEDERAIS.....73

AÇÃO 2720 - AÇÕES DE CARÁTER SIGILOSO NA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA 75

AÇÃO 2000 - ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE.....75

SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO.....80

.....81

2.4. Desempenho Orçamentário e Financeiro.....81

.....81

2.4.1. Programação Orçamentária da Despesa.....81

.....81

2.4.1.1 Programação de Despesas Correntes.....81

(Quadro A.2.4 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES); 81

.....81

2.4.1.2 Programação de Despesas de Capital.....81

(Quadro A.2.5 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL);.....81

2.4.1.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas.....81

(Quadro A.2.6 - RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS);.....81

QUADRO A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS.....81

Identificação da Unidade Orçamentária (UO) responsável pela programação das UJ.....81

QUADRO A.2.7 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA.....82

2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa.....82

2.4.2.1. Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ.....82

Identificação da Unidade Orçamentária (UO) responsável pela programação das UJ.....82

2.4.2.1.1 - Despesas por Modalidade de Contratação.....82

(Quadro A.2.8) 82

2.4.2.1.2 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....82

(Quadro A.2.9) 82

2.4.2.1.3 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....82

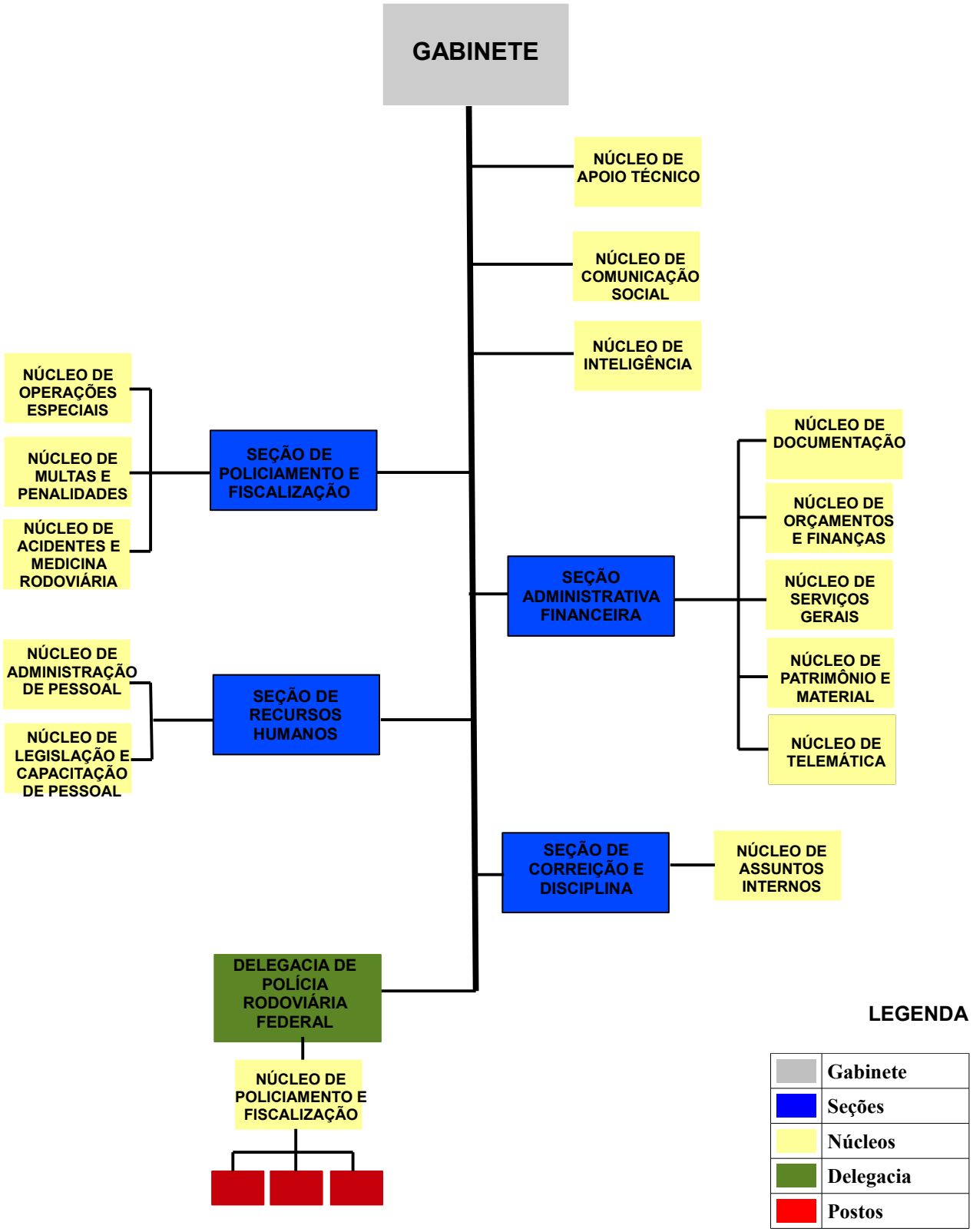
(Quadro A.2.10).....82

2.4.2.2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.....82

QUADRO A.2.11 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO....83
QUADRO A.2.12 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA 83
DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO....83
QUADRO A.2.13 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA 84
DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO....84
2.4.3. Indicadores Institucionais....84
2.4.3.1. Programa 0663....84
2.4.3.2. Programa 1386....85
2.4.3.3. Programa 0750....85
3. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos 85
4. Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores....86
4.1 Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores....86
4.2 Análise Crítica 86
5. Recursos Humanos da Unidade....86
5.1 Composição do quadro de Servidores Ativos 86
QUADRO A.5.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR 86
FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010....86
QUADRO A.5.2 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010....87
QUADRO A.5.3 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010....87
5.2. Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas....88
QUADRO A.5.4 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS....88
SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010....88
QUADRO A.5.5 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO....88
SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010....88
5.3. Composição do quadro de Estagiários....88
QUADRO A.5.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS....88
5.4. Quadro de custos de recursos humanos 89
QUADRO A.5.7 - QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS 89
NOS EXERCÍCIOS DE 2008, 2009 E 2010....89
5.5. Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra....89
QUADRO A.5.8 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA....89
QUADRO A.5.9 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA....90
QUADRO A.5.10 - DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL CONTRATADO MEDIANTE CONTRATO DE....91
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA....91
5.6. Indicadores gerenciais sobre recursos humanos....91
6. Transferências....111
6.1. Transferências efetuadas no exercício....111
7. Funcionamento do sistema de controle interno....111
7.1. Estrutura de controles internos da UJ....111
8. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis....113

QUADRO A.10.1 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....113
9. Gestão do patrimônio imobiliário.....114
9.1. Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial.....114
QUADRO A.11.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO.....114
QUADRO A.11.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIRO.....115
QUADRO A.11.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ.....115
10. Gestão de Tecnologia da Informação (TI).....116
QUADRO A.12.1 – GESTÃO DE TI 116
11. Renúncias Tributárias.....117
12. Deliberações dos Órgãos de Controle.....117
12.1. Deliberações do TCU atendidas no exercício.....117
ANEXO I.....119
B. PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010.....120
INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO.....120

ORGANOGRAMA FUNCIONAL DA 2ª SRPRF/MT



INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão 2010 está organizado e sistematizado de modo a que se possibilite a visualização das ações desenvolvidas pela 2ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no decorrer do exercício de 2010 e a aplicação dos recursos financeiros, orçamentários, patrimoniais e logísticos, repassados pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal, contemplados nos Programas de Governo: a) 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais; b) 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal; c) 0750 – Apoio Administrativo, no exercício de 2010.

A exposição circunstanciada está estruturada de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 2546/2010), além do Plano Plurianual (PPA), o Orçamento autorizado na LOA 2010 e os relatórios de atividades das diversas áreas da administração central e das Delegacias da 2ª SRPRF/MT, possibilitando uma perspectiva macro com acompanhamento setorizado, de sorte que a abordagem está centralizada na Gestão de Programas e Ações.

A Declaração referente ao item 7 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010, as Informações referentes aos itens 8, 13 e 17 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010, o item 1 da parte B, os itens 4 e 31 da parte C e os Quadros II.C.2, II.C.3, II.C.4 e II.C.5 constam no Anexo do presente Relatório de Gestão, visando seguir a numeração da Portaria TCU nº 277/2010.

Os itens da parte C, 14 da parte A, 2 a 4 da parte B, quadros II.C.1 e II.C.6 e Parte D do anexo II da DN TCU nº 107/2010 não se aplicam à natureza jurídica da UJ.

Desta forma, o presente documento fornecerá resultados que subsidiarão a tomada de decisões no que concerne à gestão no âmbito da 2ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, por meio do planejamento e operacionalização de políticas de segurança pública e assistência à saúde, a partir de critérios definidos de eficiência, eficácia e efetividade das ações desenvolvidas.

Tal instrumento, ainda possibilita a unidade encerrar o exercício enaltecendo sua missão institucional de preservar a vida e promover a paz pública com segurança cidadã como processo permanente de gestão, almejando ser referência como instituição de policiamento ostensivo e indutora de políticas públicas de valorização da vida, com reconhecimento internacional.

Para alcançarmos nossa missão, ratificamos nossos valores, que refletem o caráter duradouro da PRF e de seus colaboradores e são ancorados no projeto institucional. São eles: Honestidade; Lealdade; Ética; Equidade; Comprometimento; Urbanidade; Profissionalismo; Coragem e Orgulho de Pertencer. Para tanto, fomenta a cidadania e a integridade física e patrimonial dos usuários das rodovias federais que cortam o Estado de Mato Grosso através da prática da responsabilidade social, do desenvolvimento e da promoção de ações comprometidas com a segurança.

CLARINDO FERREIRA DA SILVA
Superintendente Regional da 2ª SRPRF/MT

A – PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010 – CONTEÚDO GERAL

QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça			**Código SIORG**: 316
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Segunda Superintendência de Polícia Rodoviária Federal			
Denominação abreviada: 2ª SRPRF			
Código SIORG: 002824	**Código LOA:** 30107	**Código SIAFI:** 200120	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão da administração direta			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública		**Código CNAE:** 8424-8/00	
Telefones/Fax de contato:	(065) 3928-3065	(065) 3928-3017	(065) 3928-3015
Endereço eletrônico: gab.mt@dprf.gov.br			
Página da Internet: http:// www.dprf.gov.br/PortalInternet/index.faces			
Endereço Postal: Rua Joaquim Murtinho, 1400. Bairro Centro-Sul. CEP.: 78020 – 290. Cuiabá/MT.			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Competência definida pela Constituição Federal (Art. 144), pela Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro), pelo Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995, publicado no Diário Oficial da União em 04/10/95.			
Outras normas infra legais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Regimento interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal que definiu no âmbito das respectivas circunscrições a competência das Superintendências Regionais de executar as atividades pertinentes ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal, constante do Anexo da Portaria nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicada no Diário Oficial da União de 06 de agosto de 2007.			

Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	**Nome**
200120	Segunda Superintendência de Polícia Rodoviária Federal
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	**Nome**
00001	Tesouro Nacional
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	**Código SIAFI da Gestão**
200120	00001

2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010

2.1. Responsabilidades institucionais da 2ª SRPRF

2.1.1. Competência Institucional

A Portaria/MJ nº 1.375, de 2 de agosto de 2007 aprovou o Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal. De acordo com o art. 75 da Portaria publicada no Diário oficial da União em 06 de agosto de 2007 cabe a 2ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal executar as atividades pertinentes ao DPRF no âmbito de sua circunscrição, dentre as quais:

- exercer os poderes de autoridade de polícia de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e demais normas pertinentes, inspecionar e fiscalizar o trânsito, assim como efetuar convênios específicos com outras organizações similares;

- aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito e os valores decorrentes da prestação de serviço de estadia e remoção de veículos, objetos, animais e escoltas de veículos de cargas excepcionais, executar serviços de prevenção, atendimento de acidentes e salvamento de vítimas nas rodovias federais;

- realizar perícias, levantamento de locais, boletins de ocorrências, investigações, testes de dosagem alcoólicas e outros procedimentos estabelecidos em leis e regulamentos, imprescindíveis à elucidação dos acidentes de trânsito;

- credenciar os serviços de escoltas, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escoltas e transporte de cargas indivisíveis;

- assegurar a livre circulação nas rodovias federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções, obras e instalações não autorizadas;

- executar medidas de segurança, planejamento e escoltas nos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estado e diplomatas estrangeiros e outras autoridades, quando necessário, e sob a coordenação do órgão competente;

- efetuar a fiscalização e o controle do trânsito e tráfico de menores nas rodovias federais, adotando as providências cabíveis contidas na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); e

- colaborar e atuar na prevenção e repressão aos crimes contra a vida, os costumes, o patrimônio, a ecologia, o meio ambiente, os furtos e roubos de veículos bens, o tráfico de entorpecentes e drogas afins, o contrabando, o descaminho e os demais crimes previstos em

leis; realizar concursos públicos, outros processos seletivos, cursos, estágios, formação, treinamentos e demais atividades de ensino na área de sua competência.

As ações desenvolvidas nas rodovias federais que cortam o estado de Mato Grosso deverão ser integradas com os demais órgãos da força de segurança pública e da sociedade em geral, em vista de que o transporte de materiais ilícitos e o trânsito de criminosos inevitavelmente estarão combinados com infrações nas áreas atinentes da polícia judiciária, do fisco, dos crimes transnacionais, do meio ambiente, da sociedade comercial e das manifestações sociais em todas as esferas, dentre muitos outros.

A Polícia Rodoviária Federal é o único órgão de âmbito federal capaz de reduzir os graves parâmetros em que se encontra a situação da segurança pública de nossas rodovias federais e, em virtude de sua capilaridade por todo o território nacional, servir como articulador direto de operacionalidade de um plano nacional de segurança pública, pois é constituída de cerca de 500 unidades policiais e uma abrangência de ação de mais de 3500 municípios em todo o Brasil, bem como possui serviço direto, identificado e ininterrupto à sociedade durante as 24 horas do dia, 7 dias por semana, em todos os dias do ano. Além disso, a Polícia Rodoviária Federal possui a autossustentabilidade do órgão garantida por serviços prestados, arrecadação de multas e parcerias de cooperação técnica e financeira.

2.1.2. Objetivos estratégicos

A 2ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no intuito de cumprir suas atribuições ao executar os programas e as ações através do atendimento das prioridades organizacionais traçou os seguintes objetivos estratégicos para o exercício 2010:

- **Promover a gestão eficaz e eficiente dos recursos orçamentários disponibilizados pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal.**

A gestão do orçamento consignado ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal é concentrada na Sede Central sob a condução da Coordenação-Geral de Administração, com a execução efetuada por 28 Unidades Gestoras, dentre as quais a 2ª SRPRF/MT.

A elaboração da proposta orçamentária resulta da identificação e levantamento das necessidades junto às diversas áreas do DPRF a partir das diretrizes estabelecidas pela Administração Central. Reiteradamente os limites consignados ao Órgão são insuficientes para contemplar o atendimento das demandas das unidades jurisdicionadas.

A gestão eficaz e eficiente do orçamento é ponto de partida para a perseguição da maioria dos outros objetivos estratégicos, os quais estão inevitavelmente condicionados à disponibilidade de recursos financeiros. Assim, a área administrativa e financeira vem implementando uma série de ações voltadas para a modernização da gestão, especialmente após o início dos trabalhos atinentes ao planejamento estratégico dessa seara de atuação, conforme segue:

- Unidades Centralizadoras de Compras: prevê metodologia de centralização de aquisições para atender as demandas de todas as Unidades Gestoras, mediante a utilização do Sistema de Registro de Preços, o que resulta em menor custo de aquisição face ao ganho de escala;

Durante o exercício 2010 a maioria das unidades regionais conseguiu realizar as licitações no intuito de atender a demanda das demais. Porém, a falta de recursos orçamentários e financeiros aliado a dificuldade de algumas licitações (aquisição de móveis) dificultaram o fornecimento e o

atendimento da demanda regional o que vem ocasionando a falta de materiais em estoque e a impossibilidade de substituição/complementação de materiais de consumo e permanentes nos postos e delegacias da 2ª SRPRF/MT.

- Comunicação: contempla a revisão dos mecanismos de comunicação entre as unidades do DPRF visando otimizar o tempo de resposta às demandas, bem como reduzir os custos;

- Catálogo de materiais: estabelecimento de catálogo de materiais contemplando, dentre outras informações, a codificação do bem, a descrição sucinta, a descrição detalhada, a especificação técnica, informações sobre estoque e ressuprimento, etc;

- Capacitação: prover a disseminação de conhecimento técnico e gerencial entre os servidores atuantes no ciclo de gestão, visando melhorar os resultados obtidos com a execução do orçamento;

- Planejamento orçamentário: melhoria da metodologia de identificação de necessidade, estimativa de custos, elaboração de projetos e formatação da proposta orçamentária visando subsidiar o encaminhamento das demandas ao Ministério da Justiça;

- Gestão de imóveis: implementar projeto de modernização do acervo de imóveis da Instituição, contemplando aspectos pertinentes a funcionalidade, identificação visual, situação cadastral, condições de operacionalidade, dentre outros;

- Sistema de gestão: adotar ferramenta informatizada de gestão administrativa e de recursos humanos visando centralizar os dados da gestão e digitalizar procedimentos, o que resultará em melhoria do tempo de resposta às demandas da atividade finalística.

- **Desenvolver um Planejamento de Gestão de Pessoas no âmbito da 2ª SRPRF/MT.**

A Carência de efetivo é inerente ao serviço público federal portanto, é essencial, num processo de modernização, ter em mente que as transformações somente serão atingidas por meio das pessoas. Por isso, motivação e capacidade técnica, bem como a redução da perda dos recursos humanos para outros entes da Administração Pública é fundamental.

O reduzido efetivo da regional atrelada a ausência de concurso público para área administrativa e a demanda cada vez maior da área meio obriga o gestor a utilizar policiais rodoviários federais a desempenharem atividades administrativas, muitos sem a capacitação adequada.

Sendo assim, a Seção de Recursos Humanos trabalhou para determinar as necessidades presentes e futuras de recursos humanos para a 2ª SRPRF/MT antecedendo as contratações de prestadores de serviços terceirizados. Desta forma, procurou utilizar o que existe de melhor em termos de experiência e talentos individuais dos atuais servidores.

- **Aplicar os recursos disponibilizados na formação continuada e no desenvolvimento de talentos para a valorização das pessoas e o aprendizado organizacional.**

A capacitação permanente do corpo de servidores é imprescindível para que a 2ª SRPRF/MT seja capaz de atender à crescente demanda por serviços públicos. Desta forma, como a unidade

trabalha para identificar quais são suas necessidades presentes e futuras de competências pessoais, obriga-se também continuamente atualizar os conhecimentos desses servidores. O resultado, além da maior especialização técnica, é a geração de satisfação pessoal, por meio da educação.

Durante o exercício foi possível a realização de capacitação da atividade operacional com a realização da capacitação gerencial de todos os chefes de delegacia. Não foi possível executar o programa de atualização policial módulo de abordagens e tiros em todas as Delegacias PRFs desta Regional, tendo em vista que os instrutores (todos policiais rodoviários federais) foram convocados para outras missões. Além disso, algumas Delegacias solicitaram suspensão do treinamento em razão da falta de efetivo por conta da Operação "Gralha Azul" e "Sentinela".

- **Melhorar o clima organizacional**

A Seção de Recursos Humanos, buscando a melhoria do clima organizacional, fonte geradora de aumento de produtividade e potencialização da prestação da atividade-fim da unidade, proporcionou durante o exercício 2010 um melhor clima de trabalho, por meio da organização de programas de integração dos servidores, prestadores de serviço e estagiários; Criou programas para a melhoria da qualidade de vida e desenvolveu estudos para a otimização do horário de trabalho da sede e delegacias regionais.

O setor de Qualidade de Vida/SRH buscou desempenhar suas tarefas mostrando a importância do condicionamento físico nas ações profissionais e consequente produtividade na área de atuação. Mostrou a importância da saúde no incentivo à prática da atividade física, trabalhos aeróbicos e musculação, principalmente no espaço físico, - Academia PRF (centro de treinamento físico) - em parques e pistas para caminhadas e alongamentos. Buscou a parceria com a Universidade de Cuiabá - UNIC, para avaliação de fisioterapia com nossos servidores.

A equipe de estagiárias/psicologia, continuou trabalhando a integração e o auxílio aos servidores aniversariantes do mês, uma promoção do serviço da psicologia organizacional, que visa a preparação com o levantamento dos servidores prestes a aposentadoria e também o trabalho de avaliação do clima no ambiente de trabalho.

Realizou o Evento III Encontro das Policiais Rodoviárias Federais do Estado de Mato Grosso, com a participação voluntária das policiais e com o objetivo de comemorar o Dia

Internacional da Mulher e de dar sequência nas propostas do Encontro das Policiais Rodoviárias Federais de Mato Grosso, avaliando o ano passado, suas dificuldades, interesses, comportamentos e principalmente atingir as metas traçadas para este III Encontro, em 08 de março de 2010, reuniram-se o efetivo feminino PRF e ADM da 2ª SRPRF/MT, no auditório da Sede PRF em Cuiabá/MT.

O grupo contou com a participação de mais de 35 mulheres, onde algumas voluntariamente passaram pelos exames da Patrulha da Saúde, o primeiro realizado neste ano.

Foi dado sequência ao Projeto - "Patrulha da Saúde" - promovendo políticas de saúde para atender a todo efetivo das delegacias e sede da 2ª SRPRF/MT foram realizados teste de glicemia, aferição de pressão arterial, peso, altura, acuidade visual, força manual e IMC.

Houve a realização no mês de maio de aulas experimentais de dança de salão, com a participação dos servidores e familiares com objetivo da criação de um grupo visando a integração da família PRF.

No dia 28 de setembro houve reunião com os aposentados, visando passeio ecológico e definindo atividades com as estagiárias de psicologia organizacional – UNIC, parceria da Universidade de Cuiabá há 7 (sete) anos.

A partir de então iniciou trabalho em substituição a criação do livro do aposentado, a filmagem com depoimentos, experiências profissionais, trazendo o aposentado para o convívio da Sede/PRF e várias atividades de integração e orientações aos novos policiais, este trabalho se estenderá até o próximo ano, sendo provada a importância da participação dos inativos no trabalho da instituição, por terem várias opiniões e muita experiência. Este trabalho auxilia na parceria do serviço com a corregedoria regional, bem como as outras atividades com esposas e servidores.

- **Supervisionar, orientar e coordenar as atividades relacionadas com a conduta funcional e a eficiência das atividades dos servidores lotados nas delegacias e Sede da Regional, obedecidas as diretrizes correcionais da Superintendência Regional e do Departamento, sendo realizadas reuniões mensais com os chefes da SRH, SAF e SPF, juntamente com o Superintendente Regional.**

Estabelecemos como ações correicionais para tornar mais eficiente o encerramento dos procedimentos disciplinares, tais como, investigações preliminares, análise processual e, ainda, as demais operações de corregedoria.

Em 2009 a suspensão de repasse dos recursos, foi um entrave na realização das atividades correicionais, todavia, em 2010, a situação foi mais favorável e a Corregedoria Geral liberou recursos suficientes para que pudéssemos custear os trabalhos correicionais, tais como, realização do Acompanhamento Gerencial de Serviço nos postos e delegacias PRFs, trabalhos de investigações preliminares e apuração de processos administrativos realizadas por membros de comissões regionais e de outras regionais, o que exigiu maior atenção da Corregedoria Regional para proporcionar apoio logístico e técnico, assim os objetivos foram concretizados.

Entre as dificuldades encontradas para desenvolver as atividades correicionais se destacam a) o efetivo reduzido de servidores que queiram colaborar na atividade correicional; b) A visão

distorcida da atuação da Corregedoria, a falta de proteção e instabilidade na carreira dos servidores lotados nas corregedorias, aliada a falta de reconhecimento nas avaliações dos servidores que colaboram nos trabalhos correicionais, são obstáculos que constantemente estão presentes nos trabalhos correicionais; c) A liberação intempestiva de recursos financeiros tem sido extremamente danoso para cumprimento das metas correicionais; d) Há necessidade de Estruturação do Núcleo de Assuntos Internos e Corregedoria nas Regionais com compra de equipamentos de informática, filmadoras, gravadores de voz, bélico, móveis, capacitação de servidores com disposição de participarem de comissões, dando maior agilidade na instrução dos processos na Regional.

- Utilizar a tecnologia da informação como instrumento **essencial para a modernização da 2ª SRPRF/MT.**

O Núcleo de Informática e Telecomunicações vem adotando projetos como o de avaliações virtuais, o acesso simples e fácil às informações via rede de computadores interna (intranet), a

integração dos sistemas em todo o Estado e, finalmente, o tratamento de informações estratégicas por instrumentos computadorizados, todos, são fundamentos basilares para a construção de uma PRF mais acessível, célere, transparente e responsável.

Em face do exposto, no exercício 2010 houve a maior integração com os usuários e continuidade no desenvolvimento do plano de regionalização do atendimento de informática às delegacias por meio do fortalecimento da estrutura interna para suporte técnico adequado e disseminação de novas tecnologias entre os usuários internos.

- **Estabelecer uma política de comunicação institucional, objetivando divulgar o papel e as ações positivas da 2ª SRPRF/MT**

O Núcleo de Comunicação Social da Regional sabedor que é fundamental que uma sociedade mais e melhor informada sobre a importância da Polícia Rodoviária Federal e suas competências reforça o Estado de Direito.

Não é possível aceitar que as desigualdades sociais e educacionais sejam promotoras do desconhecimento em relação ao papel fulcral da 2ª SRPRF/MT na sociedade.

Ainda, é imperioso enfrentar setores da mídia que buscam destacar pontos negativos em relação à atuação da Polícia. Deve-se, sim, sempre, ressaltar decisões e ações importantes nas quais a instituição participe decisivamente para a manutenção da paz social e resolução de conflitos.

Desta forma, aproveitando o bom relacionamento com a imprensa local: TVs, rádios, jornais, sites e revistas, houve uma intensificação da utilização dos meios de comunicação a disposição da unidade. Em toda operação desenvolvida pela PRF, o Núcleo de Comunicação da Regional confecciona o material de divulgação a ser enviado à imprensa.

Também faz e envia o balanço dos resultados, que é realizado a partir de informações do Sistema de Informações Gerenciais (SIGER) e do Relatório de Operações Diárias (ROD).

Durante a semana, o NUCOM encaminha à mídia o Boletim das Rodovias Federais com as principais notícias de ocorrências operacionais e acidentes. Há sites que, inclusive, o publicam na íntegra. Também são divulgados informativos (Press Release) sempre que ocorre uma grande apreensão de drogas, mercadorias ou outros assuntos relevantes, disseminando os significados dos valores, da missão e da visão da Polícia Rodoviária Federal.

Como forma de divulgar o papel da PRF e aproximá-la do cidadão através da realização de campanhas, o Núcleo de Comunicação Social coordenou o 7º FETRAN Mato Grosso - Festival Estudantil Temático Teatro para o Trânsito que consiste na utilização das artes cênicas para sensibilizar o maior número possível de crianças e adolescentes quanto à necessidade de se conhecer as normas e leis que regem o trânsito brasileiro, fazendo com que o trânsito seja discutido por alunos e professores em todas as escolas de Mato Grosso.

- **Buscar a celeridade e a melhoria contínua na prestação de serviços públicos da Polícia Rodoviária Federal.**

Em compasso com o processo de modernização e o aumento da consciência crítica dos cidadãos, o objetivo estratégico em tela vai ao encontro da diminuição do descrédito dos órgãos de

segurança pública, na medida em que se propõe a oferecer cada vez melhores serviços públicos, tencionando, em consonância com a visão institucional, tornar-se mesmo paradigma na prestação de serviços desta natureza.

Dentro desta perspectiva foram elaboradas pesquisas de satisfação dos usuários externos por meio do indicador de percepção de segurança aferido por pesquisa quantitativa com usuários das rodovias federais que cortam o estado de Mato Grosso. O questionário é composto de perguntas fechadas, sobre: a) vitimização em ocorrências de trânsito e criminalidade nas rodovias federais; b) procura pela polícia em caso de ocorrência; c) conhecimento do número de emergência da PRF; d) confiança na PRF; e) sensação de segurança ao transitar pelas rodovias.

No exercício 2010 a pesquisa foi prejudicada em face do impacto financeiro que a operação causaria nas contas telefônicas e em função do contingenciamento dos recursos foi paralisado os trabalhos.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

2.2.1. Análise do andamento do plano estratégico

No final do exercício de 2010, em evento realizado no Rio de Janeiro/RJ, Superintendentes de todos as Unidades Regionais e a Direção do Departamento de Polícia Rodoviária Federal comprometeram-se com o planejamento e com a execução, de forma integrada, de um conjunto de ações voltadas ao aperfeiçoamento da Instituição e à efetividade da prestação dos serviços a Sociedade. O compromisso foi pautado na crença no serviço público, na ética, na função institucional do Órgão, na segurança jurídica, no espírito público e de cooperação, na transparência

e identidade institucional, no respeito às diferenças, na criatividade, na proatividade, na eficiência, na economicidade e na gestão democrática.

As diretrizes de trabalho apontadas de forma segura pela convergência dos interesses de todo o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, indicam a imperiosa necessidade de buscarmos padrões de excelência na prestação de serviços públicos. O aprimoramento da comunicação interna e externa e do atendimento ao público, o aproveitamento racional e criativo dos recursos humanos e materiais, a valorização e a qualificação do corpo funcional, o desenvolvimento de políticas de segurança institucional, o progresso nos instrumentos da tecnologia da informação e a otimização na utilização dos recursos orçamentários são desafios a serem enfrentados com firmeza e determinação.

No plano de operacionalização do desenvolvimento do Planejamento Estratégico, escolheu-se a ferramenta de gestão, de reiterada utilização nas organizações privadas e públicas, o *Balanced Scorecard* (BSC).

Na primeira fase foi apresentado o Mapa estratégico da Polícia Rodoviária Federal para o quinquênio 2010-2015, além da Missão, Valores e Visão da Instituição, tradutora dos anseios das pessoas envolvidas com o modelo da instituição ideal, nos horizontes de médio e longo prazo.

A justificativa existencial estrita do Departamento de Polícia Rodoviária Federal é dada pela Constituição Federal, com as competências arroladas no Regimento Interno. Entretanto, no âmbito

do Planejamento Estratégico, o Órgão busca expandir as fronteiras estritamente legais para definir em sua Missão a forma pela qual a prestação dos serviços se deve realizar, os valores que devem perpassar sua atuação e, o mais importante, qual é o resultado da sua cogente atuação.

PRESERVAR A VIDA E PROMOVER A PAZ COM SEGURANÇA CIDADÃ

Na Visão foram contemplados os desejos que a organização vislumbra para que o Departamento de Polícia Rodoviária Federal se coloque como paradigma de policiamento.

SER REFERÊNCIA DE INSTITUIÇÃO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO E INDUTORA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE VALORIZAÇÃO DA VIDA, ALMEJANDO RECONHECIMENTO INTERNACIONAL.

Finalmente o Planejamento Estratégico do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, resultado de um esforço coletivo das pessoas da Organização, coloca nove valores cujo significado e *práxis* estará sempre presente na sua atuação como Polícia Ostensiva Federal:

ÉTICA , COMPROMETIMENTO, HONESTIDADE, URBANIDADE, PROFISSIONALISMO, LEALDADE, EQUIDADE, CORAGEM E ORGULHO DE PERTENCER.

2.2.2. Análise do plano de ação

No exercício de 2011 será dado prosseguimento aos trabalhos com a apuração dos elementos de diagnóstico, por meio de reuniões de dinâmicas de grupo no intuito de desenhar os cenários interno e externo, sob os quais o Departamento de Polícia Rodoviária Federal irá inaugurar sua Gestão Estratégica.

O desenvolvimento das ações e sua subsequente implantação serão incluídos na segunda versão do plano. Isto vem do fato de que quando se for tratar de áreas tecnicamente específicas, tais como informática, gestão de pessoas e orçamento, será necessária uma metodologia diferente.

Serão reunidos grupos de trabalho para cada um dos Objetivos Estratégicos. Estes grupos de trabalho envolverão pessoas que detenham informações e competências e estejam em postos-chave da organização.

Na realidade, como é possível depreender diretamente dos objetivos estratégicos listados, é impossível desenvolver alguns objetivos mais amplos sem a participação de membros de diversas equipes de trabalho.

É somente dessa maneira, num processo de elaboração de estratégias, de desenvolvimento de um Planejamento, ou mesmo da troca de idéias que a organização se autoconhece e, finalmente assim, irá cumprir o ideal de colocar-se como paradigma de excelência na prestação de serviços de policiamento ostensivo e indutora de políticas públicas de valorização da vida.

2.3. Programas de Governo

2.3.1 – Execução dos programas de Governo

De acordo com a Portaria nº 277, de 7 de dezembro de 2010, somente deverá ser preenchido o demonstrativo abaixo pela UJ que tiver a responsabilidade de gerir Programas de Governo inscrito na Lei do Plano Plurianual (PPA).

Desta forma as informações orçamentárias e financeiras e o Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas estarão consolidadas no relatório do Departamento de Polícia Rodoviária Federal – UG 200109.

QUADRO A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

2.3.1.1 - Programa 1386 – Desenvolvimento Institucional da PRF

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 1386	Denominação: Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública
Objetivos específicos	200C - Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária 200G - Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal 8698 - Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação 8623 - Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal
Gerente de programa	Hélio Cardoso Derenne – Diretor Geral do DPRF
Gerente Executivo	Ricardo Max de Oliveira Pereira – CGPLAM/DPRF
Indicadores ou parâmetros utilizados	Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas
Público Alvo	Departamento de Polícia Rodoviária Federal e usuários de Rodovias Federais

Informações sobre os resultados alcançados

Indicador: Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas

Ordem	Indicador (unidade de medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	%	02/01/07	56,12	80,00	76,67	59,58

Fórmula de Cálculo do Índice

Relação percentual entre o número de unidades operacionais que possuem estrutura adequada em relação ao total de unidades operacionais existentes.

Análise do Resultado Alcançado

Devido as restrições orçamentárias o programa não atingiu a meta estabelecida de 76,67%, entretanto para o exercício de 2011 os projetos de reforma das bases operacionais estarão aptos a serem executados, juntamente com a renovação do parque de TI o que poderá reverter a tendência de não atingimento da meta final estabelecida para o PPA 2008-2011 de 80%.

2.3.1.2 - Programa 0663 - Segurança Pública nas Rodovias Federais

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0663	Denominação: Segurança pública nas rodovias federais
Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a prevenção e repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito
Objetivos específicos	Ação 2B11 – Monitoramento, controle e fiscalização eletrônica da malha rodoviária federal Ação 2524 – Capacitação dos servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal Ação 2723 – Policiamento ostensivo nas rodovias e estradas federais Ação 2816 – Serviço de inteligência da Polícia Rodoviária Federal Ação 4290 – Atividades de saúde nas rodovias federais Ação 86A1 – Processamento e arrecadação de multas aplicadas pela PRF Ação 8692 – Educação de trânsito para usuários das rodovias federais Ação 2720 – Ações de caráter sigiloso na área de segurança pública
Gerente de programa	Hélio Cardoso Derenne – Diretor do DPRF

Gerente Executivo	Alvarez Simões Filho - Coordenador Geral de Operações do DPRF
Indicadores ou parâmetros utilizados	Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais; Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais; Sensação de Segurança nas Rodovias Federais.
Público Alvo	Usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem às margens das rodovias federais

Informações sobre os resultados alcançados

Indicador: Taxa de mortalidade nas rodovias federais no estado de Mato Grosso

Ordem	Indicador (unidade de medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Unidade	02/01/2007	5,04	4,51	4,68	5,58

Fórmula de Cálculo do Índice

Número de mortes ocorridas em acidentes de trânsito nas rodovias federais no ano relativo à 1000000 de veículos da frota nacional.

Indicador: Taxa de variação de acidentes nas rodovias federais

Ordem	Indicador (unidade de medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Unidade	02/01/2007	59,25	55,85	56,94	62,25

Fórmula de Cálculo do Índice

Número de acidentes ocorridos nas rodovias federais no ano por 1.000.000 veículos da frota nacional.

Análise dos Resultados Alcançados

Os indicadores TAXA DE MORTALIDADE e TAXA DE VARIAÇÃO DE ACIDENTES apresentaram, respectivamente, uma variação de 119,25% e 109,33% dos índices inicialmente previstos para o exercício.
Isso se deve ao ingresso de 149 servidores em 2009 e mais 79 em 2010. Esses números poderiam ser ainda melhores, mas a movimentação de efetivo a fim de reforçar as operações sazonais fora do Estado, como a "Operação Gralha Azul" (Paraná) reduziram as operações preventivas da 2ª SRPRF/MT não permitindo otimizar o trabalho operacional (Procedimento certo no lugar certo). Ressalta-se que quase a totalidade desses Procedimentos se referem a ação fiscalizadora preventiva.

Além do mais, a força de trabalho (efetivo), que a cada período reduz, principalmente por conta das aposentadorias, e a dotação orçamentária abaixo da necessária são os maiores óbices ao atingimento de todas as metas do Programa, principalmente quanto a ocorrência de acidentes.

As notificações das imposições de penalidade continuam sem serem envidadas. O crédito suplementar embora liberado não pode ser executado por falta de limite de empenho. Esse fato, além de frustar a arrecadação e contribuir para a sensação de impunidade por parte dos infratores, impactará negativamente a Ação 86A1.

A movimentação de efetivo a fim de reforçar as operações sazonais continuaram restando prejudicadas, em face da falta de recursos. Embora o produto da Ação 2723 (Procedimentos Realizados) tenha alcançado 141% de cumprimento da meta, a falta de recursos impediu a movimentação necessária a fim de permitir otimizar o trabalho operacional (Procedimento certo no lugar certo). Ressalta-se que quase a totalidade desses Procedimentos se referem a ação fiscalizadora preventiva.

Continua pendente a aprovação da reestruturação do DPRF, pois os atuais cargos e funções de chefia estão aquém das demandas do órgão. O Processo para tal fim continua no Ministério do Planejamento, aguardando o aceno da Casa Civil para o encaminhamento final.

Indicador: Sensação de Segurança nas Rodovias Federais

Ordem	Indicador	Referência	Índice previsto	Índice atingido

	(unidade de medida)	Data	Índice inicial	Índice final	no exercício	no exercício
3	%	01/01/2007	65	80	76	Sem apuracão
Fórmula de Cálculo do Índice						
Percentual de pessoas que se sentem seguras/ total da amostra.						
Análise do Resultado Alcançado						
O Indicador Sensação (Percepção) de Segurança será aferido, caso a liberação do orçamento permita, após o Carnaval/11. Essa aferição não foi efetuada nos meses de novembro ou dezembro, como gostaríamos, em razão das restrições orçamentárias, bem como não foi realizada em janeiro/11 em virtude das mesmas restrições.						

2.3.1.3 - Programa 0750 - Apoio Administrativo

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0750	Denominação: Apoio Administrativo
Tipo de programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
Objetivos específicos	Ação 2000 – Administração da Unidade
Gerente de programa	Náo Existe
Gerente Executivo	Não Existe
Indicadores ou parâmetros utilizados	Não Existe
Público Alvo	Governo
Informações sobre os resultados alcançados	
Esse Programa contempla despesas obrigatórias (pessoal ativo, assistência médica e auxílios alimentação, creche e transporte), cuja execução independe de transferência de limite orçamentário, as quais foram atendidas plenamente. De outro turno, as despesas discricionárias (Ação 2000 – Administração da Unidade) não foram integralmente atendidas devido à insuficiência de recursos.	

2.3.2. Execução física das ações realizadas

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Física prevista	Meta Física realizada	Meta Física a ser realizada em 2011
06	181	663	2B11	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	489	489	1.452
06	128	0663	2524	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	8.431	12.698	840
06	183	0663	2720	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	1	0	3

06	181	0663	2723	Atividade	3 – Outras Prioridades	unidade	8.500.000	12.210.268	62.000
06	183	0663	2816	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	220	220	50
06	181	0663	4290	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	16.000	7.660	9
06	181	0663	86A1	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	1.235.294	3.019.857	1.696.429
06	452	0663	8692	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	100.000	91.473	40.000
06	301	0750	2004	Atividade	3 – Outras prioridade	unidade	24.420	23.409	
04	365	0750	2010	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	2.680	Não lançou	
04	331	0750	2011	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	800	Não lançou	
04	306	0750	2012	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	10.110	Não lançou	
06	181	1386	200C	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	47	43	48
06	181	1386	200G	Atividade	3 – Outras Prioridades	unidade	55	2,31	
06	181	1386	8623	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	10	12	
06	181	1386	8698	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	% de manutenção	83	82	100
06	122	1386	1D49	Projeto	4 – Nenhuma prioridade	% execução financeira	37	30	5
06	301	0750	20CW	Atividade	4- Nenhuma prioridade	unidade	6.839	Não lançou	
06	181	663	2B11	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	489	489	1.452

AÇÃO 8623 - Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Projeto
Finalidade	Adequar as instalações físicas e edificações do DPRF aos conceitos e normatizações atualizados em segurança ergonômica e inclusão social, franqueando suas instalações ao acesso de deficientes físicos e portadores de deficiência motora.
Descrição	Adequação das estruturas físicas das Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal. Reforma dos espaços físicos existentes, adequando as necessidades do órgão, no que tange o desenvolvimento de sua atividade finalística e meio, considerando as condições de infraestrutura dos imóveis repassados pelo antigo Departamento de Estradas e Rodagens, as novas demanda na área de Segurança Pública e a Instrução Normativa nº 10/DG/DPRF/MJ.
Unidade responsável	DPRF
Unidade executora	2ª SRPRF/MT

A 2ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, seguindo a diretriz do Departamento de Polícia Rodoviária Federal em priorizar investimentos na infraestrutura diretamente ligada à atividade fim, ou seja, nos imóveis dos postos policiais ao longo das rodovias federais, pois é aquela que causa maior impacto na melhoria dos serviços prestados ao cidadão.

Com a elaboração dos projetos arquitetônicos (instalação hidráulica, elétrica, sanitária, estrutural e prevenção de incêndio), de reforma e modernização com acessibilidade para deficientes físicos, de todos os postos e delegacias da sede da 2ª Superintendência de Policia Rodoviária Federal em 2009.

DELEGACIAS	POSTOS PRFs		BR	KM	DISTÂNCIA DA CAPITAL (Km)
1ª DLPRF	101	CUIABÁ	364	388	25
	102	CAMPO VERDE (SÃO VICENTE)	364	319	94
2ª DLPRF	201	RONDONÓPOLIS	364	212	201
	202	PEDRA PRETA (MINERINHO)	163	048	285
	203	PETROVINA	364	130	283
	204	ALTO GARÇAS	364	048	365
3ª DLPRF	301	CÁCERES	174	06	233
	302	POCONÉ	070	633	130
4ª DLPRF	401	DIAMANTINO	364	587	174
	402	VÁRZEA GRANDE	364	435	22

5ª DLPRF	501	PRIMAVERA DO LESTE	070	286	221
	502	CAMPO VERDE	070	385	122
6ª DLPRF	601	SORRISO	163	733	400
	602	NOVA SANTA HELENA	163	945	612
7ª DLPRF	701	PONTES E LACERDA	174	226	453
8ª DLPRF	801	BARRA DO GARÇAS	158	789	508
	802	ÁGUA BOA	158	569	728

Nome da Unidade (Posto ou Delegacia, BR, KM, Município)	Valor Estimado para reforma ou construção (em R$)	Observações (situação atual dos projetos, trechos sob concessão, duplicação de rodovia com construção prevista,etc)
Posto PRF 402 (Jangada) – BR.364/Km 501	R$ 1.227.045,43	Construção - Posto Nível II. Projeto executivo concluído aguardando liberação de recursos, duplicação de rodovia com construção prevista.
Delegacia 08 – (Barra do Garças) - BR 070/Km 10	R$ 1.324.806,73	Realocação do Posto e Delegacia integrados. Construção - Posto Nível II. Projeto executivo concluído aguardando liberação de recursos.
Posto PRF 801 (B. Garças) – BR.070/Km 10		
Posto PRF 603 (G. Do Norte)-BR.163/Km1067	R$ 1.324.806,73	Construção - Posto Nível II. Projeto executivo concluído aguardando liberação de recursos.
Delegacia 03 e Posto PRF 301 (Cáceres) – BR.174/Km 06	R$ 557.899,35	Reforma e ampliação do posto e delegacia integrados nível II. Projeto executivo concluído aguardando liberação de recursos.
Posto PRF 802 (Barra Garças) – BR.158/Km 789	R$ 315.527,05	Reforma do posto nível II. Projeto executivo concluído aguardando liberação de recursos.
Posto PRF 803 (Água boa) – BR.158/Km 571	R$ 1.324.806,73	Reforma e ampliação do posto nível II. Projeto executivo concluído aguardando liberação de recursos.
Posto PRF 602 (Nova Santa Helena) – BR163/Km 945	R$ 399.431,66	Reforma e ampliação do posto nível II. Projeto executivo concluído aguardando liberação de recursos.
Posto PRF 502 (Campo Verde) – BR.070/Km386	R$ 468.380,19	Reforma e ampliação do posto nível II. Projeto executivo concluído aguardando liberação de recursos.
Posto PRF 203 (Pedra Preta) – BR364/Km 130	R$ 494.495,48	Reforma e ampliação do posto nível II. Projeto executivo concluído aguardando liberação de recursos.
Posto PRF 204 (Alto Garças) – BR.364/Km 48	R$ 439.926,26	Reforma e ampliação do posto nível II. Projeto executivo concluído aguardando liberação de recursos.
Posto PRF 202 (Itiquira) – BR.163/Km 048	R$ 382.464,45	Reforma e ampliação do posto nível II. Projeto executivo concluído aguardando liberação de recursos.
Delegacia 06 e posto PRF 601 (Sorriso) – BR.163/Km 733	R$ 696.088,93	Reforma e ampliação do posto e delegacia integrados nível II. Projeto executivo concluído aguardando liberação de recursos.
Delegacia 07 e Posto PRF 701 (P. Lacerda) – BR.174/Km 226	R$ 580.382,24	Reforma e ampliação do posto e delegacia integrados nível II. Projeto executivo concluído aguardando liberação de recursos.
Delegacia 02 (150,33+SR) Posto PRF 201 (Rondonópolis) -BR.364/Km 211	R$ 586.710,22	Reforma e ampliação do posto e delegacia integrados nível II. Projeto executivo concluído aguardando liberação de recursos. Duplicação de rodovia prevista.
Delegacia 05 e Posto PRF 501 (Primavera do Leste) – BR.070/Km286	R$ 590.182,26	Reforma e ampliação do posto e delegacia integrados nível II. Projeto executivo concluído aguardando liberação de recursos.
Delegacia 04 e Posto PRF 401(Diamantino) – BR.364/Km 588	R$ 648.541,47	Reforma e ampliação do posto e delegacia integrados nível II. Projeto executivo concluído aguardando liberação de recursos. Duplicação de rodovia prevista.
legacia 01 – Cuiabá, Posto PRF 101 (Cuiabá) e Canil – BR.364/Km 387 (264,62+S	R$ 842.017,78	Reforma e ampliação do posto e delegacia integrados nível II. Construção do Canil - Projeto executivo concluído aguardando liberação de recursos, duplicação de rodovia prevista.
Posto PRF 102 (C. Verde) – BR 364/Km318	R$ 545.489,60	Reforma e ampliação do posto nível II. Projeto executivo concluído aguardando liberação de recursos, duplicação de rodovia.
Posto PRF302 (Poconé) – BR 070/Km 120	R$ 400.952,06	Reforma e ampliação do posto nível II. Projeto executivo concluído aguardando liberação de recursos.
SEDE – Cuiabá	R$ 2.160.313,28	Reforma e ampliação. Projeto executivo concluído aguardando liberação de recursos.

Tais projetos possuem informações mais precisas para o planejamento, maior qualidade e execução das obras. A nova metodologia resultará em obras mais vultosas, todavia, com maior durabilidade e eficácia no atingimento da meta estabelecida que é a adequação plena de todos os postos da PRF no Estado de Mato Grosso, enfim, em obras de fato compatíveis com a dimensão dos problemas.

Contudo com relação ao andamento da execução das obras, não conseguimos nenhum resultado significativo nesta ação embora prosseguimos com autuação processual, porém em função do contingenciamento orçamentário não conseguimos dar sequência ao processo licitatório de contratação.

Outra dificuldade encontrada é quanto a distância dos imóveis da capital do estado e a ausência nos municípios de empresas que atendam as exigências legais para contratar com a administração pública. Tal fato, aumenta o valor de contratação dos serviços de manutenção em função do frete de materiais e pagamento de mão de obra.

A falta de concurso público para a contratação de servidores administrativos com formação em engenharia é outro problema que dificulta a fiscalização dos serviços contratados e a composição de equipe técnica que possa programar, supervisionar e executar as atividades relacionadas a área de manutenção predial da 2ª SRPRF/MT.

Durante o exercício 2010 só foi possível atender a demanda dos postos quando da necessidade de manutenção corretiva e em caráter emergencial, conforme as planilhas abaixo:

MANUTENÇÃO POÇO ARTESIANO – PRF 302				
PROCESSO N°		08.661.004.876/2009-08	Natureza de despesa:	3.3.3.9.0.39.16
DISP	**EMPRESA**	**CNPJ**	**OBJETO**	**VALOR R$**
02/10	HECOSERVICE	06.928.948/0001-98	Manutenção no poço artesiano do Posto PRF 302, localizado na BR 070 km 633, incluindo retirada e recuperação do conjunto moto-bomba, limpeza e desinfecção do poço, revisão / recuperação do sistema elétrico composto por quadro de comando e cabeamento, teste de funcionamento e vazão, para restabelecer o fornecimento de água.	3.780,00
TOTAL				**3.780,00**

MANUTENÇÃO DE TRANSFORMADOR- 7ª DELEGACIA				
PROCESSO N°		08.661.001.334/2010-17	Natureza de despesa:	**3.3.3.9.0.39.17**
DISP	**EMPRESA**	**CNPJ**	**OBJETO**	**VALOR R$**
06/10	TRAEL TRANSFORMADORES ELETRICOS	37.457.942/0001-03	Contratação de empresa especializada na execução dos serviços de manutenção corretiva de transformador de energia elétrica do imóvel sede da 7ª delegacia no município	1.590,00

			de Pontes e Lacerda.	
TOTAL				**1.590,00**

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS			
PROCESSO N°	08.661.002.853/2010-94	Natureza de despesa:	3.3.3.9.0.30.26
DISP	OBJETO		VALOR R$
05/10	Fornecimento de material elétrico a ser entregue na sede da 2ª SRPRF/MT no prazo máximo de cinco dias úteis após emissão de nota de empenho.		2.402,46
TOTAL			**2.402,46**

CONSERTO/REPARO PRF 204				
PROCESSO N°		08.661.005.690/2010-00	Natureza de despesa:	3.3.3.9.0.39.17
DISP	EMPRESA	CNPJ	OBJETO	VALOR R$
12/10	HIDROTEC PERFURAÇÕES EM MANUTENÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS	03.040.788/0001-58	Contratação de empresa especializada no conserto/reparo na bomba d' água pertencente ao Posto PRF 204 (Alto Garça).	3.600,00
TOTAL				**3.600,00**

Assim, os postos que conferem identidade visual a PRF e são verdadeiras unidades de atendimento ao cidadão, permanecem sucateados, oferecendo péssimas condições de trabalho aos policiais.

Para 2011, o objetivo é dar sequência à abordagem de priorização de intervenção nos postos, por meio da realização de licitação com escopo de contratar uma empresa para a execução das obras e reformas especificadas nos projetos executivos elaborados em 2009 já que há uma perspectiva maior de repasse de recursos em função da capital do Estado de Mato Grosso ser sede da copa 2014.

AÇÃO: 200G - Construção e Ampliação de Bases Operacionais - Nacional

Tipo	Projeto
Finalidade	Prover a estrutura organizacional do DPRF, de instalações físicas e edificações aptas ao desenvolvimento de suas atividades laborativas, Atender as novas demandas da sociedade em Segurança Pública nas Rodovias, Estradas Federais e suas áreas marginais.
Descrição	Construção e ampliação de edificações que resultam diretamente no desenvolvimento das atividades da Instituição, com instalações modernas, seguras, representativas, funcionais que permitam a total integração entre todos os órgãos de Segurança Pública de Governo, com o objetivo principal de representar e exercer, efetivamente, o Poder de Polícia nas diversas áreas do país.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Áreas responsáveis pela execução no nível local	Núcleo de Patrimônio e Material da 2ª SRPRF/MT

Mantendo a diretriz do Departamento de Polícia Rodoviária Federal em priorizar investimentos na infraestrutura diretamente ligada à atividade fim, ou seja, os postos policiais ao longo das rodovias federais, a 2ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal tinha como metas previstas a construção de um Posto PRF no Município de Jangada na BR 364, Km 405 e realocação do Posto PRF 801, da BR 158/MT, km 789, para a BR 070, km 10 por meio da construção do complexo administrativo da 8ª Delegacia de Polícia Rodoviária Federal na cidade de Barra do Garças/MT.

Os processos contendo os projetos executivos foram enviados ao DPRF para autorização de abertura de procedimento licitatório porém em função do contingenciamento orçamentário não foi possível dar sequência aos procedimentos e a meta não foi atingida em 2010.

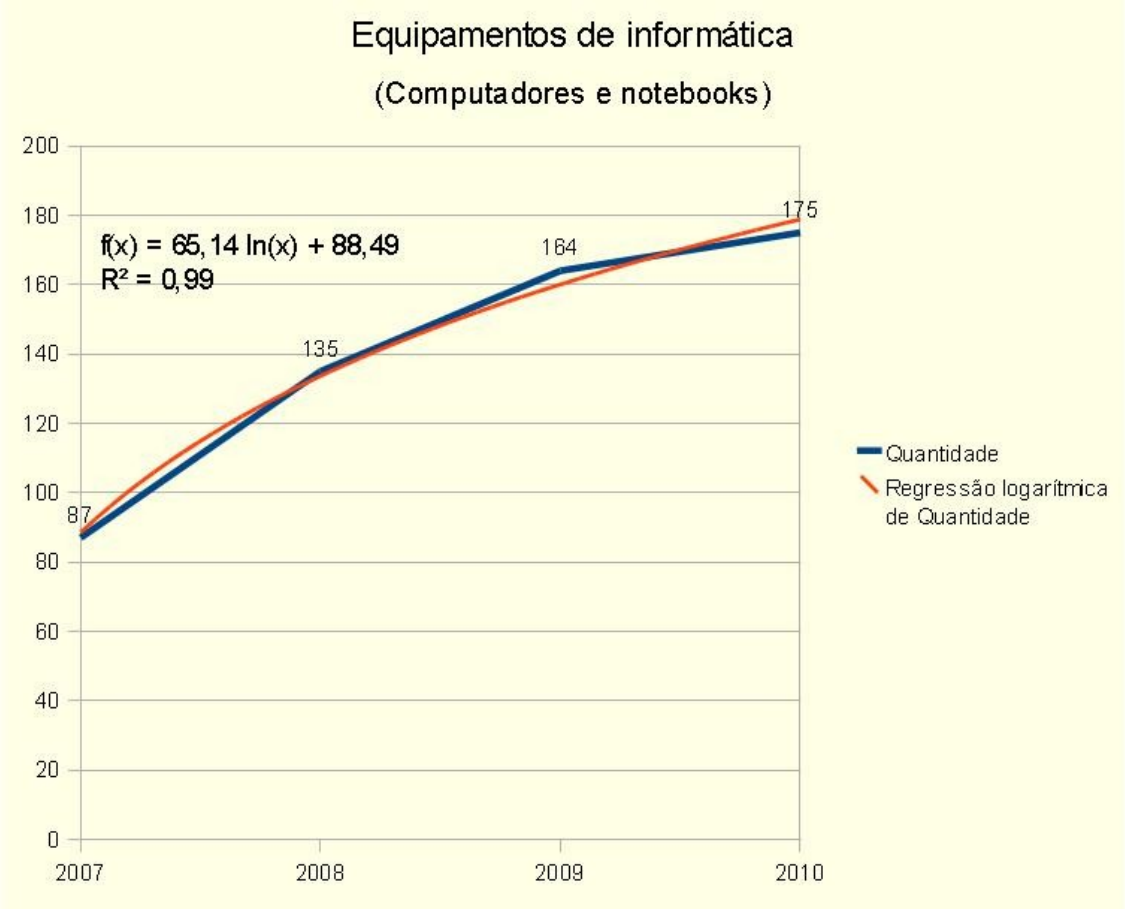
Ação 8698 – Manutenção e modernização dos sistemas de tecnologia da informação

Tipo	Projeto
Finalidade	Manutenir e modernizar os sistemas/equipamentos de telecomunicação e informática, propiciando o efetivo funcionamento, sem interrupções, dos sistemas de Tecnologia da Informação do DPRF a fim de proporcionar à sociedade, o acesso contínuo aos serviços e informações sobre rodovias, multas de processos , através da internet, correio eletrônico e outros meios disponíveis, agilizando e facilitando a comunicação com a Polícia Rodoviária Federal.
Descrição	Reforma, modernização e manutenção de torres de comunicação e repetidoras. Manutenção da rede de dados e telefonia do órgão. Manutenção dos sistemas. Manutenção dos equipamentos de informática. Suprimentos de Informática. Pagamento de diárias e passagens para a equipe técnica. Contratação de empresas e consultorias especializadas para analisar as demandas e desenvolver projetos de melhoria dos sistemas. Desenvolvimento de sistemas computacionais para utilização pela sociedade para obter informações sobre processos, condições de rodovias, acidentes, estatísticas, consulta de infrações, comunicação de roubo e furto de veículos, emissão de autorizações, etc. Aquisição e instalação de torres de comunicação e repetidoras (estações de reprodução dos sinais de rádio), ampliar e manter a rede de dados e de telefonia do órgão. Aquisição de equipamentos de rádio comunicação, telefonia e rede de dados. Aquisição de computadores e demais equipamentos para as unidades operacionais. Aquisição e implantação de programas e equipamentos voltados para a segurança da rede de dados e dos sistemas de comunicação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Áreas responsáveis pela execução no nível local	Núcleo de Informática e Telecomunicações da 2ª SRPRF/MT (Núcleo de Telemática)

O parque de informática da 2ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal é constituído de 177 (cento e setenta e sete) máquinas entre computadores (servidores ou *desktops*) e *notebooks*. O que representa um acréscimo de 8% no número de equipamentos em relação ao ano de 2009.

É percebida uma tendência de estabilização na quantidade desses equipamentos no âmbito da 2ª SPRF/MT, considerando que já existe a proporção de 1 (um) computador para cada funcionário que atua na área administrativa (policiais, servidores administrativos e funcionários

terceirizados que desempenham suas atividades na sede da 2ª SRPRF/MT bem como nas suas delegacias), e que a meta de dispor de no mínimo (dois) computadores instalados por posto de fiscalização, conforme definido pela Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização Rodoviária do DPRF também já foi atingida em 2010.



Fonte: CACIC - DPRF

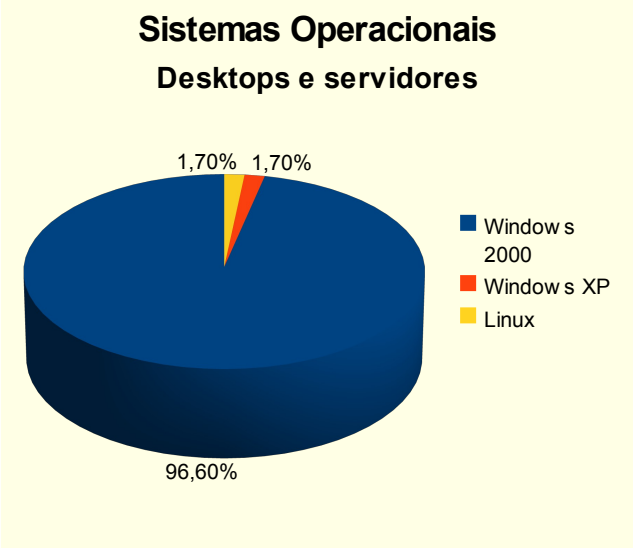
O gráfico acima mostra que no ano de 2008 e 2009 a quantidade de computadores em operação na 2ª SRPRF/MT ficou acima da linha de tendência, o que mostra um claro processo de expansão no parque.

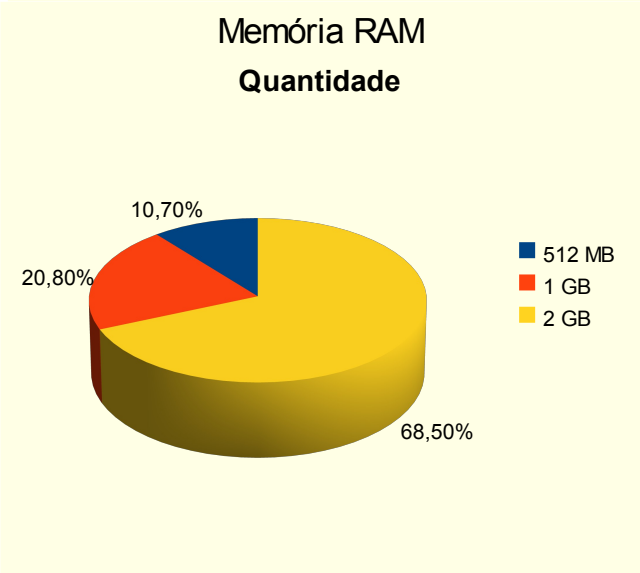
No ano de 2010 ocorre justamente o oposto (linha de tendência acima da quantidade real de equipamentos), o que pode ser considerado um indício de estabilidade. Por essa razão, nos próximos anos o Núcleo de Telemática deve focar na substituição de máquinas que se tornarem obsoletas (algo comum na área de TI). Novas máquinas serão integradas ao parque somente em casos pontuais de necessidade de serviço.

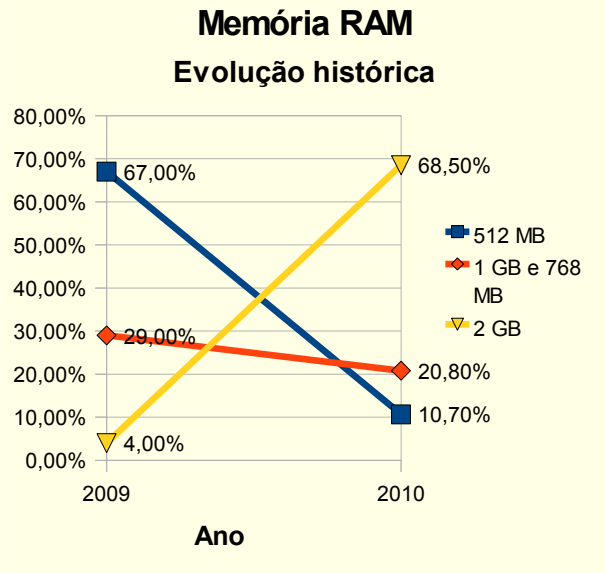
Para efeitos de análise, verificamos questões como o Sistema Operacional instalado em cada equipamento, marca/tipo/frequência do processador, bem como a quantidade de memória principal, também chamada de memória RAM.

Quanto ao Sistema Operacional utilizado, se verificou que 96,6% do parque utiliza o Windows XP, o que coincide com a percentagem de *desktops* e *notebooks* existentes na 2ª SRPRF/MT.

Em 1,7% dos equipamentos encontra-se instalado o Windows 2000 Server. A mesma porcentagem de 1,7% se refere a servidores que possuem alguma distribuição do Linux instalado.







Atualmente o parque de servidores é formado por 5 (cinco) máquinas físicas. Dois desses equipamentos contam com um software de virtualização, que permite que dois ou mais sistemas operacionais sejam executados ao mesmo tempo num mesmo meio físico, otimizando desta forma os recursos de hardware disponíveis.

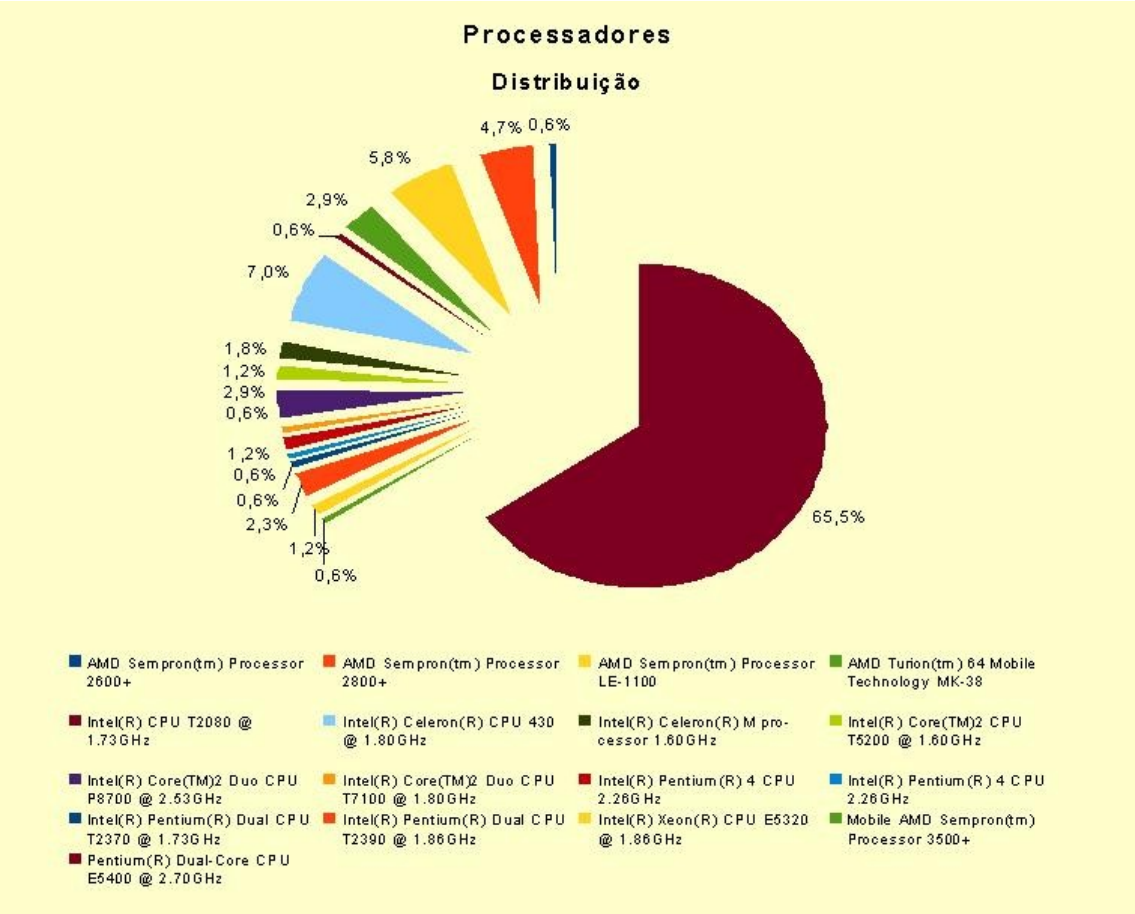
SERVIDORES EM OPERAÇÃO NA 2ª SPRF/MT			
Nome da máquina	**Serviços fornecidos**	**Sistema operacional**	**Tipo**
SMTBDC01	Servidor de domínio secundário, servidor de impressão	Windows 2000 Server	Físico
SMTBDC02	Servidor de domínio primário, DNS	Windows 2000 Server	Virtual
E02ARQ01	Servidor de arquivos	Linux	Físico
E02SVIDEO01	Circuito Interno de TV	Windows XP Professional	Físico
SMTSUS01	WSUS (atualizador do Windows), Distribuidor de antivírus, Terminal Services	Windows 2000 Server	Virtual
SMTVOIP02	Servidor de Voz sobre IP, Central telefônica	Linux	Físico
SMTPROXY02	PROXY, Servidor de aplicação, Servidor de banco de dados	Linux	Físico

Fonte: **Núcleo de Telemática - CPD**

Para o ano de 2011 é prevista a migração dos servidores Windows 2000 para o Windows 2008 Server sob coordenação da Divisão de Telemática do DPRF, pois o suporte técnico oferecido pelo fabricante para o primeiro, expirou em 2010, além de ser naturalmente um sistema operacional tecnologicamente obsoleto.

Em 2010 houve um avanço considerável na qualidade das estações de trabalho disponibilizadas aos servidores da regional, sendo elas utilizadas tanto na execução das atividades administrativas como operacionais. O gráfico "Memória RAM – Evolução Histórica" reforça essa tese mostrando aumento bastante significativo da porcentagem das máquinas que possuem 2 GB de memória principal e uma natural queda na proporção dos equipamentos com 1 GB ou menos.

Outro estudo que pode comprovar a evolução é a distribuição de equipamentos de acordo com o processador nele acoplado, onde é verificado que 65,5% das máquinas possuem o processador *Pentium Dual-Core E5400* com 2,7 Ghz. No ano anterior (2009), 84% das máquinas eram equipadas com processadores *Sempron* com frequência entre 1600 e 1800 Mhz



Fonte: CACIC - DPRF

SISTEMAS REGIONAIS

Durante o ano de 2010 foram implantados sistemas regionais de controle interno com o objetivo de subsidiar os gestores da 2ª SPRF/MT de informações para planejar, acompanhar e controlar as diversas atividades administrativas e operacionais desempenhados por este órgão.

RELAÇÃO DE SISTEMAS REGIONAIS – 2ª SRPRF/MT			
Sigla sistema	**Descrição**	**Funcionalidades**	**Gestor**
SGCT	Sistema de gerenciamento de contratos de telefonia	- Lançamento dos valores das faturas telefônicas - Detecção de ligações que necessitam ser justificadas por seu executor através de parâmetros - Informa o usuário via e-mail que executou a ligação da necessidade de justificá-la - Possibilita ao usuário justificar se a ligação se deu em caráter particular ou a serviço. - Envia GRU ao usuário para ressarcimento no caso de ligações particulares	NUTEL

		- Elaboração de gráficos que mostram o consumo telefônico de cada linha instalada	
SICAV	Sistema de cadastro usuário VoIP	- Cadastra usuário para realização de certas ligações parametrizadas utilizando senha pessoal.	NUTEL
SIRE	Sistema de relatos administrativos	- Cadastra as atividades desenvolvidas por cada unidade para acompanhamento de todos os usuários.	SAF
SGCI	Sistema de gerenciamento de contrato de impressão	- Cadastra os equipamentos de impressão disponibilizados à 2ª SPRF/MT - Define cota de utilização para cada equipamento - O responsável pelo equipamento cadastra a quantidade de impressões realizadas - Geração de relatório para a empresa contratada contendo a quantidade de impressões realizadas no ciclo mensal	NUTEL
SADI	Sistema de avaliação de desempenho individual	- Cadastro de escalas dos postos considerando a ocorrência de permutas - Cadastro de impedimentos (atestados médicos, férias, etc) - Cadastro de procedimentos realizados por cada PRF - Geração de relatórios de desempenho com classificação de cada PRF	SPF
SGCL	Sistema gerencial de contrato de limpeza	- Obtenção de avaliação do serviço de limpeza por parte dos fiscais remotos - Geração de relatórios de nível de satisfação do contrato	SAF

Fonte: **Sistemas Integrados - NUTEL**

IMPACTO DOS SISTEMAS REGIONAIS NO ÂMBITO DA 2ª SRPRF/MT	
Sigla sistema	**Benefícios trazidos**
SGCT	Evita impressão de memorandos e COD's referentes a: - Solicitação de justificativa de ligação - Documento informativo do motivo da ligação - Memorando de encaminhamento ao gestor do contrato Reduz a morosidade do processo, tendo em vista que o sistema é online, ou seja, assim que a ligação é atribuída a um servidor, ele já tem a possibilidade de visualizar o dados e realizar a justificativa. Anteriormente o processo tinha dependência de malote. Centralização das informações de telefonia num único sistema interno.
SICAV	Identificação dos responsáveis pela efetuação de cada ligação interurbana e/ou para celular mediante utilização de senha pessoal
SIRE	Transparência nas atividades realizadas pela Seção Administrativa e Financeira, e pelos Núcleos a ela subordinados. Detecção de ocorrências na recepção pelo gestor/fiscal do contrato que provê o serviço.
SGCI	Gerenciamento de impressão com definição de cotas para cada equipamento. Acompanhamento online da situação do parque de impressão da 2ª SPRF/MT. Possibilidade de detectar a utilização excessiva do serviço de impressão, subsidiando o gestor com informações para tomada de decisões relativas ao contrato, como determinar a transferência de cota de uma para outra impressora bem como decidir pela interrupção temporária do funcionamento de um

	equipamento, etc.
SADI	Substituição de planilhas eletrônicas que antes eram utilizadas para este fim (avaliação de desempenho individual), que impede a ocorrência de erros de alimentação através de regras. Subsidia o gestor de informações quanto à produção operacional da unidade a qual ele está vinculado, auxiliando em sua tomada de decisões. Obriga o lançamento de escala real dos policiais de plantão nos postos de fiscalização. Torna transparente o trabalho realizado por cada policial em nível de delegacia e superintendência. Estimula a boa liderança, uma vez que o responsável pela unidade é recompensado pela boa produção de sua equipe (a média de produção de equipe é atribuída ao adjunto de unidade)
SGCL	Exime a necessidade de impressão de documentos para informar a qualidade do serviço prestado. Subsidia o gestor/fiscal de informações objetivas relativas ao contrato. Elimina a morosidade do processo, uma vez que sendo o sistema online os fiscais e gestores possuem acesso em tempo real de cada informação, eliminando a dependência de malotes para envio/recebimento de documentação

Para o ano de 2011 existe a demanda para desenvolvimento do projeto Livro Eletrônico para substituir o relato físico das atividades desempenhadas por cada um dos 17 (dezessete) postos da 2ª SRPRF/MT.

TRANSMISSÃO DE DADOS

Para prover acesso à rede de dados do DPRF (incluindo Intranet e Internet), em todos os 17 (dezessete) postos e 8 (oito) delegacias existentes no estado de Mato Grosso, além da sede da superintendência, existem 19 (dezenove) links de transmissão de dados para redes de longa distância em operação. Desse total, 11 (onze) são gerenciados pelo Núcleo de Telemática da 2ª SPRF/MT. Já os 8 (oito) restantes possuem sua gerência fixada na Divisão de Telemática do DPRF, com sede em Brasília/DF.

A tecnologia utilizada é o MPLS (Multi-Protocol Label Switching) em todos os pontos existentes. Os 11 (onze) links contratados por esta regional foram licitados no ano de 2008, gerando o Contrato nº 19/2008. Já os links sob gerência do DPRF foram contratados a partir da Ata de Registro de Preços do Pregão nº 67/2006 do Tribunal Superior do Trabalho.

A seguir segue a tabela contendo as localidades atendidas pelos contratos de transmissão de dados atualmente vigentes, bem como a velocidade de acesso à rede:

Largura de banda disponibilizada para acesso à rede DPRF

Localização	Velocidade real – MPLS	Velocidade média – anterior
Delegacia Cuiabá	256	48
Posto São Vicente *	128	48
Posto Trevo do Lagarto	128	48
Delegacia Rondonopolis	256	48
Posto Mineirinho *	128	48
Posto Petrovina	128	48
Posto Alto Garças	128	48
Delegacia Cáceres *	256	48
Posto Sangradouro	128	48
Delegacia Diamantino	256	48
Delegacia Primavera do Leste *	128	48
Posto Campo Verde *	128	48
Delegacia Sorriso *	128	48
Posto Santa Helena *	128	48
Delegacia Pontes e Lacerda	256	48
Delegacia Barra do Garças	256	48
Posto Água Boa	128	48
SEDE – Concentrador	2048	1024
SEDE – comunicação com DPRF *	1024	512

*Pontos abrangidos pelo contrato nacional gerido pelo DPRF; Fonte: Contrato nº 19/2008 – 2ª SRPRF/MT e 02/2005 – 2ª SRPRF/MT

A performance dos links de dados foi satisfatória de acordo com o estabelecido em Contrato. Sempre ao serem realizados testes, a velocidade aferida foi sempre igual ou superior à velocidade contratada, que é uma característica do próprio projeto da rede MPLS.

Foi verificado um *down-time* (tempo em que um determinado link ficou inoperante) significativo nos postos 801 e 802 (Barra do Garças e Água Boa) devido aos problema elétricos constantes, verificados nas localidades. Existe ainda, muita ocorrência de falta de energia e de queima de equipamentos devido à sobrecarga e a instalação elétrica inadequada nesses pontos.

O índice de operação aferido na tabela a seguir mede em porcentagem o tempo que o link ficou operante desde 15 de Novembro de 2010 (quando o índice começou a ser aferido).

Causas na queda desse índice podem se dar por diversas formas: falta de energia elétrica, sobrecarga na utilização do link, problemas na estrutura da provedora do serviço e a falta de equipamentos do DPRF conectados na rede no posto/delegacia. Cabe ressaltar que as velocidades dessas conexões necessitam ser aumentadas no ano de 2011 pelas seguintes razões:

- Ao longo de 2010 verificou-se que o link que interliga a sede da 2ª SPRF/MT com o DPRF muitas vezes esteve congestionado.

- Implantação de solução de vídeo conferência que deverá abranger todas as Superintendências, Delegacias e o DPRF.

- Implantação maciça de tecnologia de voz sobre IP em todas as unidades do DPRF.

Disponibilidade dos links de transmissão de dados

Link	Operação
Concentrador-dprf	100,00%
roteador-posto-101	100,00%
roteador-posto-102	95,56%
roteador-posto-201	98,77%
roteador-posto-202	99,24%
roteador-posto-203	98,85%
roteador-posto-204	95,40%
roteador-posto-301	98,27%
roteador-posto-302	99,43%
roteador-posto-401	96,23%
roteador-posto-402	98,90%
roteador-posto-501	98,35%
roteador-posto-502	98,70%
roteador-posto-601	97,68%
roteador-posto-602	98,20%
roteador-posto-701	99,43%
roteador-posto-801	85,75%
roteador-posto-802	88,72%
Média	**97,08%**

Fonte: **Sistema NAGIOS – 2ª SRPRF/MT**

A meta definida para 2011 seria o de dobrar a velocidade de acesso em cada um dos links. Passando os postos a operarem com 256 kbps, as delegacias com 512 kbps e o concentrador com 4096 kbps. O link com o DPRF necessitaria ser ampliado numa proporção ainda maior para evitar os congestionamentos verificados, devendo ser aumentado para 4096 kbps.

INVESTIMENTOS EM 2010

Os investimentos realizados na área de informática para 2010 foram destinados à compra de nobreaks, comutador (switch) e monitores de 42".

Para a compra de de nobreak foi descentralizado o valor de R$ 24.160,00 (vinte e quatro mil e cento e sessenta reais) para realizar adesão à Ata de Registro de Preços do Pregão nº 172/2009 da UNIFESP.

Os nobreaks de 1400VA foram destinados aos postos de fiscalização PRF no estado. O nobreak de 10.000 VA foi destinado ao CPD da 2ª SPRF/MT e instalado na sala própria do Núcleo de Telemática.

INVESTIMENTO - ADESÃO À ATA DE RP DO PREGÃO Nº 172/2009 - UNIFESP				
Item RP	**Descrição**	**Quantidade solicitada**	**Preço unitário**	**Total**
7	No-Break 1400VA – Entrada BiVolt / Saída 115 V – 6 tomadas, marca Engetron – Modelo Flex1500-USB	36 unidades	R$ 310,00	R$ 11.160,00
11	No-Break 10000VA – Tensão de entrada – 220V, marca Engetron	1 unidade	R$ 13.000,00	R$ 13.000,00
TOTAL				**R$ 24.160,00**

Fonte: **Memorando Nº 191/2010 - NUTEL**

O recurso para a aquisição de comutador foi de R$ 4.827,00 (quatro mil e oitocentos e vinte e sete reais). A compra foi realizada mediante adesão à Ata de Registro de Preços nº 06 do Pregão nº 26/2010 da 7ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal do Paraná. O equipamento servirá como switch core do CPD, onde todos os demais switches de borda e também servidores do parque de informática serão conectados, tendo em vista que se trata de um equipamento robusto e com alta capacidade de comutação de pacotes.

INVESTIMENTO ADESÃO À ATA DE RP Nº 06 DA 7ª SPRF/PR					
Nº ata	**Item pregão**	**Descrição**	**Valor unitário**	**Quantidade**	**Valor total**
6	19	SWITCH L3	R$ 4.827,00	1	R$ 4.827,00
TOTAL					**R$ 4.827,00**

Fonte: **Memorando Nº 407/2010 - NUTEL**

Assim como em 2009, a 14ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal da Paraíba ficou responsável pela compra de estações de trabalho para todas as regionais, seguindo o modelo de Unidade de Compra Centralizada (UCC) idealizada pelo DPRF. O pregão se deu na modalidade de Registro de Preços, e o número registrado foi o 10/2010 – 14ªSPRF/PB.

Para a 2ª SRPRF/MT foram registrados 20 (vinte) estações de trabalho, 22 (vinte e dois) notebooks e 20 (vinte) monitores LCD. Por questões orçamentárias, não foi possível empenhar nenhum equipamento para aquisição no ano de 2010.

Foram investidos R$ 15.576,00 na aquisição de 6 (seis) televisores/monitores de 42". Desse total, 2 (dois) foram destinados para a 2ª SRPRF/MT com o objetivo de prover a CIOP (Central de Informações Operacionais) informações em tempo real sobre a ocorrência de acidentes e crimes nas rodovias federais no momento em que forem registrados.

Tal equipamento também será utilizado pelo Núcleo de Telemática para monitoramento da situação de cada um dos 19 links de dados os quais a 2ª SPRF/MT faz uso e é imprescindível para o desempenho de suas atividades. Assim, caso algum problema seja detectado a ação para corrigi-lo pode ser realizada imediatamente. Os 4 (quatro) equipamentos restantes são destinados à sede do DPRF em Brasília.

Os monitores foram adquiridos mediante adesão ao Registro de Preços de nº 323/2009 do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

INVESTIMENTO REALIZADO MEDIANTE ADESÃO À ATA DE RP Nº 323/2009 TST				
Item pregão	**Descrição**	**Valor unitário**	**Quantidade**	**Valor total**
13	Monitor de LCD 42"	R$ 2.596,00	2	R$ 5.192,00
TOTAL				**R$ 5.192,00**

Fonte: **Ata de Registro de Preços Nº 323/2009 - TST**

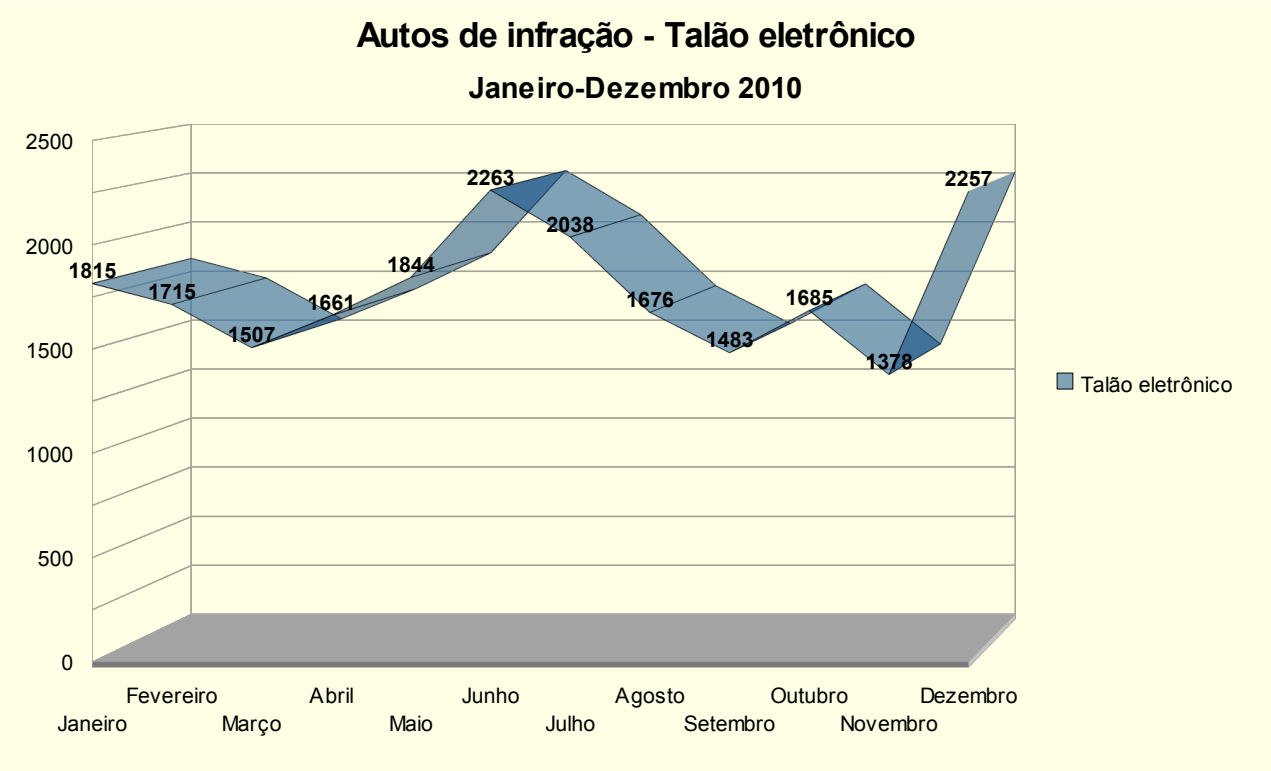
Somando-se todas os **investimentos na área de informática da 2ª SPRF/MT efetuados em 2010** (nobreaks, comutadores e estações de trabalho), foi utilizado o montante de **R$ 34.179,00 (trinta e quatro mil e cento e setenta e nove reais).**

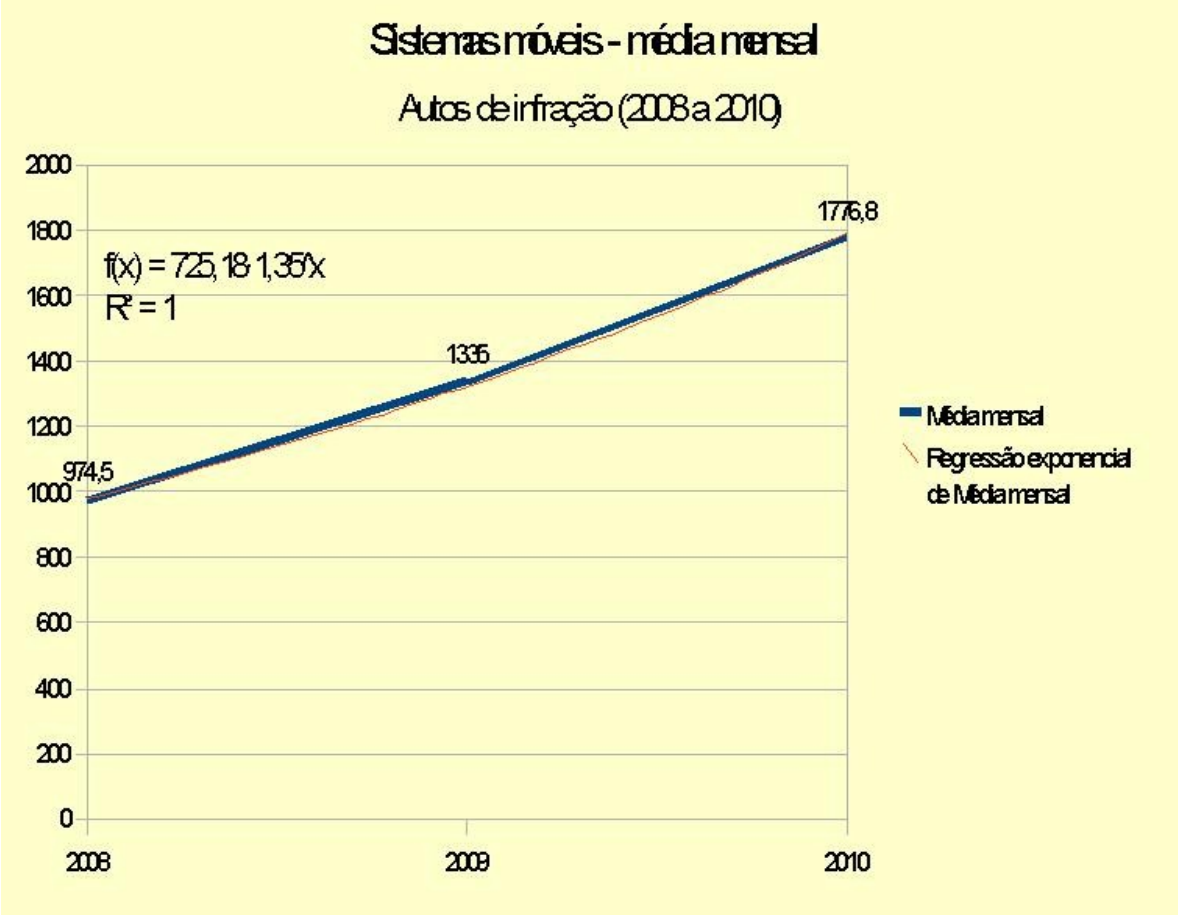
SISTEMAS MÓVEIS

O projeto Sistemas Móveis, apresentou novo crescimento de utilização em 2010. O projeto teve seu início no final de 2008 e consiste na utilização de computadores de mão (chamados de EDA ou PDA) para realização de consultas na base de dados de veículos (RENAVAM), de CHNs (RENACH) e criminal (INFOSEG). Também é possível lavrar auto de infração a partir do aparelho e, sendo o sistema online, os registros são armazenados diretamente na base de dados de multas do DPRF (SISCOM).

O número de autos realizados via Sistemas Móveis em 2010 é 33,1% maior do que o aferido em 2009. O aumento pode ser entendido como fruto do aumento de efetivo lotado na atividade fim da PRF no estado, aliado à popularização do sistema no âmbito da 2ª SPRF/MT.

A tendência é que outras funcionalidades sejam agregadas à ferramenta pelo DPRF na medida em que surgirem novas funcionalidades requisitadas pela área operacional e disponibilidade de recursos para desenvolvimento por parte da Divisão de Administração de Sistemas.





OUTSOURCING DE IMPRESSÃO

O parque de impressão da 2ª SRPRF/MT é constituído por máquinas alocadas mediante o Contrato nº 18/2008. Para prover o serviço foram alocadas impressoras laser e equipamentos multifuncionais (agregando as funções de impressora, fotocopiadora, *scanner* e fax) monocromáticos.

O contrato encontra-se no 2º Termo Aditivo e seu valor anual é de R$ 78.999,96 (setenta e oito mil e novecentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos) para a impressão de 518.400 (quinhentas e dezoito mil e quatrocentos) páginas. Tanto o valor do contrato, como o volume de impressão permaneceu inalterado desde a sua celebração.

Para o ano de 2011 existe a previsão de aumento na quantidade de impressões em aproximadamente 15%, para atender um acréscimo expressivo de efetivo ocorrido em 2010 na 2ª SPRF/MT. Aliado a isso, é previsto que documentos de formulário como o DRV e RRC sejam realizados diretamente pelo computador e que tais formulários não sejam mais adquiridos pela PRF, o que também culminaria no aumento desse volume. O impacto na quantidade de impressões ainda está sendo aferido pela Seção de Policiamento e Fiscalização e deverá ser levado em conta na realização de futuro procedimento licitatório.

Para atender essa nova demanda, está em estudo a possibilidade de se realizar uma nova licitação para buscar valores mais vantajosos para a administração, tendo em vista que nesse tipo de mercado, quanto maior o volume de impressões, menor o preço por página impressa pode ser conseguido.

DA TELEFONIA

O sistema de telefonia na 2ª Superintendência da Polícia Rodoviária Federal encontra-se baseada na vigência de 5 (cinco) contratos com empresas do setor com adição de uma tecnologia interna do DPRF de convergência (dados e voz), conhecido como VOIP (Voz sobre IP).

RELAÇÃO DE CONTRATOS DE TELEFONIA ATUALMENTE VIGENTES – 2ª SRPRF/MT				
Contrato	**Descrição do serviço**	**Empresa contratada**	**Termo aditivo**	**Valor estimado do contrato**
Nº 06/2006	Telefonia fixa E1 com DDR (sede regional), Longa distância nacional para fixo, Longa distância internacional para fixo.	Embratel	4º TA	R$ 78.380,88
Nº 07/2006	Telefonia fixa (interior)	Oi/BrasilTelecom	4º TA	R$ 75.000,00
Nº 10/2008	Telefonia celular	Vivo	2º TA	R$ 34.995,56
Nº 06/2010	Telefonia celular para PABX	Vivo	-	R$ 26.900,00
Nº 07/2010	Longa distância nacional para celular	Embratel	-	R$ 31.967,34
TOTAL				**** Erro na expressão ****

Fonte: **Contratos Nº 06/2006, 07/2006, 10/2008, 06/2007 e 07/2010, todos da 2ª SPRF/MT**

Os custos relacionados com o serviço de telefonia foram obtidos através dos valores registrados no SIASG (Sistema de Administração de Serviços Gerais) do Governo Federal. Deve-se atentar ao fato que os montantes apontados se referem ao módulo CRONOGRAMA, onde se dá o ateste das faturas pelo Fiscal do Contrato.

HISTÓRICO DE GASTOS COM TELEFONIA 2008 À 2010				
Item	**Contrato**	**Gasto em 2008 (R$)**	**Gasto em 2009 (R$)**	**Gastos em 2010 (R$)**
1	06/2006 - STFC (Sistema de Telefonia Fixa Comutada) proveniente de linhas-tronco bidirecionais via acesso digital a velocidade de 02 Mbps (E1) com recurso de DDR, modalidade local, longa distância nacional e internacional	69923,39	79981,15	75837,44
2	07/2006 - STFC – modalidade local proveniente de linhas diretas analógicas	84409,9	88879,83	72596,45
3	10/2008 – Sistema Móvel Pessoal	15803,78*	31826,66	30543,46
4	06/2010 – Telefonia celular para PABX	**	**	7487,08 ***
5	07/2010 – Telefonia de longa distância para celular	**	**	6940,34 ***

- Contrato teve início em Julho/2008; ** Contrato não era vigente nesse ano;
- *** Contrato teve início de vigência em Abril/2010; Fonte: **SIASG – Governo Federal**

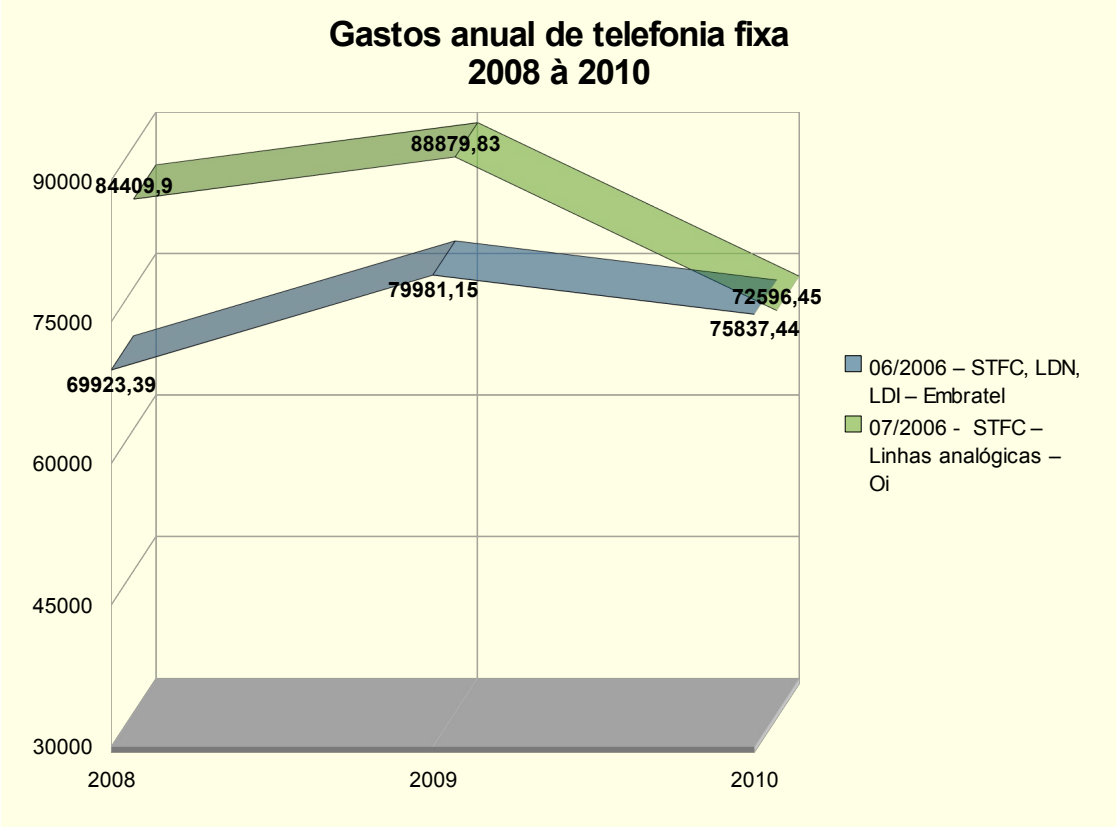
COMPARATIVO DE GASTO COM TELEFONIA FIXA – 2008/2009/2010

TELEFONIA FIXA

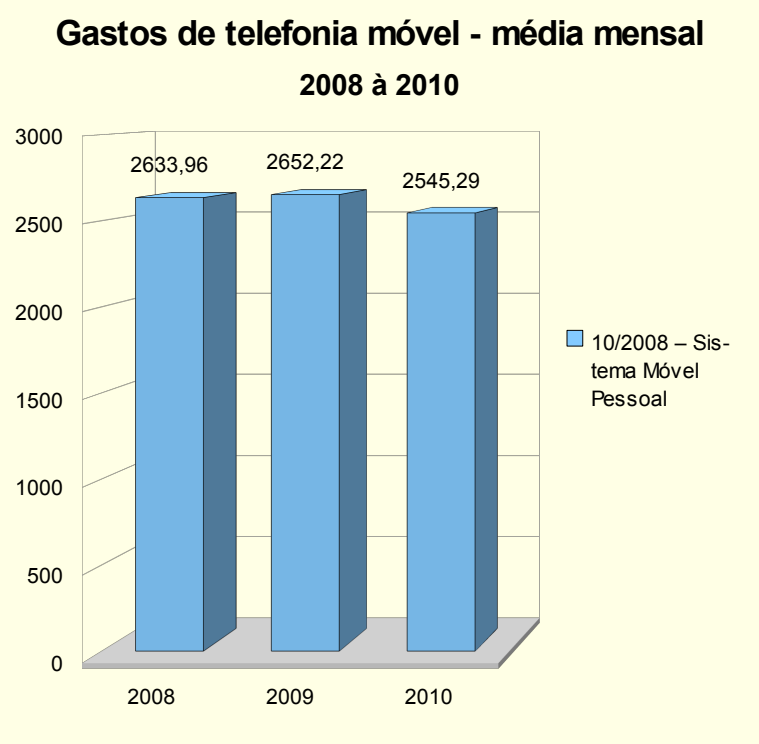
No comparativo de gastos com telefonia fixa de 2009 para 2010, verifica-se uma redução na ordem de 12,1% que equivale a R$ 20.427,09 (vinte mil e quatrocentos e vinte e sete reais e nove centavos). A razão dessa redução se deve a uma fiscalização mais efetiva, aliada ao aumento do efetivo do Núcleo de Telemática. Aliado a esse processo de fiscalização, a 2ª SPRF/MT conta um sistema próprio previsto na Portaria nº 236/2010.

No processo de fiscalização está inserida a averiguação por parte do fiscal do contrato se as ligações realizadas com valor de faturamento considerável possuem caráter particular ou profissional. No caso de ser constatado mediante declaração do próprio usuário do serviço que se trata de uso particular, uma GRU no valor da ligação é gerada e enviada para o mesmo efetuar o seu pagamento.

Em 2010, foi ressarcido aos cofres públicos o montante R$ 1.647,29 (mil e seiscentos e quarenta e sete reais e vinte e nove centavos) por essa sistemática.



TELEFONIA MÓVEL



INVESTIMENTOS

O investimento realizado na área de telefonia foi de R$ 8.550,00 (oito mil e quinhentos e cinquenta reais) para aquisição de 19 (dezenove) aparelhos telefônicos híbridos (admitem que sejam realizadas ligações tanto na rede VOIP como na rede pública – PSTU).

Os aparelhos serão disponibilizados a cada um dos postos de fiscalização da PRF no estado, bem como na Central de Informações Operacionais (CIOP). Os aparelhos foram adquiridos mediante adesão à Ata nº 02 do Pregão nº 26/2010 da 7ª SPRF/PR.

INVESTIMENTO EM TELEFONIA REALIZADO EM 2010					
Nº ata	**Item pregão**	**Descrição**	**Valor unitário**	**Quantidade**	**Valor total**
2	2	Telefone híbrido sem fio	R$ 450,00	19	R$ 8.550,00

Fonte: **Ata de RP Nº 02 da 7ª SPRF/PR**

Telefones híbridos são interessantes porque podem ser programados para sair tanto pela rede VOIP como pela PSTU, dependendo número de entrada fornecido. Pode-se programar por

exemplo, que todas as ligações interurbanas e para celular sejam enviadas pela rede VOIP, obrigando o usuário do serviço a digitar uma senha para completar a chamada. Existe, portanto, um grande potencial de aumentar o controle do uso do serviço de telefonia, obrigando inclusive que todas as ligações de longa distância sejam realizadas exclusivamente pela operadora contratada.

VOZ SOBRE IP

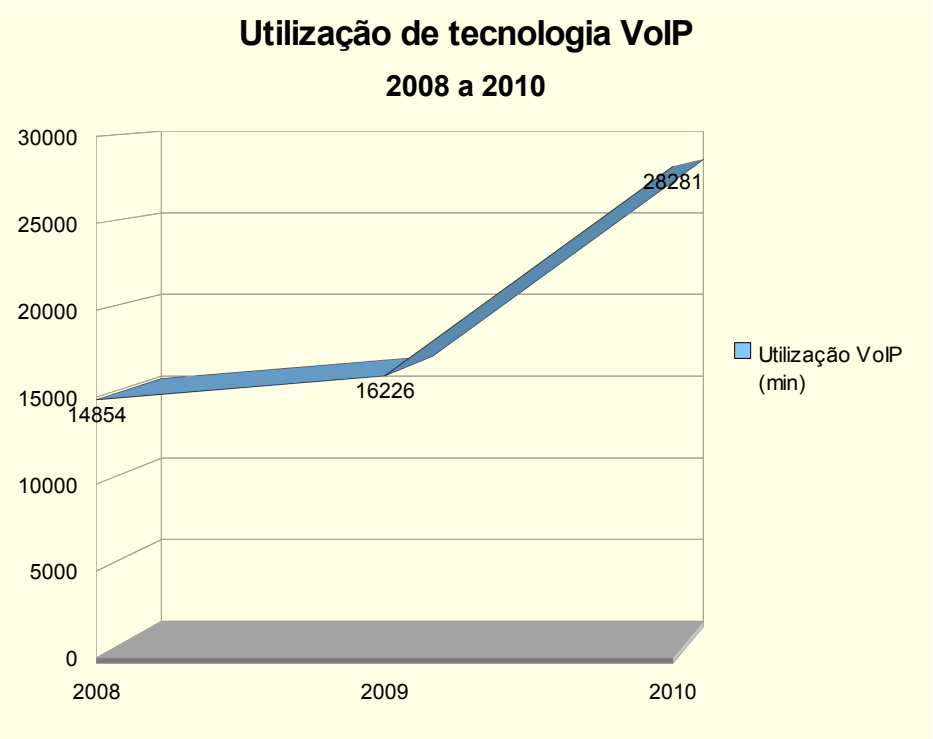
Em 2010 houve um aumento de 74% na utilização (em minutos) da tecnologia Voz sobre IP no âmbito da 2ª SPRF/MT em relação ao ano de 2009.

UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA VOZ SOBRE IP NO ÂMBITO DA 2ª SPRF/MT				
Item	**Descrição**	**Utilização 2008 (min)**	**Utilização 2009 (min)**	**Utilização 2010 (min)**
1	Utilização VOIP	14854 min 21 seg.	16226 min 14 seg.	28281 min 9 seg.

Fonte: **Sistema Asterisk – Histórico de ligações - NUTEL**

Considerando que o contrato nº 06/2006 estabelece o custo de ligação interurbana para telefone fixo em R$ 0,62608 e que a ligação VOIP não possui custo algum, concluímos que em 2010 a utilização do VOIP providenciou uma economia para a União de **R$ 17.706,17 (dezessete mil e setecentos e seis reais e dezessete centavos).**

Para 2011, vislumbra-se um significativo aumento na utilização de tal ferramenta devido a aquisição de telefones híbridos, que tornará possível realizar chamadas saindo tanto da rede pública de telefonia, como também na rede de dados. Isso possibilita um maior controle e gerência do uso do sistema de telefonia, otimizando os recursos financeiros destinados a esse tipo de contrato.



DA RADIOCOMUNICAÇÃO

A estrutura do sistema de radiocomunicação da 2ª SPRF/MT é composta de 18 (dezoito) estações fixas – torre com sistema radiante e transceptor, sendo cada uma delas instaladas nos 17 (dezessete) postos e na sede do órgão, é também disponibilizado aos postos rádios portáteis. Cada uma das viaturas operacionais em atividade também conta com transceptor instalado junto com sistema irradiante completo para comunicação no trecho de circunscrição.

Em 29/04/2010 houve início da vigência do Contrato nº 08/2010, de manutenção do sistema de radiocomunicação da 2ª SPRF/MT.

O contrato contempla serviços de manutenção com fornecimento de peças em torres de radiocomunicação (balizamento noturno, aterramento, sistema de proteção contra descargas atmosféricas), sistema irradiante (antena, cabeamento, conectores) e transceptores de todos os tipos (portáteis, móveis e fixos). O valor estimado do contrato é de R$ 100.860,00 (cem mil e oitocentos e sessenta reais), sendo R$ 58.020 (cinquenta e oito mil e vinte reais) destinado para o serviço de mão-de-obra e R$ 42.840,00 (quarenta e dois mil e oitocentos e quarenta reais) para peças e acessórios.

Até o final do ano de 2010 foram utilizados o montante de R$ 43.515,07 para serviços e 17.383,08 (dezessete mil e trezentos e oitenta e três reais e oito centavos) para peças e acessórios.

Contrato 08/2010 – Manutenção de radiocomunicação|		
Item	**Descrição**	**Valor utilizado (R$)**
1	Serviços/Instalação	R$ 42.840,00
2	Peças/acessórios	R$ 17.383,08
TOTAL		** Erro na expressão **

Fonte: **Contrato Nº 08/2010 – 2ª SRPRF/MT**

Manutenções preventivas e corretivas foram realizadas em 16 dos 17 (dezessete) postos da 2ª SRPRF/MT e em viaturas de ronda utilizadas nessas unidades.

O único posto não atingido é o 402 (Várzea Grande), por motivos de contingenciamento de recursos financeiros, haja vista que existe um débito com a empresa contratada de R$ 22.551,03 (vinte e dois mil e quinhentos e cinquenta e um reais e três centavos) que ainda não foi liquidado.

INVESTIMENTOS

Para investimento na área de radiocomunicação foram empenhados R$ 8.495,00 (oito mil e quatrocentos e noventa e cinco reais) na aquisição de 5 (cinco) transceptores portáteis mediante adesão à Ata de Registro de Preço nº 04/2010 da 3ª SRPRF/MS.

Sendo o recurso para investimento nessa área muito escasso no ano de 2010, os transceptores serão destinados aos locais que possuem maior necessidade do equipamento, o que deve ser apurado pela Seção de Policiamento e Fiscalização da 2ª SPRF/MT.

INVESTIMENTO EM RADIOCOMUNICAÇÃO - 2010					
Nº ata	**Item pregão**	**Descrição**	**Valor unitário**	**Quantidade**	**Valor total**
4	1	Rádio Transceptor portátil	R$ 1.699,00	5	R$ 8.495,00
TOTAL					**R$ 8.495,00**

Fonte: **Ata de RP Nº 04/2010 – 3ª SPRF/MS**

A maior meta para o ano de 2011 será o de instalar 4 (quatro) repetidoras em regiões estratégicas para a PRF de Mato Grosso, sobretudo nas regiões de fronteira e localidades com altos índices de acidentes, que necessitam de ampliação em sua área de cobertura. Para implantação desse projeto, estuda-se a realização de convênios com operadoras de telefonia do estado para que a PRF utilize da estrutura de suas torres para instalação de equipamentos próprios que realizariam a repetição do sinal de rádio.

Dessa forma, seria desnecessária a aquisição de uma torre para esse fim, lembrando que o custo médio unitário é de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

O maior risco existente na plena execução desse projeto se deve ao contingenciamento de recursos orçamentários e financeiros para aquisição e instalação dos equipamentos, bem como a

negociação com as empresas alvo, para que autorizem a utilização da estrutura por parte da 2ª SPRF/MT para instalação de seus equipamentos.

PENDÊNCIAS JUNTO A ANATEL

A 2ª SRPRF/MT realizou pagamento de **R$ 99.667,26 (noventa e nove mil e seiscentos e sessenta e sete reais e vinte e seis centavos)** à Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), referente ao direito de uso de rádio frequência (PPDUR) e direito de exploração de serviços de telecomunicações e direito de exploração de satélite (PPDESS), vigente desde 2003, conforme Ato Nº 35605/2003 expedido pela ANATEL.

Houve contestação por parte da 2ª SPRF/MT sobre a cobrança desse serviço, uma vez que não existiu processo formal autuado neste órgão sobre essa disponibilização de serviço. Além disso, o DPRF havia também solicitado o mesmo serviço, concedido mediante Ato Nº 52021/2005 da ANATEL.

Tal controvérsia foi mediada pela AGU (Advocacia Geral da União) de Mato Grosso por intermédio da Consultoria Jurídica que entendeu que o débito é devido pela 2ª SPRF/MT, tendo em vista que o Ato nº 35605/2003 foi devidamente publicado no Diário Oficial da União e houve manifestação por parte da 2ª SRPRF/MT na solicitação do serviço.

Importante salientar ainda que as Resoluções 386/2004 e 387/2004 da ANATEL, que estabelecem desconto na ordem de 90% sobre os tipos de serviços contratados, não podem ser aplicados, uma vez que entraram em vigor posteriormente à data de solicitação e expedição do Ato nº 35605/2003.

DO CUMPRIMENTO DE METAS PARA 2010

Para o ano de 2010 foram estabelecidas metas visando a melhoria dos serviços prestados na área de informática, telefonia e radiocomunicação no âmbito da 2ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal.

Na área de informática, foi estabelecido como meta prover melhor confiabilidade nos serviços prestados, isto é, sempre que houver necessidade do policial ter acesso a um sistema do DPRF ou externo, ele deve possuir um computador disponível com plenas condições de utilização, com link de comunicação operante.

Para atingir essa meta, a ação estabelecida foi a de aquirir nobreaks para o CPD, bem como para os computadores dos postos PRF (no mínimo dois por unidade) para prover o mínimo de proteção contra pequenos surtos elétricos e uma oportunidade de continuar o trabalho em andamento sem interrupção. Essa ação visava evitar que os equipamentos fossem ligados diretamente na tomada, o que aumenta consideravelmente as chances do mesmo ser queimado (provocando indisponibilidade no serviço). A meta foi **parcialmente atingida**, visto que apesar de 34 (trinta e quatro) nobreaks para desktop e 1 (um) para o CPD serem adquiridos, é também de extrema necessidade a reforma da parte elétrica em alguns postos, aliada à troca de espelhos e adaptadores de tomada para o novo padrão brasileiro previsto pela NBR 14136, o que não foi possível de ser atingido.

Outra meta prevista era a de ampliar o programa "Sistemas Móveis" provendo 12 (doze) novos EDAs e 6 (seis) impressoras térmicas às delegacias que mais aderiram ao projeto, bem como para destinar a novos postos PRF. Essa **meta não foi atingida**, tendo em vista que para manter a padronização e homogenização do sistema, esse tipo de aquisição necessita ser realizada a nível nacional, e em 2010 não houve aquisições desses equipamentos por parte do DPRF. Além disso, não houve acréscimo de postos de fiscalização no estado.

Na área de radiocomunicação, o objetivo de aumentar área de cobertura de rádios fixos e móveis da 2ª SPRF/MT **foi atingido** mediante celebração do contrato nº 08/2010 com empresa especializada, que prestou serviço em 16 (dezesseis) postos de fiscalização (rádios fixos e instalados nas viaturas), realizando troca de cabos, conectores, antenas e fontes defeituosas. Essa ação deve continuar durante o ano de 2011, que prevê a instalação de repetidoras no objetivo de ampliar ainda mais a área de cobertura do sistema de radiocomunicação da 2ª SPRF/MT.

No escopo da telefonia, a meta era a de redução de gastos em 7,5% em relação a 2009. Considerando a redução em 12,1% ocorrida em 2010, conclui-se que a **meta foi atingida**.

Outra meta para 2010 era a de quitar os débitos pendentes com a ANATEL, tendo em vista que ao longo de 2009, o Núcleo de Assessoramento Jurídico da AGU em reunião com representantes da 2ª SPRF/MT e da ANATEL já havia constatado em comum acordo que o débito de **R$ 99.667,26 (noventa e nove mil e seiscentos e sessenta e sete reais e vinte e seis centavos)** era devido. Como a dívida foi paga, considera-se a **meta plenamente atingida.**

Na área de desenvolvimento as metas eram o desenvolvimento de sistema de avaliação individual (SADI) para o SPF, sistema de gerenciamento de contratos de telefonia (SGCT), e

sistema de gerenciamento de contratos de limpeza (SGCL). **A meta foi cumprida**, todos os sistemas estão em produção e o backup do banco de dados é diário, em nível de 1D, ou seja, caso os dados sejam perdidos eles podem ser recuperados sendo perdido no máximo 1 (um) dia útil de trabalho.

MAPA DE ATINGIMENTO DE METAS DE 2010		
Meta	**Atingida?**	**Considerações**
Prover maior confiabilidade e disponibilidade no acesso a equipamentos de informática.	**Parcialmente**	Necessidade de aquisição de cabos e, espelhos de tomada e adaptadores para instalação de no-breaks nos postos e no CPD. No-breaks adquiridos e providos pelo menos 2 (dois) computadores por posto.
Aumentar policiamento e fiscalização mediante utilização de equipamentos eletrônicos	**Não**	Novos postos previstos não foram construídos. Compra centralizada pelo DPRF para padronização, não sendo adquirida no exercício 2010.
Aumentar área de cobertura dos postos e viaturas PRF	**Sim**	94% dos postos atingidos pelo processo de manutenção com aumento expressivo de cobertura
Redução de gastos de telefonia em 7,5%	**Sim**	Redução de 12,1% nos gastos com telefonia em relação a 2009
Quitação de dívida com a ANATEL	**Sim**	Realizado o pagamento de **R$ 99.667,26** (noventa e nove mil e seiscentos e sessenta e sete reais e vinte e seis centavos) referente a licença de exploração de serviço de telecomunicações
Informatizar os sistemas de controle de contratos de telefonia, avaliação operacional individual e de limpeza	**Sim**	Os sistemas foram desenvolvidos com tecnologia JSP + MySQL. Padrão aberto e possibilidade de acréscimo de novas funcionalidades.

Fonte: **Núcleo de Telemática – 2ª SRPRF/MT**

AÇÃO: 200C Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária

Tipo	Projeto
Finalidade	Adquirir veículos e aeronaves que garantam a logística de transporte necessária ao patrulhamento das rodovias e estradas federais, ao combate ao crime e ao resgate de vítimas.

Descrição	Aquisição de viaturas e aeronaves de resgate, motocicletas tipo policial e demais viaturas especiais que se façam necessárias ao bom funcionamento da Polícia Rodoviária Federal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais

O DPRF possui como meta a renovação anual de 25% de sua frota. Com o intuito de oferecer aos policiais equipamentos seguros que os auxiliem durante o desempenho de suas atividades e que sirvam de instrumento para a realização de um efetivo serviço a sociedade, o DPRF vem constantemente, exercício após exercício, solicitando a suplementação desta ação para que o trabalho não fique comprometido.

Os valores gastos com esse tipo de aquisição, apesar das suplementações (grande parte das vezes obtida em contrapartida a algum crédito disponibilizado pelo DPRF) e destaques recebidos de outros órgãos (PRONASCI/MJ) ainda estão muito aquém das necessidades efetivas para se manter a frota em perfeitas condições de uso.

Ressalta-se, nesta análise, a política de leilões adotada pelo DPRF que proporciona o desfazimento dos veículos antigos da instituição. Contudo, o retorno dos valores obtidos com essa prática, em forma de orçamento, ainda é muito difícil, sendo objeto de exaustivas solicitações aos órgãos responsáveis.

No exercício 2010 foram adquiridos 27 viaturas o que correspondeu a um aumento de 27,8% da frota da regional, conforme quadro abaixo:

Descrição	Quantidade Adquirida	Valor Unitário	Valor Total
Frontier LE	2	R$ 109.000,00	R$ 218.000,00
Frontier LE Guincho	3	R$ 123.685,00	R$ 371.055,00
Frontier Cães	1	R$ 106.600,00	R$ 106.600,00
Blazer 2.4	13	R$ 87.000,00	R$ 1.131.000,00
Pajero HD	5	R$ 114.000,00	R$ 570.000,00
Fiesta 1.6	2	R$ 35.100,00	R$ 70.200,00
Fusion	1	R$ 74.765,00	R$ 74.765,00
TOTAL	27	R$ 2.466.855,00	

AÇÃO 2B11 - Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal.

Tipo	Projeto

Finalidade	Garantir segurança aos usuários das rodovias federais, através da eliminação de pontos críticos por meio do monitoramento e fiscalização eletrônica de pontos estratégicos, exercendo o controle efetivo de velocidade, de forma a prevenir e reduzir gradativamente o número de acidentes, além de exercer o controle sobre o fluxo de trânsito e criminalidade através da produção de dados e gerenciamento de informações.
Descrição	Planejamento e execução dos projetos, tendo como base os pontos de maior índice de acidentes. Instalação de equipamentos de acordo com a Lei nº 9.503/97. Contagens volumétricas de trânsito, envolvendo os equipamentos e os instrumentos para levantamento de dados relativos ao volume de tráfego nas rodovias federais. Controle de trânsito de veículos pesados, mediante a utilização de balanças rodoviárias para a melhoria da segurança no trânsito e aumento do tempo de vida útil da via pavimentada. Implantação de projetos e instalação de equipamentos de monitoramento de veículos em rodovias federais. Controle das rodovias mediante o monitoramento eletrônico das rodovias.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais

Há um inter-relacionamento de crimes de mesma natureza que se associam com o objetivo de transportar de um Estado para outro, através das rodovias o produto ilícito, obrigando a polícia a desenvolver ações de maneira otimizada nas rodovias federais. Essa variação da natureza criminosa e o inter-relacionamentos do crimes, impulsiona o Policiamento e Fiscalização em conjunto com outros órgãos da Segurança Pública e de outros órgãos com atribuição de fiscalização, pois em virtude de sua capilaridade torna a Polícia Rodoviária Federal um órgão de integração nas ações de fiscalização.

A celebração de convênio com diversos órgãos (como Ministério do Trabalho, DETRAN, Secretaria Estadual do Meio Ambiente, Defesa Cível, etc.) caracteriza a natureza de integração da Polícia Rodoviária Federal.

O Estado de Mato Grosso se destacou em 2010 por ser rota do tráfico de drogas, principalmente cocaína, devido à grande faixa territorial de fronteira, sendo traçadas várias rotas para o transporte da droga. Com isso, os organismos policiais vêm travando um incansável trabalho de combate ao transporte de entorpecente, pelas rodovias que cortam o Estado de Mato Grosso.

Outro fator preponderante, discorre acerca da utilização das rodovias que cortam Mato Grosso, para a consumação de delitos, como: roubos de cargas e veículos, assalto a ônibus de passageiros, fugas e mobilização de grupos e transporte de armas para prática de assaltos a bancos nos municípios interioranos, além da utilização das rodovias, por indivíduos foragidos da justiça, promovendo assim, uma sensação de intranquilidade aos cidadãos em trânsito.

Durante o exercício de 2010 a Comissão de Implantação do Programa Alerta Brasil do Departamento de Polícia Rodoviária Federal à luz das atribuições fixadas e na conformidade que estabelece seu plano estratégico solicitou a Seção de Policiamento e Fiscalização o levantamento de pontos estratégicos no Estado de Mato Grosso para a implantação do SINIVEM – Sistema

Integrado Nacional de Identificação de Veículos em Movimento, composto de sistema de informática, equipamentos e pessoal para suporte técnico, capaz de efetuar o reconhecimento automático de placas de veículos em movimento, em tempo real, confrontando-as com bancos de dados de interesse das áreas de Segurança Pública.

Os pontos estratégicos forma repassados, porém os recursos não foram liberados para a implantação e operacionalidade do sistema.

AÇÃO 2524 - Capacitação do Policial Rodoviário Federal

Tipo	Projeto
Finalidade	Formar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os candidatos as atividades inerentes da Policia Rodoviária Federal. Capacitar e qualificar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os servidores para o melhor desempenho de suas atribuições.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas à formação dos candidatos habilitando-os as atividades da Policia Rodoviária Federal. Capacitação dos policiais rodoviários. Custeio de eventos, pagamento de hora aula aos instrutores, orientadores e colaboradores eventuais do DPRF, pagamento de passagens e diárias quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, aquisição de material específico para treinamento e outras despesas correlatas á formação e capacitação do policial. Realização de treinamentos, cursos de capacitação, de requalificação e de qualificação profissional das atividades específicas para atuação do policial rodoviário federal, com implementação de novas alternativas tecnológicas e gerenciais que desenvolvam a eficiência e eficácia dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal à sociedade. Aplicação do Decreto nº 2794/98. Decreto nº 1655, Lei nº 9654/98 e PNSP (Lei 10201/2001). Implementação e execução do ensino à distância, com os insumos necessários a possibilitar a realização de cursos de formação e capacitação, possibilitando desta forma a massificação do conhecimento em disciplinas de conteúdo teórico.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais

Durante o exercício 2010 foi realizado o acompanhamento e suporte aos cursos a distância realizados pelos servidores da 2ª SRPRF/MT, tanto aqueles oferecidos pela UNED – Unidade de Ensino a Distância da Polícia Rodoviária Federal, como pela SENASP/MJ, além dos cursos presenciais, conforme segue:

Cursos realizados para servidores lotados na 2ª SRPRF/MT no ano de 2010	
Nome	**Nº servidores**
Curso de Motolância - SAMU	1
IV Curso de Guias de Cães Farejadores de Drogas	16
Programa de Atualização Policial – Mod. II – NOE/SEDE	17
Programa de Atualização Policial – Mod. II – SEDE	32

Programa de Atualização Policial – Mod. II – 7ª DEL	14
Programa de Atualização Policial – Mod. II – 2ª DEL	25
Programa de Atualização Policial – Mod. II – 8ª DEL	21
Programa de Atualização Policial – Mod. IV – Gestores	23
Programa de Atualização Policial – Mod. IV – 1ª DEL	31
Programa de Atualização Policial – Mod. IV – SEDE/NOE	40
Programa de Atualização Policial – Mod. IV – 2ª DEL	32
Programa de Atualização Policial – Mod. IV – 4ª DEL	34
Programa de Atualização Policial – Mod. IV – 6ª DEL	33
Programa de Atualização Policial – Mod. IV – 8ª DEL	21
Programa de Atualização Policial – Mod. IV – 5ª DEL	18
Programa de Atualização Policial – Mod. IV – 3ª DEL	21
Programa de Atualização Policial – Mod. IV – 7 ª DEL	22
Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária	2
Curso de Fiscalização de Tacógrafo	270
Curso de Combate à Pirataria	10
Curso de Análise de Autos de Infração	3
Curso Superior de Polícia	4
Total de Cursos: 42	**Total de servidores: 690**

Não foi possível executar o programa de atualização policial MOD II em todas as Delegacias PRFs desta Regional, tendo em vista que os instrutores foram convocados para outras missões. Além disso, algumas Delegacias solicitaram suspensão do treinamento em razão da falta de efetivo por conta da Operação Gralha Azul e Sentinela.

Buscou-se alternativas à falta de recursos financeiros para capacitação dos servidores da 2ª SRPRF/MT por meio de parcerias junto à Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, nos cursos necessários ao bom andamento das atividades da Administração, como: na área de Letras, com cursos de inglês e espanhol, Informática, treinamentos para melhorar a qualidade de vida e outros similares;

AÇÃO 2723 - Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais

Tipo	Projeto
Finalidade	Promover a segurança do trânsito (preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio) nas rodovias e estradas federais, bem como contribuir para a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.
	Execução de policiamento ostensivo preventivo diuturnamente, fiscalizando e controlando o trânsito; Realizar Operações e comandos específicos de fiscalização do transporte de pessoas e bens (cargas); Intensificar o

Descrição	policiamento por ocasião das festas e feriados nacionais e regionais (aumento do fluxo de veículos e pessoas); prevenir e atender as ocorrências de acidentes de trânsito; combater as infrações e crimes de trânsito; executar escoltas, bem como credenciar as empresas especializadas para tal fim; controlar o trânsito em situações excepcionais (queda de barreira, alagamentos, bloqueios, entre outros); credenciar as empresas especializadas para realização da Inspeção Técnica Veicular. Pagamento de diárias e passagens. Aquisição de formulários operacionais para as atividades acima. Adquirir e manter armas e sua munição correspondente, equipamentos e materiais para a fiscalização e controle de trânsito. Adquirir e manter equipamentos e materiais para atividade de cinotecnia. Aquisição e manutenção de etilômetros.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais

Os esforços na área de fiscalização de trânsito têm como objetivo principal a garantia da incolumidade das pessoas, de seu patrimônio e a livre circulação pelas rodovias federais. Os atendimentos também caminham na direção de oferecer alento ao usuário da rodovia quando vítima de sinistro ou de crime, pane no veículo, necessidade de orientação, ou até quanto aos residentes às margens das rodovias precisam de socorro e tem na PRF o apoio necessário e capaz de oferecer-lhes amparo, no ano de 2010, nesta regional, foram realizados 3030 auxílios a usuários.

As ações de combate aos ilícitos penais, por sua vez, têm o objetivo de garantir a paz pública na medida em que tira de circulação indivíduos que oferecem risco à sociedade, bem como apreende ou busca apreender produtos de ações criminosas, tais como veículos e cargas roubados, contrabando, descaminho, produtos ilegalmente retirados da fauna e da flora, dentre outros. Estas ações buscam também combater a exploração sexual contra crianças e adolescentes, trabalho em situação degradante (coibição do trânsito de veículos transportando pessoas para localidades onde ocorrem tais práticas). A PRF tem oferecido também uma importante e decisiva contribuição no combate ao tráfico de substâncias entorpecentes.

Para atingir estes índices a 2ª SRPRF/MT elaborou algumas estratégias operacionais, dentre elas se destacam as Operações Temáticas de Fiscalização (produtos perigosos, passageiros, excesso de peso, etc), onde esses eventos mesclam atividades de fiscalização com atividades de ensino e educação para o trânsito.

No combate ao crime, policiais de diversas regiões são empregados nas áreas onde há destaque em ações de combate ao crime, de modo a instrumentalizar esses policiais a melhorar a performance em sua área de atuação. Os casos de calamidade pública, como enchentes, queimadas, queda de barreira é outro palco de atuação da Polícia Rodoviária Federal em Mato Grosso.

Metas almejadas em 2010	Estratégia	Realizações
1. Intensificar as rondas noturnas com policiais da área meio, visando reforçar o policiamento nos trechos com altos índices de criminalidade e de acidentes nos períodos de feriados prolongados.	Utilização do cartão programa para direcionar as rondas.	Êxito

2. Determinar ao Núcleo de Operações Especiais desenvolva operações nos trechos com pouca atuação por parte das Delegacias Regionais e atuar de forma conjunta com as mesmas com o objetivo de baixar os índices de acidentes e criminalidades.	Determinação de pontos específicos nas rodovias para o cumprimento da escala do NOE.	Êxito
3. Orientar os chefes de Delegacia para que os mesmos tomem providências no sentido de reduzir o número de acidentes com base no DATATRAN, utilizando o recurso conhecido como *Cartão Programa.*	Foram realizadas reuniões e cursos do SIGER com os chefes de delegacia com a finalidade de direcionar a confecção do cartão programa.	Êxito
4. Diminuir o número de mortos nas rodovias federais.	Realização de pesquisas no SIGER para identificar os pontos críticos de acidentes, utilização do cartão programa para posicionar viaturas nestes locais.	Êxito
5. Diminuir o número de acidentes nas rodovias federais.	Realização de pesquisas no SIGER para identificar os pontos críticos, utilização do cartão programa para posicionar viaturas nestes locais.	Êxito
6. Aumentar o número de Comandos Médicos Preventivos.	Parcerias com órgãos do Município, Estado e Uniã	

OPERAÇÕES REALIZADAS EM 2010

Como órgão executivo fiscalizador de trânsito e policiamento ostensivo da união, executou várias operações, orçadas em aproximadamente R$ 3.550.828,00, dentro do Estado de Mato Grosso e em outros Estados, como demostra o quadro abaixo.

Operação	PRFs	Local	Valores *
Operação Gralha Azul	583	Paraná	R$ 3.169.000,00
Operação Castelo	6	Castelo dos sonhos/PA	R$ 3.186,00
Rota Segura I	2	Diamantino/MT	R$ 708,00
Rota Segura II	20	Cáceres/MT	R$ 21.240,00
Rota Segura III	16	Cuiabá/MT	R$ 54.400,00
Rota Segura IV	2	Barra do Garças/MT	R$ 1.062,00
Operação Araguaia	9	Alto Araguaia/MT	R$ 7.965,00
Op. Araguaia Livre	2	Rondonópolis/MT	R$ 708,00
Operação BCB	8	Barra do Garças/MT	R$ 4.248,00
Operação Carnaval	16	Cuiabá/MT	R$ 86.400,00
Op. Apoio NUINT	11	Rondonópolis/MT	R$ 9.735,00
Op. Semana Santa	10	Cuiabá/MT	R$ 7.080,00
Op. Taihantesu	12	Pontes e Lacerda/MT	R$ 12.744,00
Op. Festival Pesca	12	Cáceres/MT	R$ 10.620,00
Op. GOC	2	Cuiabá/MT	R$ 3.200,00
Op. Cão Farejador	2	Goiânia/GO	R$ 708,00

Op. Octanol	16	Rondônia	R$ 19.824,00
Op. Apoio do NOE aos Novos PRFs	4	Rondonópolis/MT	R$ 4.248,00
Op. Apoio a equipe de trans do Comando da 2ª del/MT	8	Rondonópolis/MT	R$ 8.496,00
Escolta e Segurança de Material DIPAM	9	Brasília	R$ 25.488,00
Op. Trânsito Seguro I	7	Cuiabá/MT	R$ 1.400,00
Op. Corpus Christi	6	Primavera do Leste/MT	R$ 885,00
Op. Vicinal	2	Primavera do Leste/MT	R$ 708,00
Op. Comando de Saúde II	3	Diamantino/MT	R$ 2.124,00
Op. Chaco	21	Mato Grosso do Sul	R$ 48.321,00
Op. São Cristóvão	19	Cuiabá/MT	R$ 30.400,00
Op. Sete de Setembro	21	Mato Grosso	R$ 0,00
Op. Apoio a Eleição	8	Cuiabá/MT	R$ 0,00
Op. N. S. de Aparecida	Efetivo das DLPRFs	Mato Grosso	R$ 0,00
Op. Finados	Efetivo das DLPRFs	Mato Grosso	R$ 0,00
Op. Educação para o Transito	2	Diamantino/MT	R$ 354,00
Op. Fim de Ano	11	Cuiabá, Rondonópolis, Pontes e Lacerda e Diamantino	R$ 15.576,00
Número de operações	32	Total de recursos	** Erro na expressão **

* valores aproximados

Durante todo o ano de 2010, a 2ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal registrou nas rodovias federais de Mato Grosso 3741 acidentes, com 2358 feridos e 234 mortos. De acordo com informações do Sistema Gerencial de Informações (SIGER) do DPRF, mais da metade dos acidentes ocorreram em pista seca, sem restrição de visibilidade, em pleno dia e com céu claro. O fator humano continuou sendo a principal causa de acidentes no trânsito, contribuindo para o aumento das estatísticas negativas. Na maioria dos casos, os acidentes ocorreram devido à imprudência dos motoristas.

ACIDENTES POR EXERCÍCIO				
EXERCÍCIO	N.º ACIDENTES	N.º FERIDOS	N.º MORTOS	N.° Veículos Envolvidos
2008	2918	2057	218	4747
2009	3322	2028	217	5483
2010	3741	2358	234	5347

A faixa de fronteira seca com o território boliviano tem uma extensão de aproximadamente 700 (setecentos) quilômetros. O País vizinho é considerado um dos maiores produtores de cocaína do mundo exigindo uma maior atenção na fiscalização e no policiamento nesta área de fronteira.

As apreensões de veículos produtos de furtos e/ou roubos, golpe de seguros tem aumentado a cada ano, pois estes veículos se destinam ao território boliviano funcionando como moeda de troca por entorpecentes.

TABELA DE PROCEDIMENTOS DE ROTINA						
ANO	Recolhimento de animais	Encaminhamento de Menor	Veículo recuperado	CNH Recolhida	Autuações	Apreensão de Pescado (Kg)
2009	2156	59	107	982	50325	6201,76
2010	0	61	194	1312	72032	4126

A Polícia Rodoviária Federal tem combatido o crime em todos o seus aspectos; os crimes contra a vida, crime contra costume, o descaminho, o contrabando, o roubo, o furto etc. são

combatidos maneira efetiva, mesmo havendo variações na natureza delituosa, diferenciando a forma de procedimento.

Há um inter-relacionamento de crimes de mesma natureza que se associam com o objetivo de transportar de um estado para outro, através das rodovias o produto ilícito, obrigando a polícia a desenvolver ações de maneira otimizada nas rodovias federais. Essa variação da natureza criminosa e o inter-relacionamento do crimes, impulsiona o Policiamento e Fiscalização em conjunto com outros órgãos da Segurança Pública e de outros órgãos com atribuição de fiscalização, pois em virtude de sua capilaridade torna a Polícia Rodoviária Federal um órgão de integração nas ações de fiscalização com a celebração de convênios com diversos órgãos, como Ministério do Trabalho, DETRAN, Secretaria Estadual do Meio Ambiente, Defesa Cível etc.

TABELA DE APREENSÕES POR ANO							
ANO	**Cocaína (Kg)**	**Pasta Base (Kg)**	**Maconha (Kg)**	**Armas**	**Munições**	**Estrangeiro**	**Pessoas Detidas**
2008	106,19	808,95	317,33	50	6251	0	1405
2009	161,47	582,46	161,3	106	17072	81	1568
2010	72,06	928,53	101,03	62	488	3	1305

Uma das premissas utilizadas no planejamento de operações para diminuição dos acidentes de trânsito é de que a presença da viatura na rodovia inibe o cometimento de infrações de trânsito, pela expectativa de punição. Neste sentido, a ênfase principal foi manter alocado o máximo de policiais na pista, retirando-os da imobilidade nos postos e fazendo-os atuar em ronda ou em pontos fixos nas rodovias.

Manteve-se para isso o expediente do cartão programa, que é um itinerário das tarefas que o policial irá realizar no decorrer do plantão. No cartão programa consta em quais trechos da rodovia a viatura deverá se posicionar para realizar operações de fiscalização, além de trechos que deverão sofrer ronda, em horários específicos.

O planejamento do cartão programa é feito pelo chefe de delegacia que, através do banco de dados da PRF, o DATATRAN, verifica os trechos com maior incidência de acidentes e criminalidade, de sorte que programa o roteiro que deverá ser executado pela equipe de cada posto no decorrer da semana.

Foi estabelecido, por meio da Portaria nº 30/DG/DPRF, de 03 de junho de 2009, indicadores de desempenho para o programa de segurança pública nas rodovias federais (Programa 0663) e do Plano Plurianual (PPA 2008-2011), bem como o produto previsto para a ação policiamento ostensivo nas rodovias federais (ação 2723) através de nova metodologia de avaliação de desempenho individual do efetivo operacional da 2ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal.

Durante o ano de 2010, a 2ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal registrou nas rodovias federais de Mato Grosso 3741 acidentes, com 2358 feridos e 234 mortos. De acordo com informações do Sistema Gerencial de Informações (SIGER) do DPRF, mais da metade dos acidentes ocorreram em pista seca, sem restrição de visibilidade, em pleno dia e com céu claro. O fator humano continuou sendo a principal causa de acidentes no trânsito, contribuindo para o aumento das estatísticas negativas. Na maioria dos casos, os acidentes ocorreram devido à imprudência dos motoristas.

ACIDENTES POR EXERCÍCIO				
EXERCÍCIO	N.º ACIDENTES	N.º FERIDOS	N.º MORTOS	N.° Veículos Envolvidos
2008	2918	2057	218	4747
2009	3322	2028	217	5483
2010	3741	2358	234	5347

A Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes ao longo das rodovias também foi foco de atuação da Polícia Rodoviária Federal no ano de 2010, através da execução das seguintes ações preventivas:

- Ação preventiva com a realização de concurso de Redação e Desenho em conjunto com a OAB/MT, no Município de Livramento nos dias 09/04 ao dia 22/04/2010;

- Ação em conjunto com SETCES – Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Cidadania e Assistência Social;

- Compôs o colegiado da Rede Estadual de Superação da Violência e Promoção da Cultura de Paz do Estado de Mato Grosso;

- Celebração do termo de parceria nº 02/2010 do Governo do Estado de Mato Grosso, com finalidade de realizar ações conjuntas para prevenir e combater a pedofilia;

- Compôs o seminário "Mato Grosso contra a pedofilia e Objetivos do milênio – ODM", nos dias 19 a 20 de maio de 2010;

- Participação de maio a dezembro de 2010 do projeto combate à pedofilia e localização de crianças, adolescentes, idosos e pessoas desaparecidas, em parceria com o Governo do

Estado de Mato Grosso e toda a Rede de Proteção a Violência sexual contra a criança e o adolescente;

- Participação no projeto "Quebrando o Silêncio", com palestras em diversas escolas no período de 20 a 28 de agosto de 2010;

- Participação no Seminário da Secretaria de Segurança Pública no dia 23 de junho de 2010;

- Junto com a Prefeitura Municipal de Juara/MT, promoveu um passeio ciclístico no dia 25 de novembro de 2010. Este evento faz parte de uma série de ações planejadas para ano letivo de 2011, objetivando um concurso de redação e desenho com tema violência sexual contra a criança e adolescente.

Na implantação dos procedimentos de fiscalização foram verificadas as seguintes dificuldades, que impactaram o atingimento da meta estabelecida pela Portaria nº 30/DG/DPRF, de 03 de junho de 2009:

Falta de efetivo - Uma parcela razoável de policiais do quadro, encontram-se realizando atividades administrativas, na sede da regional e nas delegacias, aposentando ou de licença médica, além de atenderem a convocação de complementação do efetivo na 7ª SRPRF/PR - Operação Gralha Azul.

Para sanar este problema o DPRF tem feito gestão junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para autorização de concurso para servidores policiais e administrativos (administradores, engenheiros, contadores, médicos, analistas de sistema, técnicos administrativos, etc) porém, ainda não se conseguiu o atendimento desta demanda. A contratação de servidores administrativos, liberaria um contingente significativo de policiais para atuarem novamente nas pistas, suprindo em parte, a carência de efetivo.

Recursos insuficientes para aquisição de combustíveis e manutenção de viaturas - Uma das maiores despesas desta ação é a que trata da aquisição de combustíveis. Esta despesa é essencial para o bom funcionamento da atividade fim da Polícia Rodoviária Federal. As despesas com manutenção de viaturas também ocupam uma posição de destaque. A regional, dentro do planejamento elaborado pelo DPRF, vem realizando um amplo programa de substituição de viaturas antieconômicas, através da compra de novas viaturas e leilões das viaturas inservíveis. Devido às restrições orçamentárias na LOA 2010, foi mantida a estratégia de reduzir os gastos com combustíveis, o que gerou a diminuição da realização de rondas nas rodovias, utilizando-se as viaturas para deslocamentos prioritariamente em casos de acidentes.

Dado à responsabilidade institucional da Polícia Ostensiva, a viatura é a principal instrumento de trabalho da Polícia Rodoviária Federal. O serviço de ronda, executado por meio do patrulhamento ostensivo, é decisivo na prevenção de acidentes e redução da criminalidade, exigindo dos veículos um funcionamento diuturno.

Devido à intensa utilização desses equipamentos, estes bens apresentam um desgaste acentuado, apresentando uma vida útil de aproximadamente 4 anos, consideradas as condições de segurança e viabilidade econômica frente aos custos de manutenção. Neste sentindo a proposta

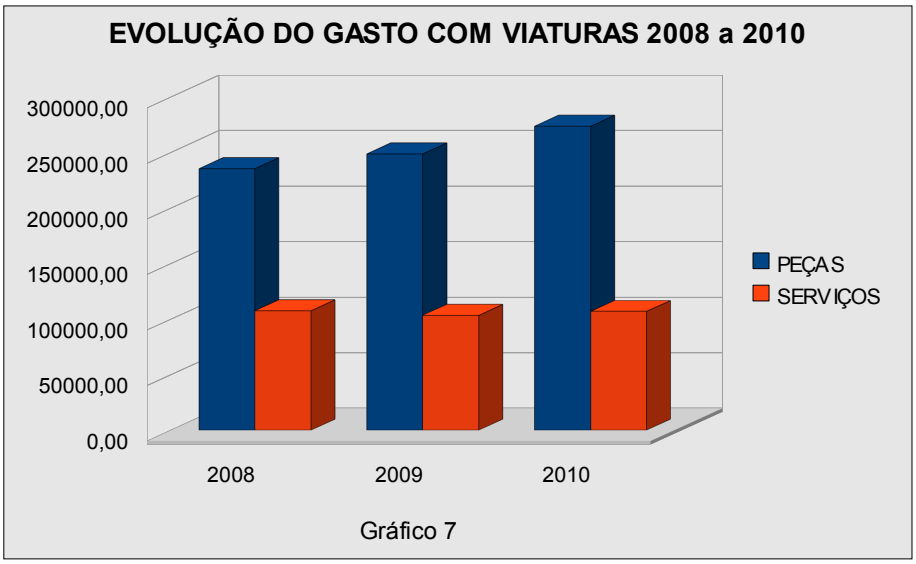
adequada é a substituição de 25% das viaturas a cada ano, para que em 04 anos todas as viaturas estejam com o prazo de vida útil respeitado.

Em 2010, encerraram os contratos de manutenção de Motocicletas e Viaturas com as empresas Moto Raça e GRAMARCA Distribuidora de veículos respectivamente, dando início aos novos contratos com as empresas ALC Auto Center, para manutenção de automóveis e Porto Motos, para motocicletas.

Atualmente, a regional conta com 116 (Cento e dezesseis) viaturas oficiais em seu patrimônio, incluindo as motocicletas, sendo que em 2009 participamos do 1° e 2° Leilão de Veículos Oficiais realizados pela 21ª SR.DPRF/RO e 6ª SR.DPRF/SP, nos quais foram leiloados 16 (dezesseis) veículos pertencentes a esta 2ª SR.DPRF/MJ.

Trabalhamos desde 2008 na execução de um programa de manutenção preventiva, que não está ainda totalmente implantado devido às diversas dificuldades encontradas em razão da dimensão continental do Estado de Mato Grosso frente à existência, a partir de 2009, de apenas uma empresa contratada para executar serviços de manutenção veicular em Cuiabá/MT, a ALC Auto Center Ltda.

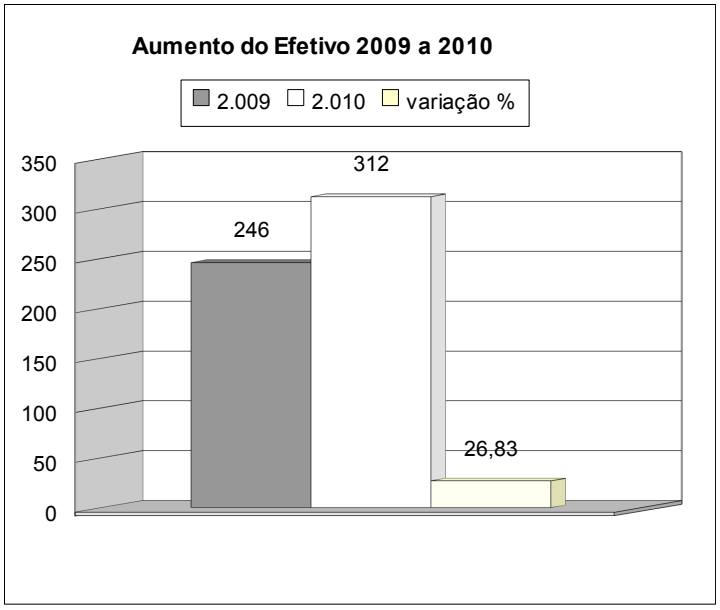
Por esta razão, a manutenção preventiva tem sido aplicada com mais eficiência nos veículos novos em período de garantia de fábrica ou naqueles que ficam sob responsabilidade direta da Gestão de Frota.



A despeito das dificuldades encontradas, observamos, no entanto, que em 2008, obtivemos um decréscimo dos gastos com manutenção de viaturas em relação a 2007 na ordem de 3,56% (três vírgula vinte e um pontos percentuais) e em 2009, continuamos obtendo redução nos gastos, que desta feita atingiu 2,70 % (dois vírgula setenta pontos percentuais).

Em 2010, a tendência de queda dos valores de manutenção não foi mantida. Tivemos acréscimo de 8,11%, resultando num aumento de R$ 25.159,29 na aquisição de peças e R$ 3.402,75 em serviços.

O aumento verificado deve-se à recuperação de veículos com quilometragem alta e à manutenção de veículos das montadoras RENAULT, NISSAN e MITSUBISHI, cujos valores de manutenção são bem superiores ao dos veículos GM, que até então constituía a grande maioria da nossa frota.



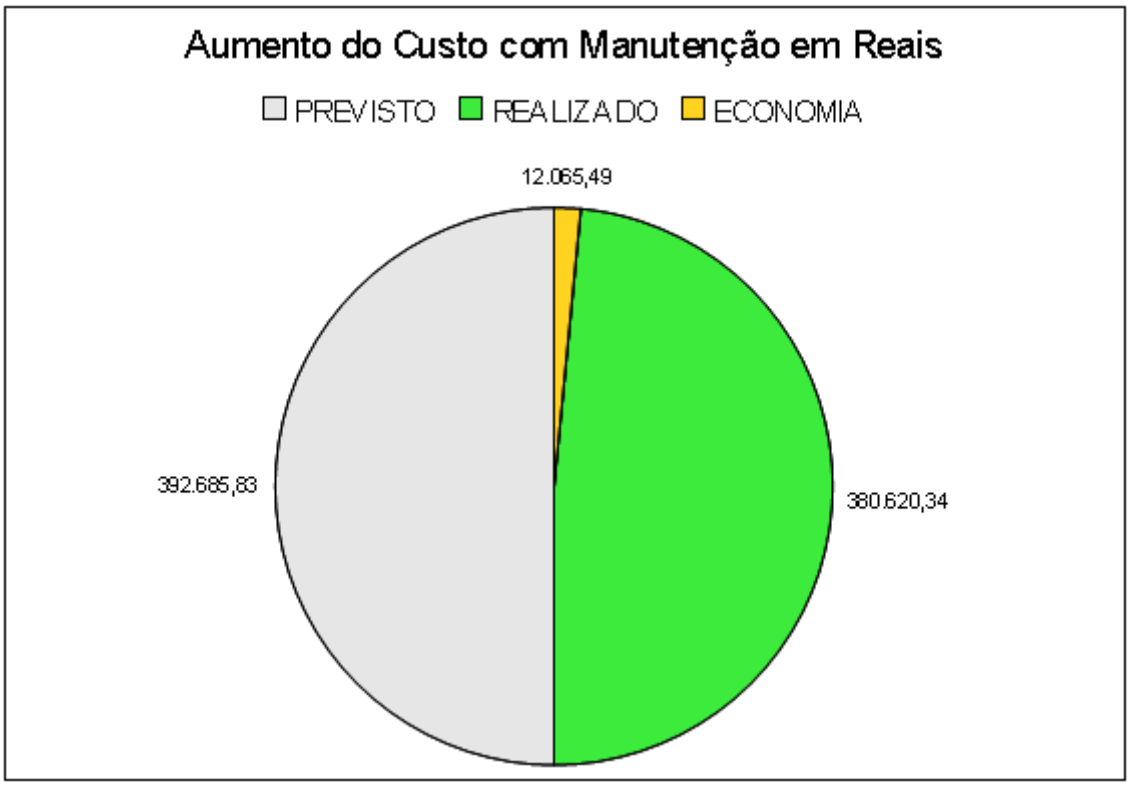
Também é importante frisar que até agosto de 2009, tínhamos 246 PRFs em exercício na atividade fim e com a posse dos 152 PRFs formados no 1º CFP/MT, esse número subiu para 396, haja vista que, pela necessidade da Administração, dois PRFs passaram a prestar serviços na Sede, representando um aumento de pessoal de 60,98 % na atividade fim.

Esse aumento de efetivo foi um dos fatores responsáveis pelo aumento na quilometragem rodada pela frota na ordem de 10,54% em relação a 2009, passando de 2.845.945 km para 3.145.970 km. Devido a esta utilização mais intensa e severa das nossas viaturas, a idade e a alta quilometragem rodada da grande maioria delas, aumentou a necessidade de manutenções mais constantes e complexas.

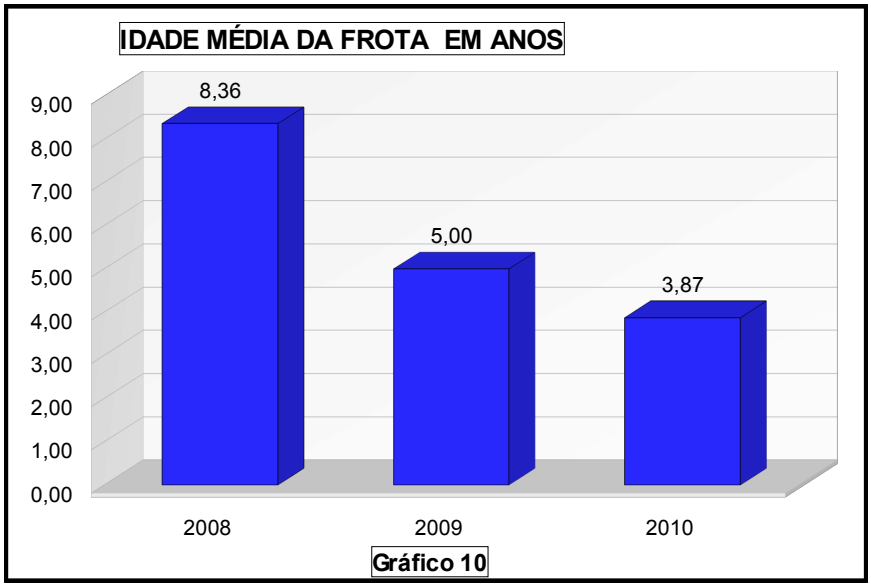
Em abril de 2010, com a posse dos remanescentes do concurso 2009, tivemos novo aumento de pessoal. Em julho/2010, após várias exonerações, foi contabilizado um efetivo de 501 PRFs, representando um aumento real de 50 Servidores.

Esse acréscimo representa 59,55% de aumento do efetivo registrado no início de 2009 e permitiu a remoção para a Sede de mais 19 PRFs para suprir a enorme demanda de mão de obra da área Administrativa.

Em contrapartida ao aumento do efetivo, a 2ª SRPRF passou a atender a CGO/DPRF com cerca de 50 (cinquenta) PRFs/mês, o que gerou uma redução de aproximadamente 100 PRFs por mês em exercício na Regional, já que ao voltar da operação os PRFs são obrigados a compensar as horas excedentes trabalhadas no Paraná, ficando por cerca de 10 dias dispensados do serviço.



Estes fatos sugeriram a previsão de aumento de manutenção na ordem de 10,54 % em relação a 2009, o que elevaria as despesas com manutenção para R$ 392.685,83 no entanto, a despesa real ficou em R$ 380.620,34, representando um aumento percentual de apenas 8,11 % em relação ao ano anterior, demonstrando uma economia efetiva de 2,43 % em relação a previsão de gastos, redução esta conseguida com maior rigor nos critérios de autorização dos serviços.



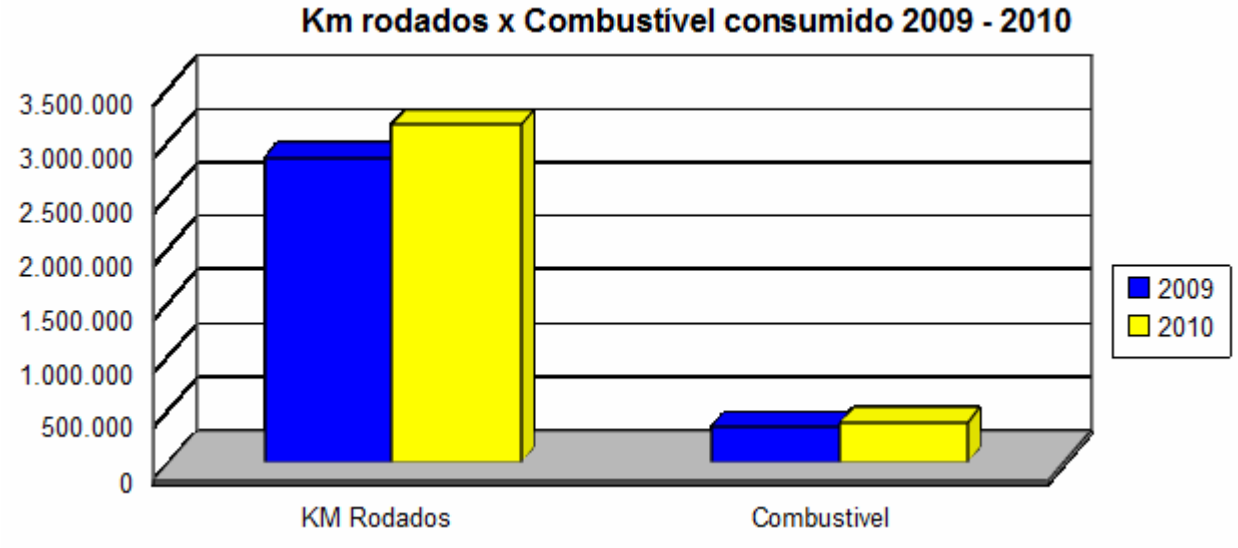
A idade média da frota vem caindo com o passar dos anos devido ao plano de renovação executado pelo DPRF. Em 2008 tínhamos 108 viaturas com idade média de 8,36 anos. Em 2009, com as reposições feitas pelo DPRF, esse numero caiu para 103 e a idade média para 5,9 anos.

No ano de 2010, mais precisamente a partir de setembro, recebemos dez novas viaturas, sendo duas MMC Pajero HD e 08 GM Blazer. Tais aquisições, aliadas à alienação de 16 viaturas leiloadas em 2009, reduziram a idade média da frota para 3,9 anos.

Essa redução da idade média, embora traga sensíveis melhorias ao desempenho operacional, trouxe consigo, outros encargos que encarecem a curto prazo o contrato de manutenção, haja vista que durante o período de garantia de fábrica, todas as viaturas devem passar por revisões periódicas nas respectivas concessionárias em intervalos de 10 em 10 mil km, revisões estas sobre as quais não temos descontos de peças ou serviços em função do nosso contrato de manutenção com outra empresa.

CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS E ÓLEO LUBRIFICANTE				
EXERCÍCIO	CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS		LUBRIFICANTES	QUILÔMETROS RODADOS (KM)
	LITROS	VALOR (R$)	VALOR (R$)	
2009	343.668,28	810.124,21	15.671,46	2.846.945
2010	385.751,70	1.008.149,76	13.147,00	3.145.907

O aumento de valor gasto, na ordem de 20,56 %, 8,31% maior que o aumento de consumo, deve-se ao aumento dos preços de combustíveis ocorridos no Estado durante o ano de 2010.



AÇÃO 2816 - Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Projeto
Finalidade	Atuar, por meio de trabalhos de inteligência, na prevenção e combate a crimes ocorridos nas rodovias e estradas federais, especialmente no que se refere a assaltos a veículos, ônibus de passageiros e caminhões de carga, bem como encaminhar à Justiça pessoas foragidas, procuradas ou autuadas na prática de delitos.
Descrição	Coleta de informações, em toda a malha rodoviária federal, por policiais da Coordenação de Inteligência e Núcleos de Inteligência das Regionais, visando ao levantamento de dados que subsidiem o planejamento de ações de caráter ostensivo em pontos críticos ou operações emergenciais de combate ao roubo de cargas, a assaltos, ao tráfico de drogas, à prostituição infantil, ao trabalho escravo, dentre outros.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais

Com a participação do Núcleo de Inteligência da regional foram mobilizados os meios necessários a execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correições disciplinares e de combate à corrupção interna, sendo atingidas as seguintes metas:

- Durante o ano foram cumpridas 04 missões que resultaram na prisão em flagrante de 04 pessoas por receptação e adulteração veicular e desestruturação de uma quadrilha de roubo de veículos de carga;

- Foram acompanhadas as estatísticas de apreensões realizadas pela 2ª SRPRF, com a elaboração de relatórios, gráficos e análise dos dados para subsidiarem o Sr. Superintendente, núcleo de comunicação e seção de policiamento e fiscalização;

- Servidores lotados neste núcleo participaram de curso de capacitação na área de inteligência e encontro nacional da área (capacitação, nivelamento e padronização dos procedimentos).

- Acompanhou a segurança orgânica da sede desta regional, orientando os PRFs, terceirizados, estagiários e vigilantes, mantendo uma mentalidade ativa de segurança orgânica, visando a proteção pessoal e das áreas e instalações contra as ações adversas.

- Acompanhou o Superintendente Regional nas reuniões ordinária mensais do Gabinete de Gestão Integrada de Segurança Pública de Mato Grosso (GGI/MT), realizadas pela SEJUSP/MT, incumbido de assessorar e algumas vezes representando o Sr. Superintendente Regional em atividades relacionadas à Segurança Pública do Estado de Mato Grosso.

- Realizou a investigação social de todos estagiários, funcionários administrativos contratados, vigilantes e prestadores de serviços que trabalharam nesta regional durante o ano de 2010. Nesta investigação social constatou-se que dois funcionários terceirizados estavam com problemas na justiça, sendo compartilhado aos fiscais dos contratos.

- Participou neste ano de palestras, WorkShop, e eventos institucionais voltados para a segurança pública do Estado e preparativos para a realização da Copa do Mundo em 2014.

Por motivos financeiros não foi adquirido o software de interceptação de telefonia, e nem aumentado a estrutura física do NUINT e não foi possível o aumento em mais 04 (quatro) agentes de Inteligência no efetivo mesmo com a redução do quadro pessoal do núcleo com a saída de um servidor no mês de março de 2010, ficando apenas um servidor lotado no NUINT a partir do mês de Abril/2010.

Não foi incrementado as operações de combate ao roubo de veículos e cargas e ao tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e operações para diminuição de acidentes nas rodovias federais deste Estado, devido a falta de efetivo e as diversas atribuições a serem cumpridas. Entretanto, em convênio com o Ministério Público/GAECO foi realizada uma operação de combate ao roubo de veículos e carga, que permaneceu em monitoramento por mais de oito meses.

Foi implementado o Plano de Segurança Orgânica na Sede da Regional não sendo possível expandi-lo para as Delegacias e Postos de Fiscalização, com adoção das medidas mínimas

necessárias para a segurança dos policiais e demais servidores (administrativos, estagiários e terceirizados), devido a falta de financeiro e efetivo.

AÇÃO 4290 - Atividades de Saúde nas Rodovias Federais

Tipo	Projeto
Finalidade	Prestar atendimento pré-hospitalar e resgate emergencial às vítimas de acidentes, bem como demais atividades de saúde no âmbito das rodovias federais.
Descrição	Composição e manutenção de 156 equipes , distribuídas em 120 turmas de suporte básico de vida e 36 equipes de suporte avançado de vida, destinados a: atendimento pré-hospitalar e resgate, transporte inter-hospitalar, apoio de saúde a dignitários e a outros Órgãos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Saúde e Assistência Social

Com o objetivo de atender as necessidades previstas pela ação, foi planejado a aquisição de equipamentos de forma centralizada no Departamento de Polícia Rodoviária Federal, por meio de Registro de preços, e distribuídas as regionais o que possibilitou a realização de Comandos Médicos Preventivos, que consiste na triagem da saúde do profissional do transporte de carga, onde os motoristas são abordados nos Posto de Polícia e são oferecidos gratuitamente aos condutores exames de glicêmia, aferição de pressão, acuidade visual, teste psicológico, vacinas, teste força, orientação educacional voltado para o trânsito, brindes e lanche. As ações foram realizadas em conjunto com órgãos do Município, Estado e União.

Durante o ano de 2010 foram realizados 07 (sete) CSR - Comandos de Saúde nas Rodovias em nossa Regional, em conjunto com vários órgãos do Estado e Município, superando os quatro comando médicos estabelecidos pelo calendário nacional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal. Devido ao pleito eleitoral de 2010, tivemos que desmarcar alguns eventos que já estavam agendados e que coincidiram com esse período.

RESULTADOS DOS 7 CSR REALIZADOS EM MATO GROSSO EM 2010

ATENDIMENTOS REALIZADOS										
MOTORISTA ATENDIDOS	CARGA HORÁRIA EXCESSIVA		JÁ ACIDENTOU-SE		USA MEDICAMENTO		FUMANTES		FAZ USO DE BEBIDA ALCOÓLICA	
1487	495	33,00%	282	19,00%	288	19,00%	292	19,60%	690	46,40%

SONOLÊNCIA DIURNA		SOBRE PESO		HIPERTENSSÃO		F. CARDIÁCA ALTERADA		ACUIDADE AUDITIVA		ACUIDADE VISUAL	
368	24,74%	893	60,00%	537	36,10%	137	9,20%	10	0,67%	206	13,80%

HIPERGLICEMIA		HIPERCOLESTEROLEMIA		HIPERTRIGLICERIDEMIA	
173	11,63%	48	3,22%	179	12,03%

AÇÃO 86A1 - Processamento, Remuneração dos Departamentos Estaduais de Trânsito e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Projeto
Finalidade	Prover a estrutura administrativa do DPRF/MJ dos mecanismos necessários à autuação, processamento, notificações e arrecadação de multas aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal em decorrência das infrações à legislação de trânsito e transporte.
Descrição	A ação é desenvolvida no sentido de fornecer o apoio administrativo e operacional, desde a autuação às infrações de trânsito e transporte, envolvendo a confecção de autos de infração e demais formulários necessários aos procedimentos administrativos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais

A atividade de fiscalização de trânsito resulta, por vezes, na autuação do usuário das rodovias federais que esteja inobservando disposição do Código de Trânsito Brasileiro, o que desencadeia uma serie de procedimentos com vistas a garantir o exercício do direito à defesa e a legalidade da imposição de penalidade ao infrator.

A efetividade da sanção ao infrator consolida o duplo efeito almejado pelo legislador: o caráter punitivo e educativo. É sabido, que a sensação de impunidade estimula a inobservância das regras de trânsito, motivo pelo qual a presente ação merece especial atenção.

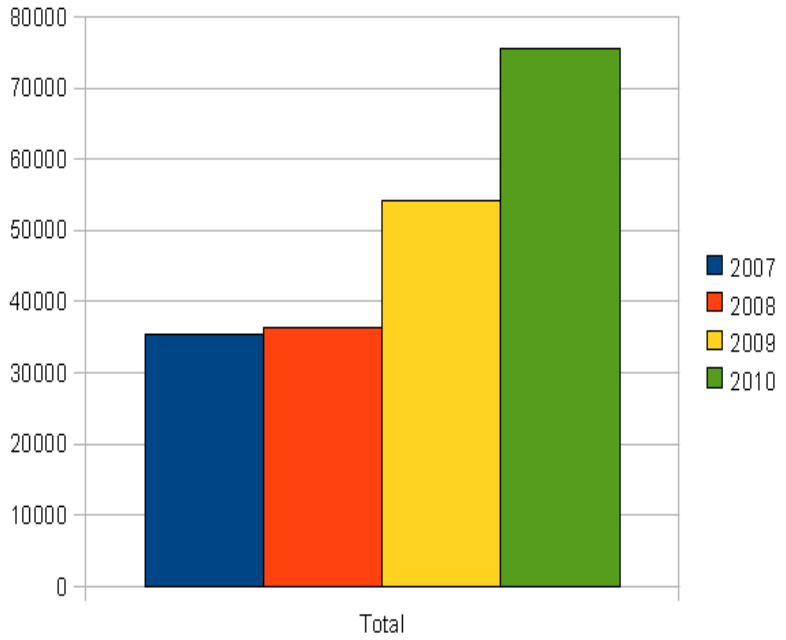
Atualmente a 2ª SRPRF/MT utiliza três tipos de Autos de Infração para o processamento de suas multas, o primeiro, intitulado Auto Físico (série "B") é o auto impresso em papel, no qual a lavratura é feita pelo policial de forma manuscrita e posteriormente digitado no SISCON.

Outro tipo é o Auto Eletrônico (Série "E"), no qual o policial digita o auto diretamente no computador do posto, imprime e entrega a via ao usuário.

Por último, temos o Auto de infração confeccionado através do E.D.A. adquirido recentemente pelo DPRF, no qual o auto é digitado através de um computador portátil e é lançado diretamente no sistema através de transmissão de dados de rede telefônica digital, bem como impresso no ato da lavratura através de uma impressora portátil.

O Núcleo de Multas e Penalidades tem a função de processar, monitorar e resolver pendências referentes a todos os tipos de autos elencados acima.

QUADRO DE AUTUAÇÕES - 2007/2008/2009/2010				
Autuações	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**
Total	35.493	39532	54.148	75607

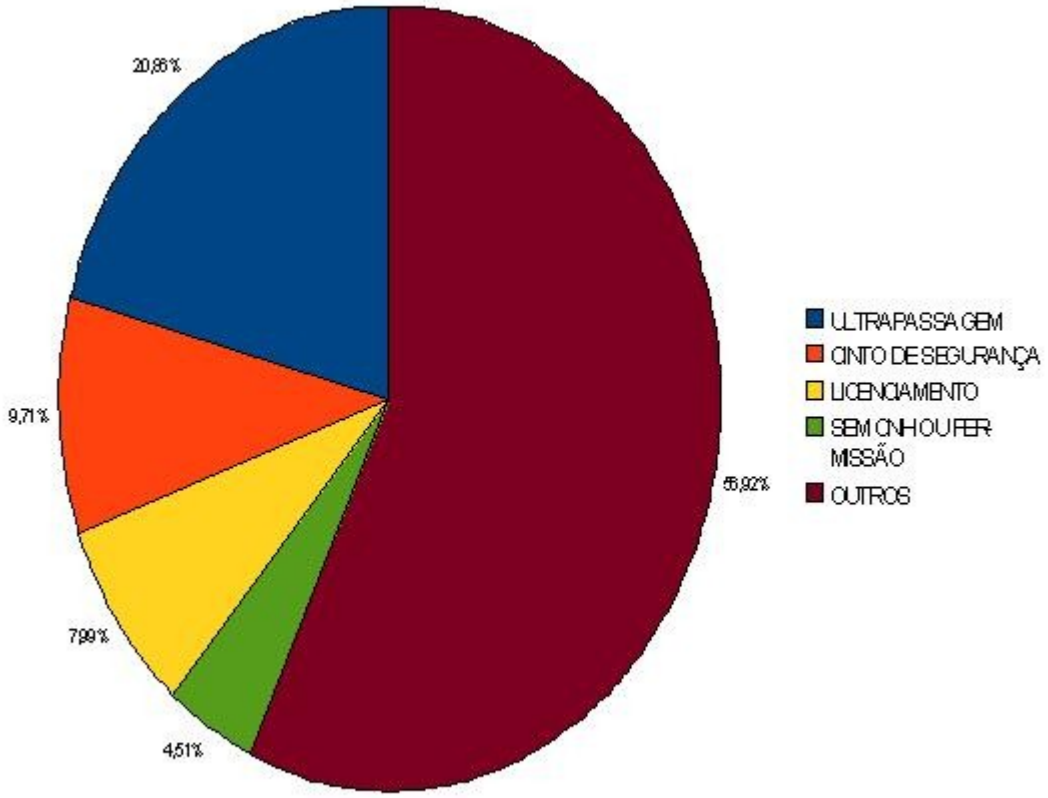


Manteve-se em 2010 a tendência de crescimento de autuações feitas no estado de Mato Grosso em comparação ao exercício anterior na ordem de 39,60%, principalmente devido ao aumento da fiscalização, melhorias no sistema de multas implementado durante o ano e funcionamento do RENAINF, que possibilitou a interligação dos DETRANs, a fim de que os mesmos somente liberassem o licenciamento dos veículos após o pagamento das multas realizadas pela PRF.

ARRECADAÇÃO DE MULTAS – 2009/2010		
PERÍODO	**2009**	**2010**
JANEIRO	R$ 4.370,00	R$ 6.534,00
FEVEREIRO	R$ 4.084,00	R$ 6.452,00
MARÇO	R$ 3.806,00	R$ 5.586,00
ABRIL	R$ 4.967,00	R$ 5.910,00
MAIO	R$ 4.048,00	R$ 7.379,00
JUNHO	R$ 4.014,00	R$ 7.848,00
JULHO	R$ 3.536,00	R$ 7.156,00

AGOSTO	R$ 4.272,00	R$ 6.783,00
SETEMBRO	R$ 7.223,00	R$ 6.806,00
OUTUBRO	R$ 7.004,00	R$ 6.055,00
NOVEMBRO	R$ 6.449,00	R$ 4.969,00
DEZEMBRO	R$ 6.904,00	R$ 6.883,00
TOTAL ARRECADADO	**R$ 60.641,00**	**R$ 78.361,00**

AUTOS DE INFRAÇÃO – 2010		
TOTAL DE INFRAÇÕES		**75607**
INFRAÇÃO	**QUANTIDADE**	**PERCENTUAL DO TOTAL**
Ultrapassar pela contramão linha de fluxos opostos, contínua amarela	15764	20,86 %
Deixar de usar o cinto de segurança	7389	9,71 %
Conduzir veículo registrado que não esteja devidamente licenciado	6039	7,99 %
Dirigir veículo sem possuir CNH ou Permissão para Dirigir	3411	4,51 %
Outros	43004	56,92 %



GRAVIDADE DAS INFRAÇÕES	
Gravidade	**Quantidade**
gravíssima	35868
grave	26231
média	9624
leve	3438
Produtos perigosos	446

AUTOS ELETRÔNICOS EXPEDIDOS PELO PROJETO SISTEMAS MÓVEIS		
Ano	**Autos válidos – Sistemas Móveis**	**Média mensal de AI's**
2008	1949 *	974,5
2009	16020	1335
2010	21322	1776,8

* O projeto teve seu início em Novembro de 2008 - Fonte: SIGER – Sistema de Relatórios Gerenciais/DPRF

A Junta Administrativa de Recursos de Infração, instituída em conformidade com o Regimento interno das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, aprovado pela Portaria nº. 1.108 do Ministério da Justiça, publicado no D.O.U. em 06/06/2008, exerce suas atividades no prédio onde está estabelecida a sede da 2ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal - SRPRF/MJ.

Sua atual composição se dá com a participação de seis membros, dos quais três titulares e três suplentes, sendo dois representantes da Associação dos Sargentos, subtenentes, Oficiais Administrativos e Inativos PM/BM-MT; dois representantes do Sindicato dos taxistas Autônomos Condutores de Passageiros de Cuiabá-MT e dois Representantes da 2ª SRPRF/MJ.

As reuniões para julgamento dos processos relatados ocorreram ao menos duas vezes no mês, de acordo com a disponibilidade dos membros não vinculados ao DPRF.

Os processos passaram a ser analisados desde o momento do seu recebimento e cadastramento, onde no primeiro momento se verificava os pressupostos de admissibilidade para que fossem colocados na pauta de julgamento.

Os processos já cadastrados, aguardando julgamento, foram divididos em dois grupos. O primeiro formado pelos processos que não eram alcançados pela prescrição intercorrente. O segundo por aqueles já prescritos.

Esse mecanismo possibilitou à JARI fazer com que se aproximasse de 0% o número de processos que viriam a prescrever pela ausência de movimentação no prazo de 03 anos e a julgar 59,8% dos processos que deram entrada em 2010.

Um plano emergencial se fazia necessário diante da delicada situação em que se encontrava esta JARI, em razão do acúmulo de processos aguardando julgamento, que totalizavam 6.728 (seis mil setecentos e vinte e oito), protocolizados no período de 2001 a 2009.

Deste total, 792 procedimentos se referiam à matéria de fiscalização de produtos perigosos e aguardavam solução técnica e orientação da Divisão de Multas e Penalidades-DMP/DPRF, conforme discriminado no RG/2009. Essas providências foram tomadas no período de abril a junho, no qual seguimos a orientação de encaminhá-los para a DMP.

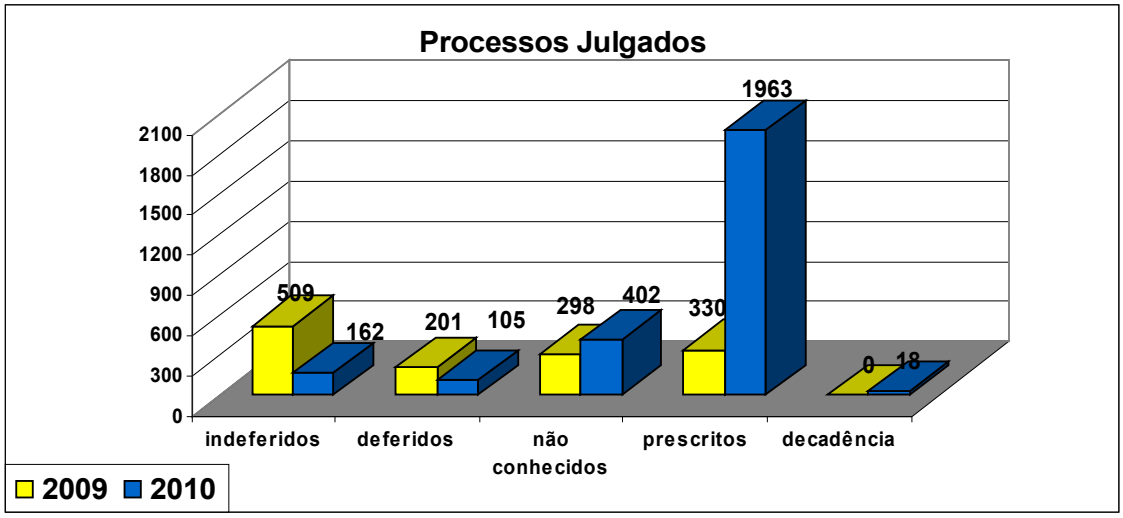
No intuito de atender as metas propostas no RG/2009, o planejamento se baseou na recuperação dos processos com prazos para análise próximos a vencer, evitando a prescrição e o consequente prejuízo, matéria já apontada em relatório preliminar da CGU/MT, no item 3.1.1.3. a saber:

> EMENTA: "FALTA DE EFETIVIDADE DA JARI/MT. AUMENTO DE 17,5% DO ESTOQUE DE RECURSOS PRESCRITOS E DE 4,8% DO TOTAL DE RECURSOS EM RELAÇÃO A 31.12.2007. AUSÊNCIA DE ORIENTAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MULTAS E PENALIDADES DO DPRF ACERCA DOS PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS EM RELAÇÃO AOS PROCESSOS PRESCRITOS. NECESSIDADE DE REEMBOLSO POTENCIAL FUTURO DE RECURSOS PRESCRITOS JÁ PAGOS PELOS RECORRENTES DE R$ 83.641,55. PERDA DE RECEITA POTENCIAL MÉDIA ESTIMADA DE R$ 675.597,78 COM OS PROCESSOS PRESCRITOS ATÉ 25.09.2008."

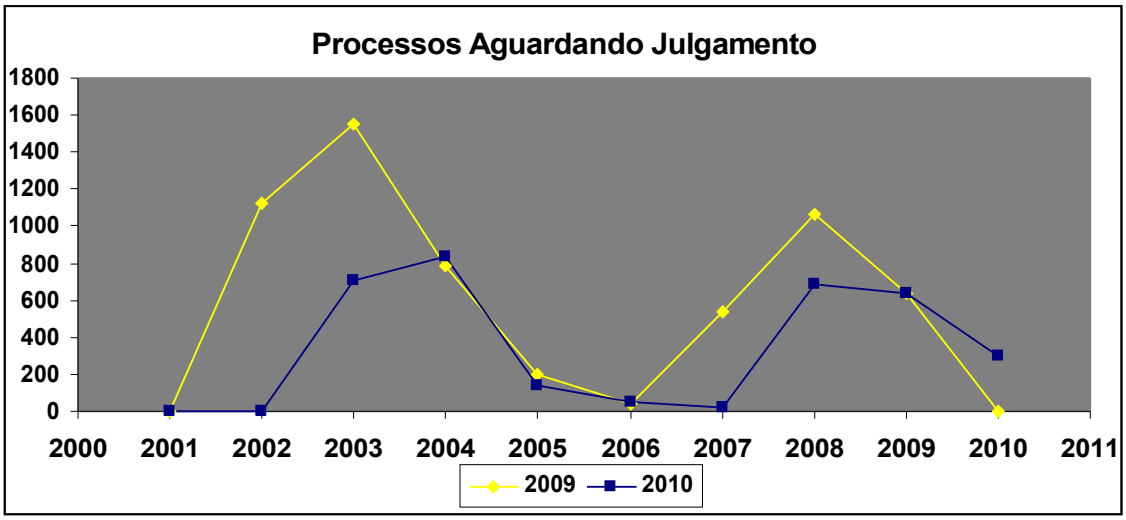
Foram analisados e julgados 2.650 processos, dos 6.429 cadastrados de 2002 até 31 de dezembro de 2010 (5.936 até 2009 e 493 em 2010), o que representa 41,22%.

Desta forma, permanecem 3.358 processos aguardando análise e julgamento, dos quais 1.747 serão declarados prescritos de oficio pela autoridade que aplicou a penalidade.

EXERCÍCIO	**PROCESSOS JULGADOS**					
	Indeferidos	Deferidos	Prescritos	Não conhecidos	Decadência	Total
2009	509	201	298	330	-	1338
2010	162	105	1963	402	18	2650



EXERCÍCIO	PROCESSOS AGUARDANDO JULGAMENTO										
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	TOTAL
2009	4	1124	1547	782	201	41	536	1065	636	-	5936
2010	0	0	704	839	139	46	19	684	632	295	3358



AÇÃO 8692 - Educação de Trânsito para usuários das Rodovias Federais

Tipo	Projeto
Finalidade	Aumentar a conscientização, a reeducação e a mudança cultural do cidadão relativas ao tema trânsito como forma de exercício de cidadania, inclusive desenvolvendo no cidadão um comportamento pró-ativo a fim de diminuir o índice de acidentes e mortes nas rodovias federais.

Descrição	Realização de palestras, seminários e outras atividades relacionadas à educação de trânsito, com enfoque no trânsito em rodovias. Pagamento de diárias e passagens e aquisição de material didático.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais

Dentro da educação para o trânsito vários públicos foram atingidos, abrangendo motoristas profissionais e eventuais e os futuros motoristas (crianças e adolescentes).

Foram realizadas ações direcionadas à Educação para o Trânsito, dentre as quais podemos citar: visitas e palestras em escolas com público variando da pré-escola ao níveo médio. Contudo, a atividade principal dentro desta ação é o FETRAN – Festival Temático para o Trânsito com a participação de escolas públicas municipais e estaduais com o envolvimento de crianças e adolescentes na apresentação de peças teatrais cujo tema principal é o trânsito nas rodovias.

Para o desenvolvimento das ações de Educação para o Trânsito os recursos liberados foram utilizados no pagamento de diárias e passagens aéreas para os servidores envolvidos na execução do projeto FETRAN e aquisição de materiais didáticos direcionados aos trabalhos de educação de crianças e adolescentes.

COMPARATIVO 2008/2009	PROJETO ATIVIDADE	VALOR (R$)
2008	AÇÃO 8692	R$ 20.449,05
2009		R$ 78.208,72
2010		R$ 171.185,96

A receptividade verificada pelo público dos trabalhos desenvolvidos pelo FETRAN, bem como a participação da sociedade e Órgãos estaduais e municipais indica que as orientações da área tendem para um caminho que produzirá excelentes resultados principalmente na prevenção de acidentes.

O objetivo do FETRAN – Festival Temático para o Trânsito é sensibilizar as crianças e adolescentes quanto à necessidade de se conhecer as normas e leis que regem o trânsito brasileiro, auxiliando-os em sua formação enquanto futuros condutores e tornando-os conscientes e comprometidos com a segurança no trânsito.

O festival destina-se a alunos regularmente matriculados no ensino fundamental e no ensino médio das escolas públicas e privadas do estado de Mato Grosso.

O FETRAN Mato Grosso foi realizado em seis etapas, sendo cinco etapas denominadas de "ETAPAS REGIONAIS" e uma etapa denominada de "ETAPA ESTADUAL", conforme calendário a seguir:

Etapas Regionais

Período	Etapa	Cidade
De 12 a 16 de abril	Nortão	Sorriso
De 26 a 30 de abril	Pantanal	Primavera do Leste
De 10 a 14 de maio	Araguaia	Água Boa
De 24 a 28 de maio	Cuiabana	Várzea Grande
De 10 a 19 de junho	Guaporé	Comodoro e Pontes e Lacerda

Etapa Estadual		
Período	**Etapa**	**Cidade**
De 19 a 23 de julho	Mato Grosso	Cuiabá

O Festival é dividido em três categorias compreendidas em: infantil, infanto-juvenil e juvenil, sendo: Infantil - grupos compostos por alunos do primeiro ciclo e do segundo ciclo do ensino fundamental; Infanto-juvenil - grupos compostos por alunos do terceiro ciclo do ensino fundamental e Juvenil - grupos compostos por alunos do ensino médio.

Durante o exercício 2010 atingimos a meta de iniciar o projeto de criação de infraestrutura para a realização das Semanas Municipais de Trânsito e da Patrulha do Trânsito para em 2011 efetuar o lançamento do projeto educativo PATRULHA DO TRÂNSITO e Implantação das semanas municipais de trânsito nos municípios mato-grossenses que margeiam as rodovias federais.

AÇÃO 2720 - Ações de caráter sigiloso na Área de Segurança Pública

Tipo	Projeto
Finalidade	Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.
Descrição	Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correições disciplinares e de combate à corrupção interna.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais

A ação não foi executada em virtude da não inclusão, até a presente data, da PRF no Decreto que regulamenta a matéria. A não inclusão, tem causado dificuldades para as operações de inteligência da regional.

Ação 2000 - Administração da Unidade

Tipo	Projeto
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	Esta ação constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais

A maior parte dos recursos desta ação é para pagar os contratos de terceirização de mão de obra. O Departamento de Polícia Rodoviária Federal encontra séria dificuldade em garantir o custeio da área meio, pois é inevitável a expansão dos gastos em função do reajuste de preços de bens e serviços, ingresso de novos servidores, repactuação dos contratos continuados, ampliação das atribuições do órgão.

COMPARATIVO 2008/2009/2010	PROJETO ATIVIDADE	VALOR (R$)
2008	AÇÃO 2000	R$ 1.676.698,28
2009		R$ 1.975. 569,47
2010		R$ 2.203.094,71

LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA EM 2009/2010 - ND 339037				
EXERCÍCIO	PTRES	FONTE	PI	VALOR
2009	004388	0174020197	1403S	R$ 915.531,47
2010				R$ 1.075.049,43

No entanto, o limite orçamentário do Órgão está estagnado desde 2007, o que na prática se mostra insuficiente para cobrir as despesas com o custeio, investimentos e os benefícios (auxílio-transporte, auxílio-alimentação, auxílio-creche e assistência médica).

Tal restrição orçamentária inviabiliza os investimentos tão necessários ao reaparelhamento e modernização da Polícia Rodoviária Federal, podendo comprometer as metas previstas no PPA 2008/2011.

A presente atividade não possui meta física, mas seu Coordenador pretende criar indicadores que mensurem a adequação das unidades gestoras à logística necessária para o desempenho dos serviços administrativos, considerando às deficiências estruturais e de pessoal.

Diante da restrição orçamentária e financeira para atender a real demanda da 2ª SRPRF/MT por meio da terceirização dos serviços a regional passou a ter como meta uma melhor fiscalização dos contratos vigentes avaliando a execução dos serviços para subsidiar as comissões de licitação a realizarem melhores contratações.

Neste termos, o processo de fiscalização coordenado pela Gestão de Contratos, ligada a Seção Administrativa e Financeira, manteve a designação de servidores com atribuições de acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos, mantendo escrituração de todos os atos a ele relacionados, conferir e atestar os serviços, realizar análise da vantajosidade e viabilidade da manutenção dos contratos em condições favoráveis a Administração, manter comunicação escrita com a Contratada, constituindo-se na ligação entre a Administração e a Empresa executora dos serviços, além de exercer outras funções prescritas em Leis, regulamentos e/ou portarias. Sendo assim, segue alguns procedimentos adotados com os contrato de terceirização no exercício 2010:

SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE IMÓVEIS DA 2ª SRPRF

Em 2008 e 2009 a prestação de serviços de limpeza era executada pela Empresa Sul América, cujo contrato foi prorrogado pelo período máximo permitido em lei (60 meses).

Em 2009 foi realizado o pregão eletrônico 23/2009 e logrou-se vencedora a empresa Nelise F. Prado & CIA LTDA, CNPJ 01.294.164/0001-31, cujo contrato terminou em 22 de novembro de 2010.

Valores estimados e realizados no contrato com a Empresa Nelise F. Prado & CIA LTDA:

Parcela	Data	Valores Previstos	Valores Pagos	Diferença (glosas)	Notas de Empenho:
1	23/11/2009 30/11/2009	R$ 10.407,09			2009NE 900463
2	01/12/2009 31/12/2009	R$ 39.026,57	R$ 40.852,50	R$ 8.581,16	2009NE 900463
3	01/01/2010 31/01/2010	R$ 39.026,57	R$ 38.658,12	R$ 368,45	2009NE 900463
4	01/02/2010 28/02/2010	R$ 39.026,57	R$ 38.661,41	R$ 365,16	2009NE 900463
5	01/03/2010 31/03/2010	R$ 39.026,57	R$ 38.843,99	R$ 182,58	2009NE 900463
6	01/04/2010 30/04/2010	R$ 39.026,57	R$ 39.026,57	R$ 0,00	2009NE 900463
7	01/05/2010 31/05/2010	R$ 53.662,87	R$ 53.662,87	R$ 0,00	2010NE900165 (1º T. aditivo)
8	01/06/2010 30/06/2010	R$ 41.953,83	R$ 41.953,83	R$ 0,00	2010NE900165 (1º T. aditivo)
9	01/07/2010 31/07/2010	R$ 41.953,83	R$ 41.953,83	R$ 0,00	2010NE900165 (1º T. aditivo)
10	01/08/2010 31/08/2010	R$ 41.953,83	R$ 41.953,83	R$ 0,00	2010NE900165 (1º T. aditivo)
11	01/09/2010 30/09/2010	R$ 41.953,83	R$ 41.953,83	R$ 0,00	2010NE900165 (1º T. aditivo)
12	01/10/2010 31/10/2010	R$ 41.953,83	R$ 41.953,83		2010NE900165 (1º T. aditivo)

13	01/11/2010 22/11/2010	R$ 30.766,14	***		2010NE900165 (1º T. aditivo)
		R$ 499.738,10	**R$ 459.474,61**	**R$ 9.497,35**	

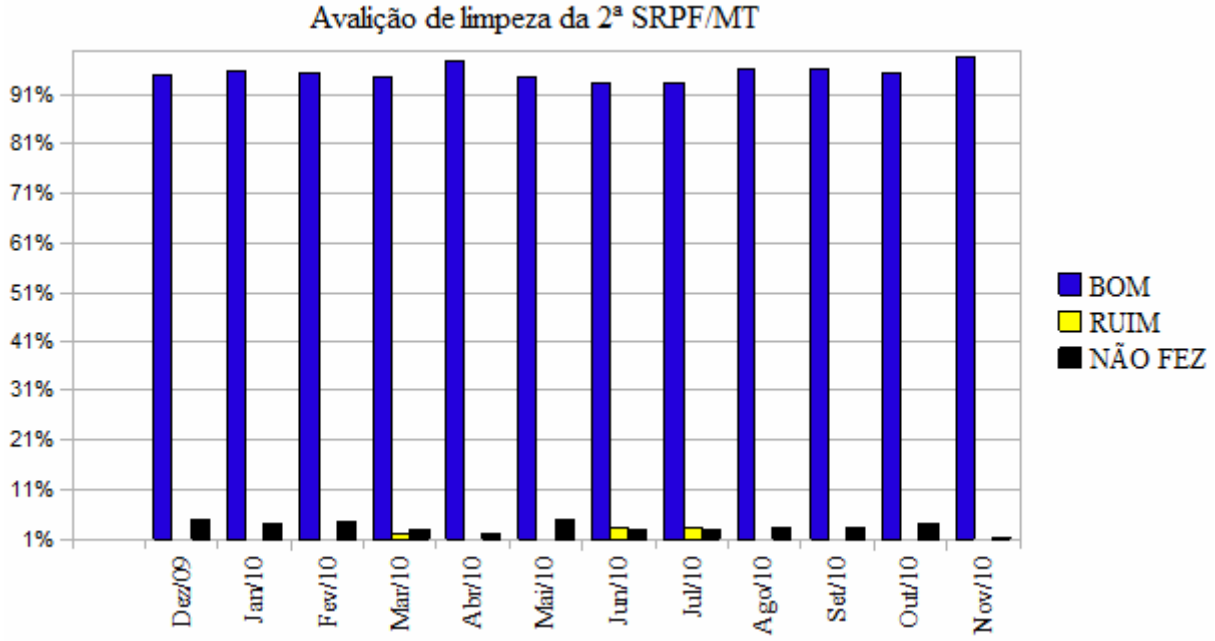
Obs.: "***" Nota fiscal ainda não foi para pagamento por falta de documentos

Os serviços prestados pela Empresa Nelise F. Prado foram avaliados na sede pela fiscal de contrato e nos postos foram acompanhados pelos chefes de delegacias que enviaram mensalmente avaliações dos serviços de limpeza. A execução contínua da prestação de serviços também foi verificada diariamente.

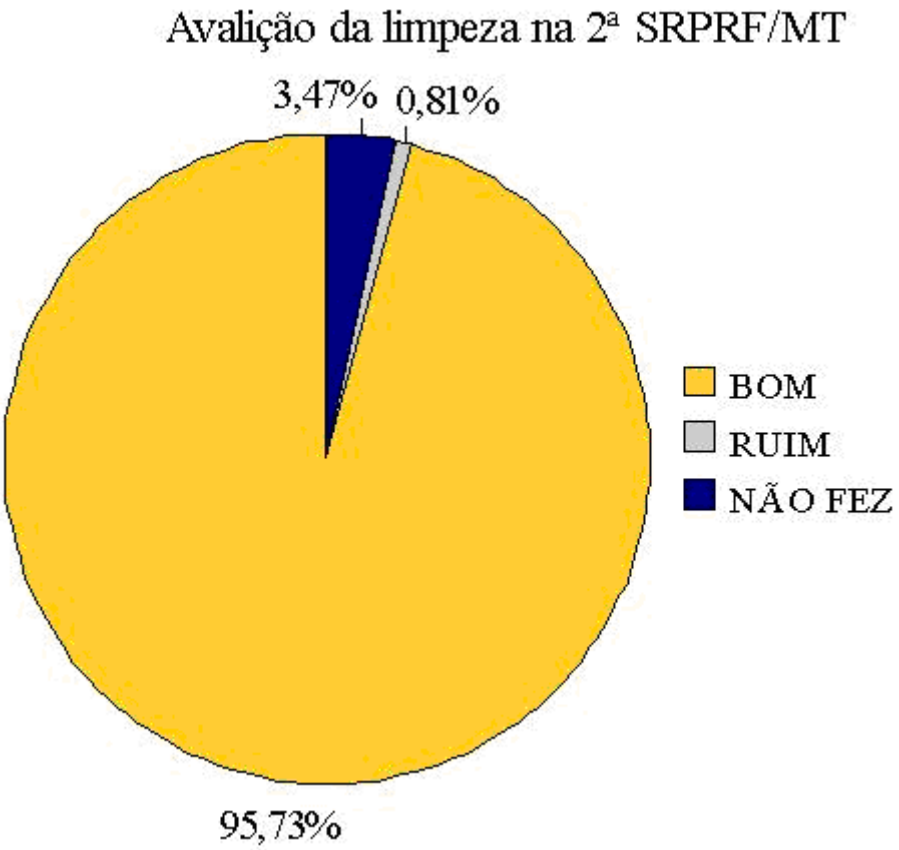
O gráfico abaixo é resultado dessas avaliações divididas em dois grupos. No primeiro grupo, os itens da avaliação foram numerados de 1 a 28, conforme lista no **Anexo I,** para avaliação dos serviços de limpeza prestados nos postos e delegacias, e para cada item foi atribuído um conceito de "bom", "ruim" ou "não fez". No segundo grupo estão avaliados o uso de EPIs, uniforme assiduidade e materiais, os item foram numerados de 1 a 6 e atribuídos o conceito de "Avaliação positiva" ou "Avaliação Negativa"

Para compilar os dados foram quantificados quanto de cada conceito foi avaliado durante os meses de contrato e analisados em porcentagem.

Todos os pontos avaliados negativamente foram solucionados no decorrer do contrato, sendo a avaliação negativa recaída nos seguintes fatores:

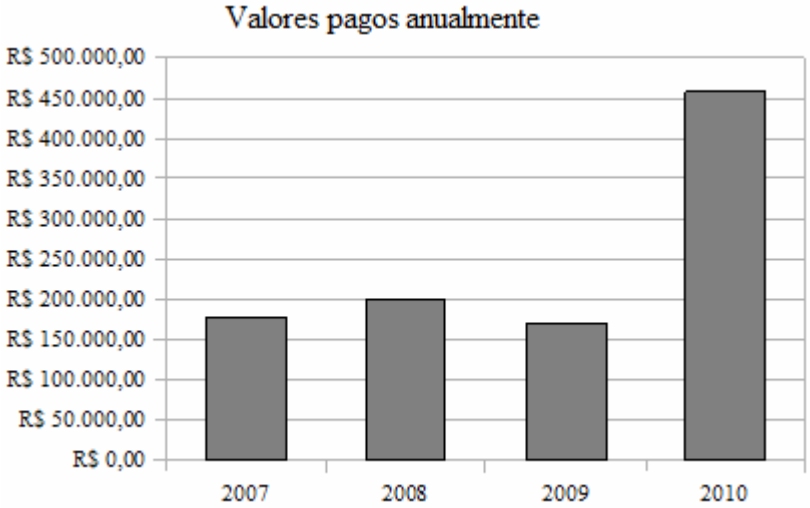


- Falta de material: era solicitado à empresa para supri-los;
- Falta de limpeza: solicitava-se orientação aos prestadores de serviço ou substituição dos mesmos.



O resultado da avaliação de limpeza pode ser considerado satisfatório, haja vista que 95,73% dos serviços foram avaliados com o conceito "bom", os itens cuja resultante foi "ruim" ou "não fez" foram sendo solucionados no decorrer do contrato.

COMPARAÇÃO DOS VALORES PAGOS DE 2008 A 2010 NOS SERVIÇOS DE LIMPEZA



O aumento expressivo dos valores do contrato de limpeza em 2010 em relação a 2009 deve-se aos seguintes fatores:

Em 2009 e 2008, o contrato vigente era o de nº 10/2004, resultado do pregão 04/2004. Esse contrato foi prorrogado pelo tempo máximo permitido em lei, ou seja, 60 meses. Dessa forma as regras contratuais eram as vigentes na época, além das leis a Instrução Normativa Nº 18, de 22 de dezembro de 1997. Atualmente vigora a Instrução Normativa nº 02, de 30 de abril de 2008, alterada pela IN nº 03, de 15 de outubro de 2009. Com o advento desse nova normatização a fiscalização tornou-se mais rígida e houve um aumento significativo na qualidade na prestação dos serviços, em especial nos materiais de limpeza.

O aumento também se deve aos valores defasados do contrato anterior, aos reajustes dos valores dos insumos e salários, estes ocorridos por força de Convenção Coletiva.

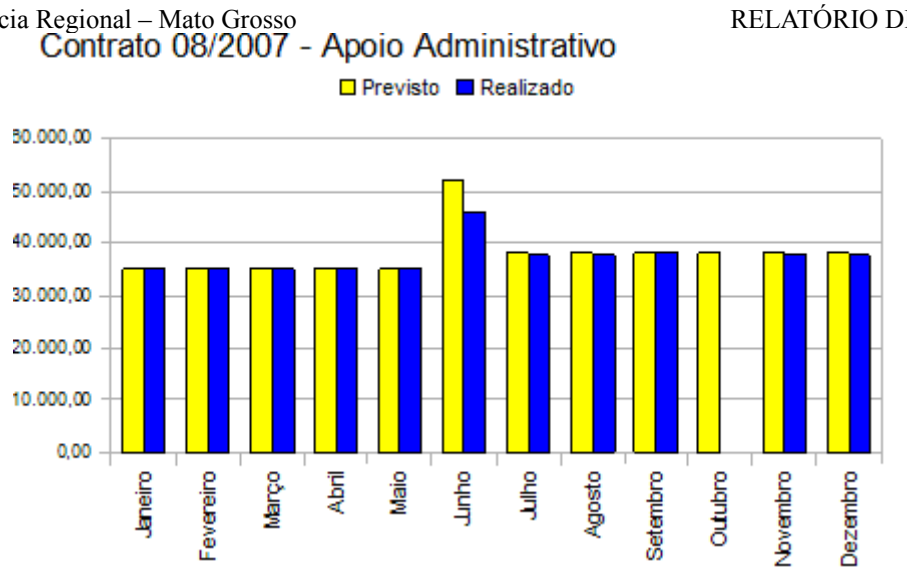
Por fim, o contrato nº 10/2004 previa um área coberta de 5.122 m² e 18 (dezoito) serventes e 01(um) encarregado. E, no contrato vigente em 2010, a área era de 8.007,65 m² e 22 (vinte e dois) serventes e 01(um) encarregado. Essa diferença deve-se ao melhor planejamento para limpeza em todos os postos da 2ª SRPRF/MT.

SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO

Empresa Contratada: Sul América Prestadora de Serviços Ltda. Valor 4° Termo Aditivo R$ 211.744,20 valor mensal R$ 35.290,70.

Com a CCT 2010, houve reajuste dos salários, razão pela qual a Contratada apresentou proposta para reequilíbrio econômico do contrato, sendo o valor mensal reajustado para R$ 38.092,47, gerando um retroativo de R$ 14.008,85 que foi pago com a parcela de junho/2010.

A aplicação da fiscalização foi a responsável pela redução de R$ 45.039,58 ao final do exercício.



2.4. Desempenho Orçamentário e Financeiro

2.4.1. Programação Orçamentária da Despesa

2.4.1.1 Programação de Despesas Correntes
(Quadro A.2.4 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES);

2.4.1.2 Programação de Despesas de Capital
(Quadro A.2.5 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL);

2.4.1.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas
(Quadro A.2.6 - RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS);

Esta UJ não é responsável pela programação orçamentária e financeira. Informações a cargo da Unidade Orçamentária, conforme segue:

QUADRO A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS		
Identificação da Unidade Orçamentária (UO) responsável pela programação das UJ		
Denominação da Unidade Orçamentária	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Departamento de Polícia Rodoviária Federal	30107	200109

QUADRO A.2.7 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	200109	-	-	-	8.443.769,28
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	
	Recebidos	200109	-	-	-	378.922,46
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	200109	-	186.838,35	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	200109	-	2.470.651,75	-	-

Fonte: **NUOFI/2ª SRPRF/MT**

2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1. Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

A 2ª SRPRF/MT não executa créditos originários. As informações dos subitens 2.4.2.1.1 a 2.4.2.1.3 ficarão a cargo da Unidade Orçamentária, conforme discriminação abaixo:

Identificação da Unidade Orçamentária (UO) responsável pela programação das UJ		
Denominação da Unidade Orçamentária	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Departamento de Polícia Rodoviária Federal	30107	200109

2.4.2.1.1 - Despesas por Modalidade de Contratação
(Quadro A.2.8)

2.4.2.1.2 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa
(Quadro A.2.9)

2.4.2.1.3 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa
(Quadro A.2.10)

2.4.2.2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

QUADRO A.2.11 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO				
				Valores em R$ 1,00
Modalidade de contratação	**Despesa Liquidada**		**Despesa Paga**	
	2009	**2010**	**2009**	**2010**
Licitação	4.304.240,71	6.488.071,47	2.309.854,37	3.891.305,82
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	-	-	-	-
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	4.304.240,71	6.488.071,47	2.309.854,37	3.891.305,82
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas	667.823,58	617919,99	526419,77	483804,85
Dispensa	87.036,90	513552,19	68434,06	466684,83
Inexigibilidade	580.786,68	104367,8	457985,71	17120,02
Regime de Execução Especial	3.310,96	1823,01	2334,96	1823,01
Suprimento de Fundos	3.310,96	1823,01	2334,96	1823,01
Pagamento de Pessoal	1.117.892,57	4172710,11	1117892,57	4167704,11
Pagamento em Folha	-	0	0	0
Diárias	1.117.892,57	4.172.710,11	1.117.892,57	4.167.704,11
Outras	43.160,30	175233,63	37327,54	175233,63

Fonte: **NUOFI/2ª SRPRF/MT**

QUADRO A.2.12 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO								
								Valores em R$ 1,00
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal								
319008	18.075,27	0,00	18.075,27	0,00	0,00	0,00	18.075,27	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3- Outras Despesas Correntes								
339014	1.117.892,57	4.172.710,11	1.117.892,57	4.167.704,11	0,00	5.006,00	1.117.892,57	4.167.704,11
339039	1.542.968,74	1.568.855,60	1.045.854,01	1.169.428,35	497.114,73	399.427,25	1.045.854,01	1.169.428,35
339030	1.361.029,29	1.383.138,91	970.271,48	1.057.362,27	390.757,81	325.776,64	970.271,48	1.019.981,66

Demais elementos do grupo	1.015806,45	1.673.563,49	805.571,81	1.419,756,56	210.234,64	253.806,93	805.571,81	1.408.645,45

Fonte: **NUOFI/2ª SRPRF/MT**

QUADRO A.2.13 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO Valores em R$ 1,00								
Grupos de Despesa	**Despesa Empenhada**		**Despesa Liquidada**		**RP não processados**		**Valores Pagos**	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
Investimentos	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
44.90.52	**1.080.655,80**	**2.657.490,10**	**36.164,07**	**1.059.457,85**	**1.044.491,73**	**1.598.032,25**	**36.164,07**	**954.11,85**
Inversões Financeiras	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Amortização da Dívida	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Fonte: **NUOFI/2ª SRPRF/MT**

2.4.3. Indicadores Institucionais

2.4.3.1. Programa 0663

Para o Programa 0663 foram definidos como indicadores a Sensação de Segurança, verificada a partir da Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais e da Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais.

A sensação de segurança resulta da verificação de percentual de pessoas que se sentem seguras a partir do levantamento de determinada amostra (efetividade), mediante pesquisa conduzida pela Coordenação Geral de Operações do DPRF e executada na 2ª SRPRF/MT pela Seção de Policiamento e Fiscalização.

O indicador percepção de segurança será aferido por pesquisa quantitativa com usuários das rodovias federais brasileiras, estratificada por critérios de gênero, faixa etária e tipo de veículo, observando as metas e as orientações da Portaria nº 30, de 03 de junho de 2009 da Direção-Geral do DPRF.

A pesquisa quantitativa será efetuada por meio de questionário oral (perguntas fechadas) por pesquisadores capacitados dentre os servidores do órgão, descaracterizados. Tal questionário será composto de perguntas fechadas, sobre: a) vitimização em ocorrências de trânsito e criminalidade

nas rodovias federais; procura pela polícia em caso de ocorrência; conhecimento do número de emergência da PRF; confiança na PRF; sensação de segurança ao transitar pelas rodovias.

A fórmula utilizada para elaboração do indicador de percepção de segurança - IPS nas rodovias federais é a seguinte:

IPS = (SESA + NPRF) – (VCRI + VCPO + VACI + VAPA)

SESA – Sensação de Segurança – escala de 1 a 5;

NPRF – Nota PRF – notas de 0 a 10, convertidas em escala de 1 a 5;
VCRI – Vítima Crime – (sim = 1, não = 0);
VCPO – Vítima de Crime Policial (constrangimento, tentativa de extorsão: sim = 1, não = 0)
VCPA – Parente/amigo vítima de crime – (sim = 1, não = 0);
VACI – Vítima Acidente – (sim = 1, não = 0);
VAPA – Parente/Amigo vítima de acidente – (sim = 1, não = 0).

Cada registro de entrevista obtém uma nota correspondente, a partir da fórmula apresentada que perfazem amplitude de -3 a 10, compondo, portanto, 13 classes. A meta é realizar a pesquisa semestralmente.

A Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais decorre da análise do número de mortes ocorridas em acidentes de trânsito nas rodovias federais no ano relativo à quantidade de veículos da frota nacional (efetividade), tendo como responsável pelo cálculo a Seção de Policiamento e Fiscalização.

No que tange a Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais, faz-se análise do número de acidentes ocorridos nas estradas federais no ano pela quantidade de veículos da frota nacional (efetividade), sendo responsável pelo cálculo a Coordenação Geral de Operações.

2.4.3.2. Programa 1386

Para o programa 1386, adota-se como indicador o Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas o qual se pretende medir o percentual de unidades com estrutura física, de dados e de comunicações (TI – Tecnologia da Informação) e de viaturas adequadas (eficácia).

2.4.3.3. Programa 0750

Não há indicador.

3. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

QUADRO A.3.1. - RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS Valores em R$1,00					
Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2009	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2010
Razões e Justificativas: Inexiste tal situação no âmbito do DPRF. Não há contas contábeis registradas na Contabilidade do DPRF para Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos que tenham tido movimentação ou que tenham apresentado saldo diferente de zero no final do exercício de 2010.					

Fonte: **NUOFI/2ª SRPRF/MT**

4. Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

4.1 Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores

QUADRO A.4.1 – SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				Valores em R$ 1,00
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	**Montante Inscrito**	**Cancelamentos acumulados**	**Pagamentos acumulados**	**Saldo a Pagar em 31/12/2010**
2007	60,00	0,00	0,00	60,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	**Montante Inscrito**	**Cancelamentos acumulados**	**Pagamentos acumulados**	**Saldo a Pagar em 31/12/2010**
2009	2.142.598,91	173.046,66	1.867.436,26	102.115,99
2008	1.188.694,34	242.403,40	944.057,71	2.233,23
Observações:				

Fonte: **NUOFI/2ª SRPRF/MT**

4.2 Análise Crítica

Os restos a pagar processados de 2007 no valor de R$ 60,00, estavam inscritos por dificuldades operacionais de cancelamento por nossa Unidade e foram baixados em 2010 pela Setorial Contábil do Ministério da Justiça.

O saldo de restos a pagar não processados de 2009 estão em análise para apuração do que será efetivamente executado e será ajustado dentro do prazo previsto pelo Decreto nº 7.418 de 31 de dezembro de 2010, que prorrogou sua validade até o dia 30 de abril de 2011.

As informações de restos a pagar de 2008 e 2009 constantes da planilha acima, foram extraídas do SIAFI 2009 e 2010 na transação CONSULTORC, tendo como referência o mês de dezembro.

5. Recursos Humanos da Unidade

5.1 Composição do quadro de Servidores Ativos

QUADRO A.5.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010				
Tipologia dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1. Provimento de cargo efetivo	490	490	0	0
1.1 Membros de poder e agente político	0	0	0	0
1.2 Servidores de Carreira	0	0	0	0
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	0	490	84	13
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
1.3 Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0

1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	0	0	0	0
1.4.1 Cedidos	0	0	0	0
1.4.2 Removidos	0	20	01	20
1.4.3 Licença remunerada	0	0	0	0
1.4.4 Licença não remunerada	0	0	0	0
2 Provimento de cargo em comissão	0	0	0	0
2.1 Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	0	0	0	0
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	0	01	0	0
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2.2.4 Sem vínculo	0	0	0	0
2.2.5 Aposentado	0	0	0	0
2.3 Funções gratificadas	0	0	0	0
2.3.1. Servidor de carreira vinculada ao órgão	55	54	0	0
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
3 Total				

Fonte: **SRH/2ª SRPRF**

QUADRO A.5.2 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010					
Tipologia dos Cargos	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo					
1.1 Membros de poder e agente político	0	0	0	0	0
1.2 Servidores de Carreira	144	162	157	54	00
1.3 Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	17	19	27	08	00
2 Provimento de cargo em comissão					
2.1 Cargos Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	0	0	0	01	0
2.3 Funções gratificadas	01	10	21	02	00

Fonte: **SRH/2ª SRPRF**

QUADRO A.5.3 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010									
Tipologia dos Cargos	**Nível de Escolaridade**								
	1	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**
1. Provimento de cargo efetivo	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.1 Membros de poder e agente político	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2 Servidores de Carreira	0	0	0	02	164	287	0	0	0
1.3 Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2 Provimento de cargo em comissão	0	0	0	0	0	0	0	0	0

2.1 Cargos Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	0	0	0	0	0	0	02	0	0
2.3 Funções gratificadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
LEGENDA Nível de Escolaridade 1 – Analfabeto; 2 – Alfabetizado sem cursos regulares; 3 – Primeiro grau incompleto; 4 – Primeiro grau; 5 – Segundo grau ou técnico; 6 – Superior; 7 – Aperfeiçoamento/Especialização/Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado.									

Fonte: SRH/2ª SRPRF

5.2. Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

QUADRO A.5.4 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010		
Regime de proventos/Regime de aposentadoria	**Quantitativo de servidores**	**Aposentadorias em 2010**
1. Integral		
1.1 Voluntária	63	02
1.2 Compulsório	0	0
1.3 Invalidez Permanente	03	01
1.4 Outras	0	0
2 Proporcional		
2.1 Voluntária	0	0
2.2 Compulsório	01	0
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	0	0

Fonte: SRH/2ª SR.PRF/MT

QUADRO A.5.5 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010		
Regime de proventos originário do servidor	**Quantitativo de servidores**	**Pensões concedidas em 2010**
1. Integral	0	0
2 Proporcional	0	0

Fonte: SRH/2ª SR.PRF/MT

5.3. Composição do quadro de Estagiários

QUADRO A.5.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS					
Nível de escolaridade	**Quantitativo de contratos de estágio vigentes**				**Custo do exercício (Valores em R$ 1,00)**
	1º Trimestre	**2º Trimestre**	**3º Trimestre**	**4º Trimestre**	
Nível superior					
Área fim	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
Área meio	**2**	**4**	**4**	**3**	**2.717,07**
Nível médio					

Área fim	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
Área meio	**9**	**19**	**20**	**21**	**5.473,35**

Fonte: SRH/2ª SR.PRF/MT

5.4. Quadro de custos de recursos humanos

QUADRO A.5.7 - QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2008, 2009 E 2010.

Valores em R$ 1,00

Tipologias	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	Total
Membros de poder e agentes políticos								
2008	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
2009	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
2010	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
2009	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
2010	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
Servidores com Contratos Temporários								
2008	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
2009	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
2010	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
2009	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
2010	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	**0**	**0**	R$ 31.452,81	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
2009	**0**	**0**	R$ 31.527,99	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
2010	**0**	**0**	R$ 32.740,59	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
Servidores ocupantes de cargos do Grupo de Direção e Assessoramento Superior								
2008	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
2009	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
2010	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
2009	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
2010	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**

Fonte: SRH/2ª SR.PRF/MT

5.5. Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

QUADRO A.5.8 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA
Unidade Contratante

Nome: 2ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL														
UG/Gestão: 200120					CNPJ: 00.394.494/0115-02									
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit
							F		M		S		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
2009	(L)	(O)	15/2009	01.294.164/0001-31	23/11/09	22/11/10	23	23					**E**
2010	(L)	(O)	23/2010	07.116.584/0001-04	23/11/10	22/11/11	23	23					**A**
2008	(V)	(O)	09/2008	00.332.087/0005-28	05/06/08	04/12/11			4	4			**P**
Observação:													

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

QUADRO A.5.9 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA														
Unidade Contratante														
Nome: 2ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL														
UG/Gestão: 200120					**CNPJ: 00.394.494/0115-02**									
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	**Área**	**Nat**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período contratual de execução das atividades contratadas**		**Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados**						**Sit.**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
2007	(1)	(O)	08/2007	* 01.424.685/0001-66	26/12/07	25/06/11			13	13			P
	(2)								1	1			P
2010	(1)	(O)	18/2010	** 08.594.305/0001-80	21/07/10	20/07/11			3	3			A
	(3)						1	1					A
	(2)						1	1					A
Observação: *Empresa Sul América Prestadora de Serviços LTDA. ** Modern Service Locação de Mão de Obra LTDA.														

LEGENDA
Área:
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
7. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

QUADRO A.5.10 - DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL CONTRATADO MEDIANTE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
08/2007	1	13	Sede /2ª SRPRF/MT
08/2007	2	1	Sede / 2ª SRPRF/MT
18/2010	1	3	Sede / 2ª SRPRF/MT
18/2010	2	1	Sede / 2ª SRPRF/MT
18/2010	3	1	Sede / 2ª SRPRF/MT
23/2010	7	23	Postos, delegacias e sede da 2ª SRPRF/MT
09/2008	8	4	Sede / 2ª SRPRF/MT

LEGENDA
Área:
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
7. Higiene e Limpeza;
8. Vigilância Ostensiva;
9. Outras.

5.6. Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

Esta UJ não possui nenhum indicador sobre recursos humanos tais como os que tratam dos seguintes temas: absenteísmo, acidentes de trabalho, perfil etário, rotatividade, formação acadêmica, educação continuada, satisfação e motivação, desempenho funcional e demandas trabalhistas.

- **Doenças Ocupacionais**

Desenvolvimento do projeto - "Patrulha da Saúde" - promovendo políticas de saúde para atender a todo efetivo das delegacias e sede da 2ª SRPRF/MT.

Foi atendido todo o circuito da Patrulha da Saúde, desenvolvendo as seguintes atividades: Aferição de pressão, exames de glicemia, colesterol, triglicerídeos, peso/altura, medidas cervical, cintura/quadril, acuidade visual e forma manual e avaliação psicológica e, em alguns casos, avaliação física e postural do efetivo da unidade.

DELEGACIA	DIA E HORÁRIO	LOCAL
1. DL.PRF-1/2 - Cuiabá/MT	15 e 16/04/10– das 08 às 18hs	SEDE PRF Cuiabá/ MT
2 .DL.PRF-6/2 Sorriso/MT	28/05 – das 08 às 18hs	6ª DLPRF
3.DL.PRF-4/2 -Diamantino/MT	29/06/10 - das 08 às 18hs	Del Diamantino
4.DL.PRF-2/2 - Rondonópolis/MT	26/07 – das 08 às 18hs	Del Rondonópolis
5. DL.PRF-8/2 - Barra do Garças/ MT	06 e 07/12 – das 08 às 18hs	Del Barra do Garças
6. DL.PRF-3/2 - Cáceres/MT	23/09 – das 08 às 16hs	Del Cáceres
7. DL.PRF-7/2 - Pontes e Lacerda/MT	27/10 – das 08 às 16hs	Del Pontes e Lacerda
8.DL.PRF5/2 - Primavera do Leste/MT	08 e 09/12 – das 08 às 16hs	Del Primavera do Leste

Em abril houve a Patrulha da Saúde na Sede da 2ª SRPRF com 48 participantes e 42 avaliados fisicamente onde foram realizados teste de glicemia, aferição de pressão arterial, peso, altura, cintura/quadril, acuidade visual, força manual, IMC e avaliação física.

Pessoas Atendidas	Total
Homens	31
Mulheres	11
Total	42

Faixa etária de 18 a 65 anos

Alterações apresentadas	Total
Hipertensão	**11**
Diabetes	**4**
Sobrepeso	**26**
Tabagista	**2**

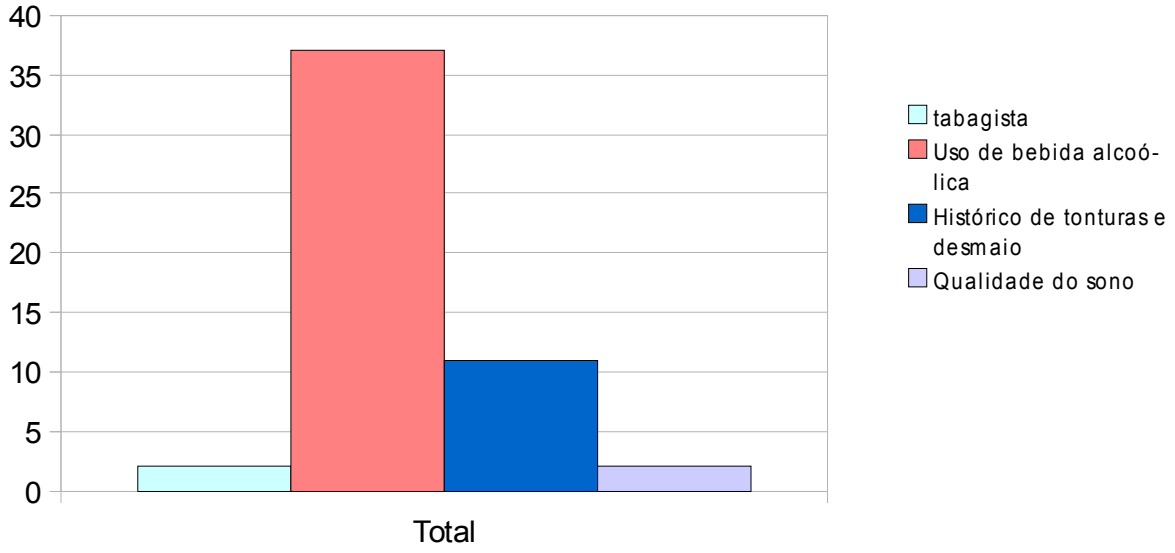
Utiliza medicamento	**13**
Uso de bebida alcoólica	**20**
Frequência cardíaca de repouso alterada	**2**
Anteriorização da cabeça	**9**
Ganho sarcomeral nos rombóides e slide anterior	**10**
Diferença entre membros inferiores	**14**
Desvios nos pés	**14**
Frouxidão ligamentar	**4**
Tendinite do supra espinhoso	**2**
Geno Valgo	**5**
Geno Varo	**3**
Suspeita de condromalácia	**14**
Hipercifose torácica	**11**
Hiperlordose lombar	**7**
Escoliose	**24**

Em maio foi realizada a Patrulha da Saúde na Delegacia PRF de Sorriso/MT onde foram realizados testes de glicemia, aferição de pressão arterial, peso, altura, cintura/quadril, acuidade visual, força manual, IMC e avaliação postural, além de consulta médica e vacinação.

Pessoas Atendidas	Total
Homens	27
Mulheres	04
total	31

Faixa etária de 23 a 50 anos

Alterações Apresentadas	Total
Tabagista	**1**
Uso de bebida alcoólica	**15**
Histórico de Tonturas e desmaio	**1**
Qualidade do sono ruim	**14**

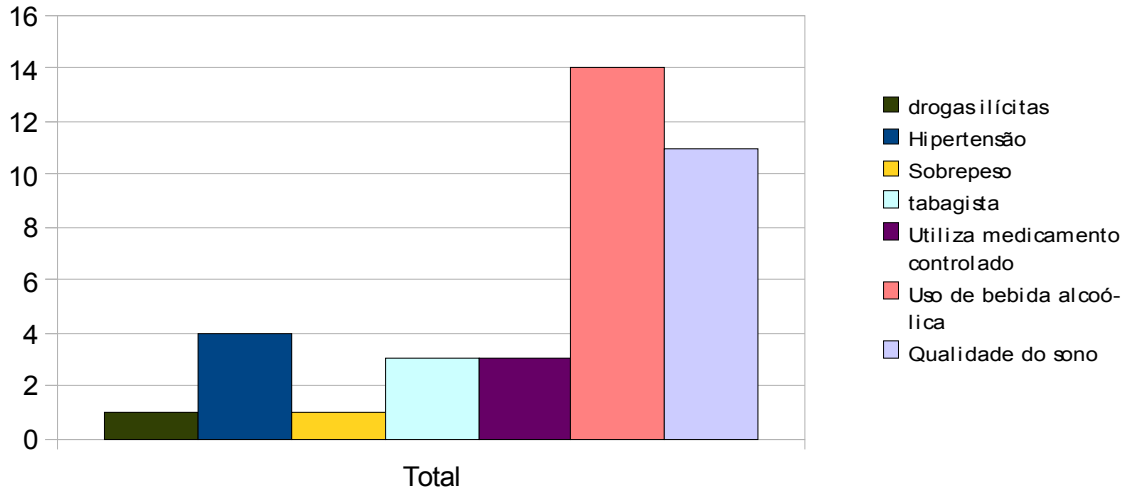


Em junho foi realizada a Patrulha da saúde na 4ª Delegacia PRF de Diamantino onde foram realizados testes de glicemia, aferição de pressão arterial, peso, altura, cintura/quadril, acuidade visual, força manual e IMC, além de vacinação.

Pessoas Atendidas	Total
Homens	20
Mulheres	02
total	22

Faixa etária de 22 a 58 anos

Alterações Apresentadas	Total
Hipertensão	4
Diabetes	0
Sobrepeso	1
Tabagista	3
Utiliza medicamento controlado	3
Uso de bebida alcoólica	14
Histórico de Tonturas e desmaio	0
Qualidade do sono ruim	11
Já utilizou drogas ilícitas	1

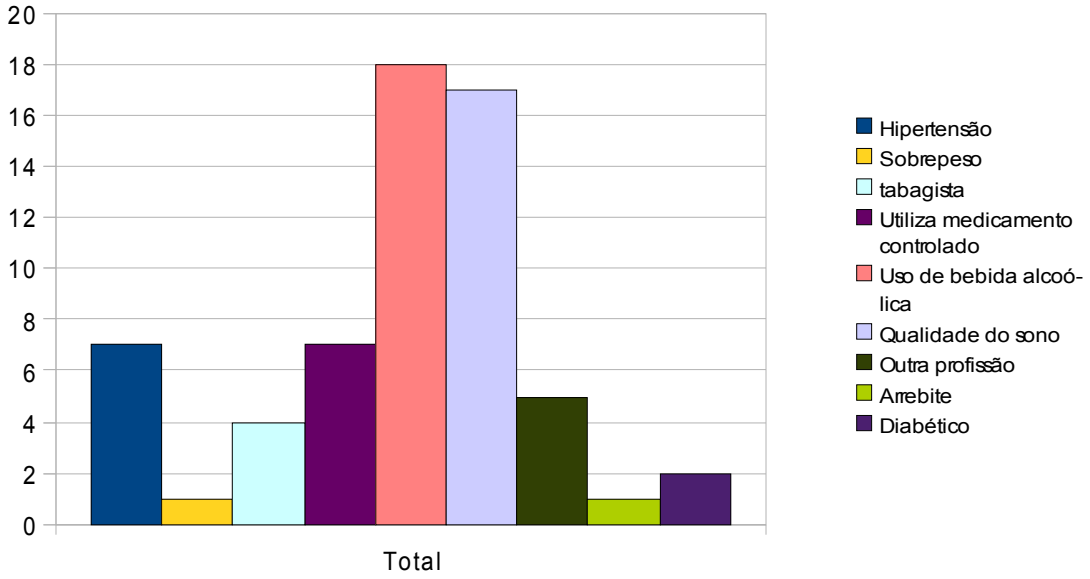


Em julho foi realizada a Patrulha da Saúde na 2ª delegacia PRF em Rondonópolis onde foram realizados teste de glicemia, aferição de pressão arterial, peso, altura, cintura/quadril, acuidade visual, força manual e IMC.

Pessoas Atendidas	Total
Homens	40
Mulheres	02
total	42

Faixa etária de 21 a 57 anos

Alterações Apresentadas	Total
Hipertensão	**7**
Diabetes	**2**
Sobrepeso	**1**
Tabagista	**4**
Utiliza medicamento controlado	**7**
Uso de bebida alcoólica	**18**
Histórico de Tonturas e desmaio	**2**
Qualidade do sono ruim	**17**
Vontade de exercer outra profissão	**5**
Utilizou arrebite	**1**



Em agosto aconteceu a Patrulha da Saúde com a 1ª Delegacia PRF de Cuiabá, a qual foi realizada em dois dias na Sede PRF, infelizmente houve somente dois servidores participantes tornando inviável relatório desta Delegacia. Na ocasião, avaliamos outros servidores da Sede que faltavam. Em Outubro aconteceu a Patrulha da Saúde com a 3ª Delegacia de Cáceres.

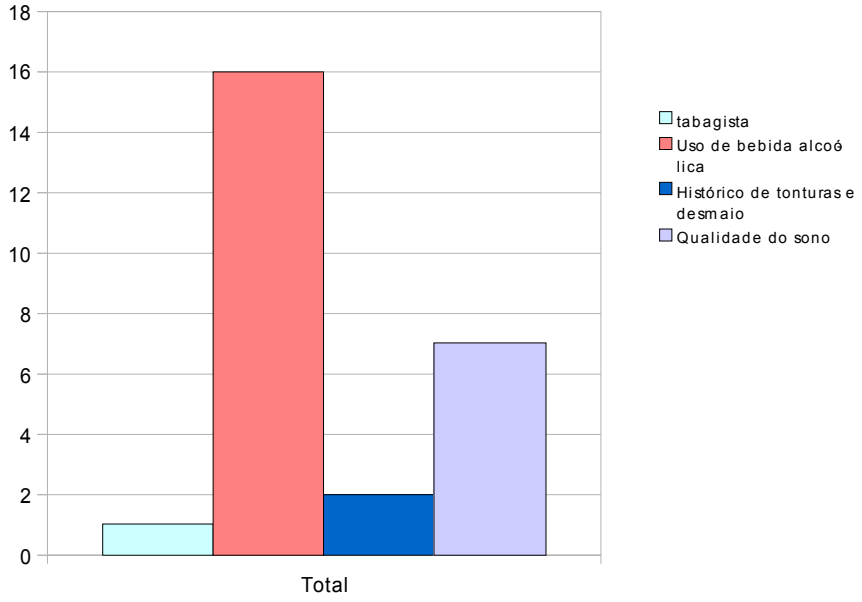
A 3ª DLPRF conta com cinquenta e três policiais e três funcionários administrativos, sendo um (01) motorista oficial, um (01) estagiário e uma (01) servidora terceirizada. Na data da realização da "Patrulha da Saúde", nove (09) servidores PRFs estavam à disposição da operação "Gralha Azul", no Paraná e outros nas olimpíadas em Brasília.

Além dos exames acima especificados, foi realizada avaliação psicológica. Foi detectado apenas problemas de adaptação, estresse e insônia, além de um número acentuado de sedentarismo e falta de orientação alimentar.

Pessoas Atendidas	Total
Homens	22
Mulheres	02
total	24

Faixa etária de 25 a 50 anos

Alterações Apresentadas	Total
Tabagista	0
Uso de bebida alcoólica	16
Histórico de Tonturas e desmaio	02
Qualidade do sono ruim	07

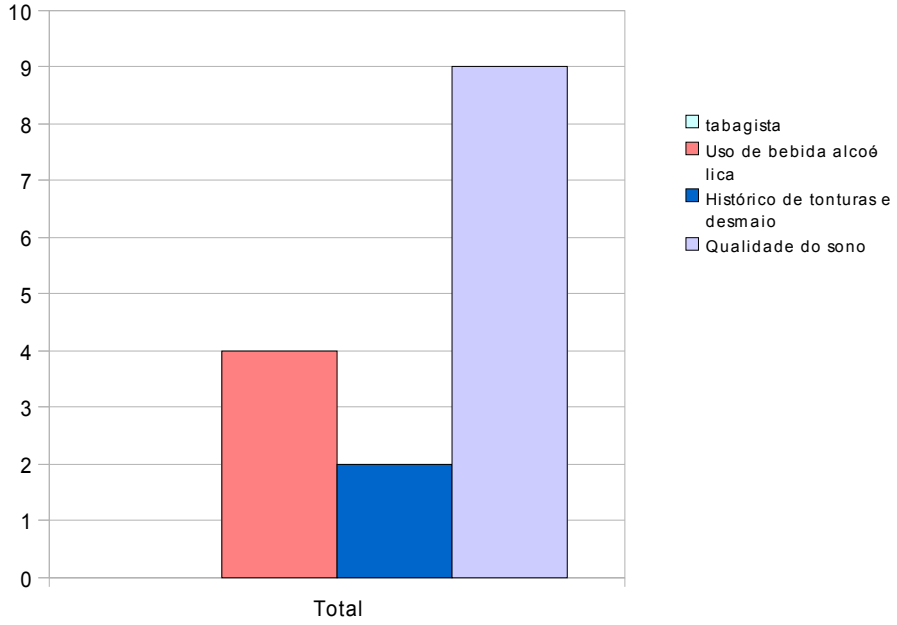


Em Outubro aconteceu a Patrulha da Saúde com a 7ª Delegacia de Pontes e Lacerda/MT.

Pessoas Atendidas	Total
Homens	13
Mulheres	02
total	15

Faixa etária de 23 a 50 anos

Alterações Apresentadas	Total
Tabagista	**0**
Uso de bebida alcoólica	**04**
Histórico de Tonturas e desmaio	**02**
Qualidade do sono ruim	**09**

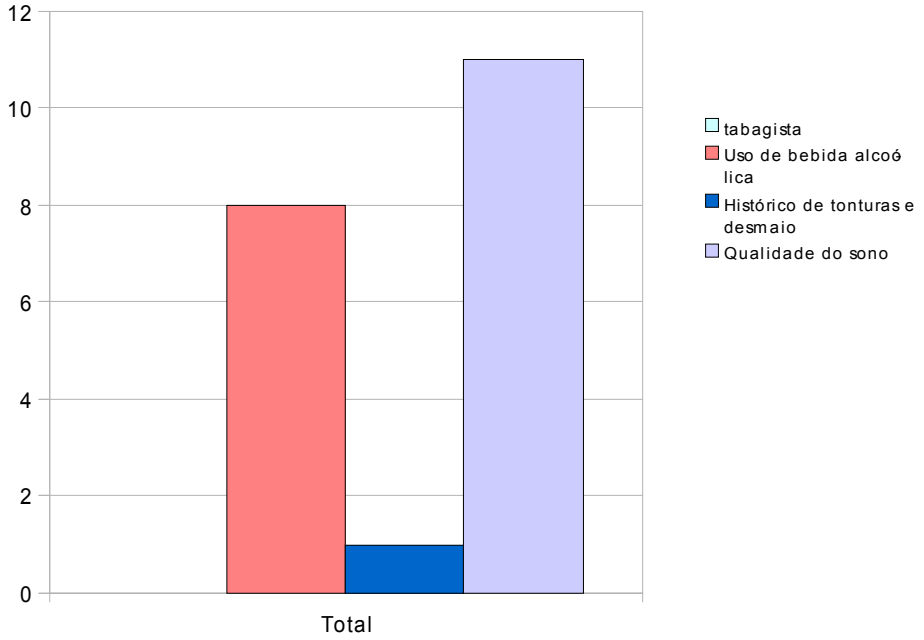


Em dezembro aconteceu a Patrulha da Saúde com o efetivo da 8ª Delegacia de Barra do Garças onde foram realizados teste de glicemia, aferição de pressão arterial, peso, altura, cintura/quadril, acuidade visual, força manual, IMC e avaliação psicológica.

Pessoas Atendidas	Total
Homens	20
Mulheres	01
total	21

Faixa etária de 25 a 57 anos

Alterações apresentadas	Total
Tabagista	00
Uso de bebida alcoólica	08
Histórico de tonturas e desmaio	01
Qualidade do sono razoável	11

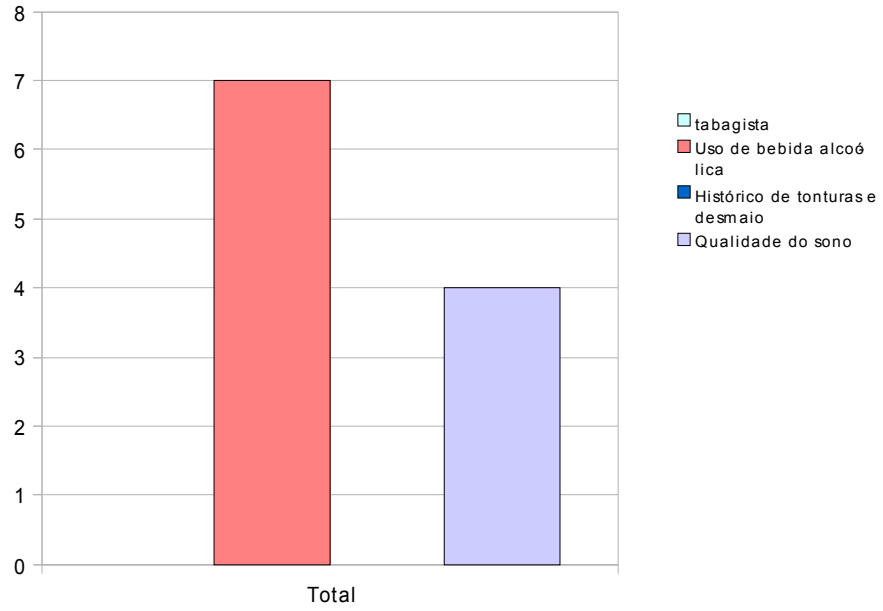


Em dezembro aconteceu a Patrulha da Saúde com a 5ª DLPRF no município de Primavera do Leste/MT, onde foram realizados teste de glicemia, aferição de pressão arterial, peso, altura, cintura/quadril, acuidade visual, força manual, IMC e avaliação psicológica.

Pessoas Atendidas	Total
Homens	10
Mulheres	01
total	11

Faixa etária de 25 a 46 anos

Alterações apresentadas	Total
Tabagista	**00**
Uso de bebida alcoólica	**07**
Histórico de tonturas e desmaio	**00**
Qualidade do sono razoável	**04**



A delegacia conta com trinta e quatro policiais e três funcionários administrativos, sendo dois (02) estagiários e uma (01) servidora terceirizada. Na avaliação psicológica não identificamos nada que pudesse comprometer o desempenho das atribuições dos PRFs. Porém, alguns são demasiadamente resistentes que nem chegam a participar do evento.

DADOS GERAIS DA PATRULHA DA SAÚDE 2010

GRUPOS AVALIADOS

- *GRUPO FEMININO = **46***
- *GRUPO MASCULINO = **223***
- *TOTAL AVALIADOS = **269***

Alterações apresentadas	Total
Hipertensão	31
Diabetes	8
Sobrepeso	33
Tabagista	15
Utiliza medicamento	35
Uso de bebida alcoólica	126
História de tontura ou desmaio	10
Qualidade do sono ruim	91
Vontade de exercer outra profissão	10
Utilizou droga ilícita	3

Frequência cardíaca de repouso alterada	2
Anteriorização da cabeça	9
Ganho sarcomeral nos rombóides e slide anterior	10
Diferença entre membros inferiores	14
Desvios nos pés	14
Frouxidão ligamentar	4
Tendinite do supra espinhoso	2
Geno Valgo	5
Geno Varo	3
Suspeita de condromalácia	14
Hipercifose torácica	11
Hiperlordose lombar	7
Escoliose	24

Faixa Etária Avaliada = 18 A 65 ANOS

- Disciplina

O Planejamento Correicional de 2010 estabeleceu as ações estratégicas para os trabalhos a serem desenvolvidos pela Corregedoria Regional da 2a SRPRF/MT, observada a política Correicional da Superintendência e as diretrizes gerais da Corregedoria Geral, com o fim de dar cumprimento às atribuições regimentais. Dentre as ações correcionais destinadas a prevenir os desvios de condutas no âmbito da 2ªSRPRF/MT, elegemos as seguintes prioridades:

a) Dar continuidade ao programa Corregedoria Participativa em cada delegacia regional;

b) Realizar reuniões a respeito do Acompanhamento Gerencial de Serviço (AGS) e Termo Circunstanciado Administrativo e outros assuntos regimentais, em cada delegacia da regional. Para o cumprimento dessa ação foi necessário a disponibilização de 03 (três) servidores da Corregedoria Regional, com o pagamento de diárias, para o cumprimento nas Delegacias de Rondonópolis, Cáceres, Diamantino, Primavera do Leste, Sorriso, Pontes e Lacerda e Barra do Garças, sendo que a 1ª delegacia, encontra-se nesta Capital, não havendo necessidade de pagamento de diárias. Dessa forma, estimamos um gasto mínimo de R$ 4.076,10 (quatro mil e setenta e seis reais e dez centavos).

c) Implementação do Acompanhamento Gerencial de Serviço (AGS) em cada delegacia, sendo executada pelos respectivos chefes das mesmas, com a autuação de um processo para cada Delegacia, sendo realizado ao menos, um por mês, pela chefia imediata, em cada equipe de serviço, e por fim, a análise dos resultados dos procedimentos realizados, com a oportunidade de manifestação da Corregedoria Regional.

d) Supervisionar, orientar e coordenar as atividades relacionadas com a conduta funcional e a eficiência das atividades dos servidores lotados nas delegacias e Sede da Regional, obedecidas as

diretrizes correcionais da Superintendência Regional e do Departamento, sendo realizadas reuniões mensais com os chefes da SRH, SAF e SPF, juntamente com o Superintendente Regional.

e) Inserir nos demais programas da regional que realizam operações educativas (comando de saúde, por exemplo) destinados a orientar a sociedade sobre o comportamento a ser adotado durante uma abordagem policial, além de informar os meios disponíveis para apresentar situações irregulares. Esta ação visa inserir no contexto da Corregedoria Participativa o maior número de pessoas possíveis, incluindo a sociedade civil.

f) Buscar interação com SINPRFMT, MPFU, AGU, PF e demais órgãos públicos. Esta ação visa aproximação com os setores Participativos, Correicionais e de Controle Público, afim de dinamizar e vincular conhecimentos.

g) Realizar, pelo menos, 01 (um) Acompanhamento Gerencial de Serviço por semestre em cada unidade operacional da Superintendência, pela Corregedoria Regional. Para a realização dessa ação será necessária a disponibilização de, pelo menos, 03 (três) servidores da Corregedoria Regional, sendo necessário o pagamento de diárias para a realização dos AGS nas delegacias. Assim, estimamos um gasto de pelo menos R$ 11.235,06 (onze mil, duzentos e trinta e cinco reais e seis centavos) para a execução nas delegacias de Rondonópolis, Cáceres, Diamantino, Primavera do Leste, Sorriso, Pontes e Lacerda e Barra do Garças.

h) Realizar treinamento em Investigação Preliminar e Correicional, para servidores da 2ª SRPRF/MT, tendo em vista que uma boa instrução preliminar facilita o trabalho da comissão processante e evita que servidores respondam processos sem objeto definido, aumentando a eficiência dos procedimentos disciplinares.

i) Executar de duas operações correicionais com intuito de levantamento de informações, visando o treinamento de pessoal da corregedoria regional e das delegacias.

j) Instaurar de procedimentos administrativos disciplinares (PAD/SAD), necessitando de recursos referente as diárias para custear despesas com hospedagem de membros das comissões.

COMPARATIVO DA DEMANDA PROCESSSUAL DA CORREGEDORIA REGIONAL			
	2008	**2009**	**2010**
DEMANDA DA CORREGEDORIA REGIONAL			
Denúncias recebidas e autuadas	42	40	43
Procedimentos aguardando instauração de PAD ou SAD	67	73	25
Procedimentos conclusos para julgamento.	9	18	8
PROCESSOS E SINDICÂNCIAS INSTAURADOS.			
Processos Administrativos Disciplinares - PAD	22	21	22
Sindicância Administrativa Disciplinar - SAD	32	6	-
PROCESSOS CONCLUÍDOS E ENCERRADOS NO ANO			
Processos Administrativos Disciplinares - PAD	14	32	24
Sindicância Administrativa Disciplinar - SAD	17	10	-
PROCESSOS EM ANDAMENTO			
Processos Administrativos Disciplinares - PAD	2	3	12
Sindicância Administrativa Disciplinar - SAD	16	2	1
TOTAL DE PENALIDADES APLICADAS NO ANO			

Demissões	**1**	**4**	**11**
Suspensões	**-**	**2**	**4**
Advertência	**-**	**-**	**1**

FIG. I – Comparativo da demanda processual da CR/2ªSRPRF-MT - quadriênio 2007, 2008, 2009 e 2010.

Os gráficos abaixo demonstram a dimensão das demandas processuais no período 2008 a 2010. Nesses períodos verificamos que a ocorrência de um fenômeno positivo para a regional – A REDUÇÃO DE DEMANDAS DISCIPLINARES - embora tenha havido prisões e demissões.

Acontece que houve uma estabilidade das denúncias recebidas, enquanto que inversamente proporcional, houve uma abrupta redução de procedimentos aguardando instauração.

Esse fenômeno atingiu diretamente o resultados das penalidades disciplinares, ao passo que, as advertências e suspensões mantiveram-se proporcionalmente equilibradas, ou seja, num período de 2 (dois) anos houve "QUATRO" suspensões para "UMA" de advertência.

Todavia, com o incremento de ações deflagradas no período de 2008 a 2010, o número de demissões tomou uma razão desproporcional, ou seja, em 2008, a razão era de 1 (uma) demissão para 1 (uma) suspensão. Em 2009, a razão era 4 (quatro) demissões para 2 (duas) suspensões. Em 2010, a razão era 11 (onze) demissões para 4 (quatro) suspensões.

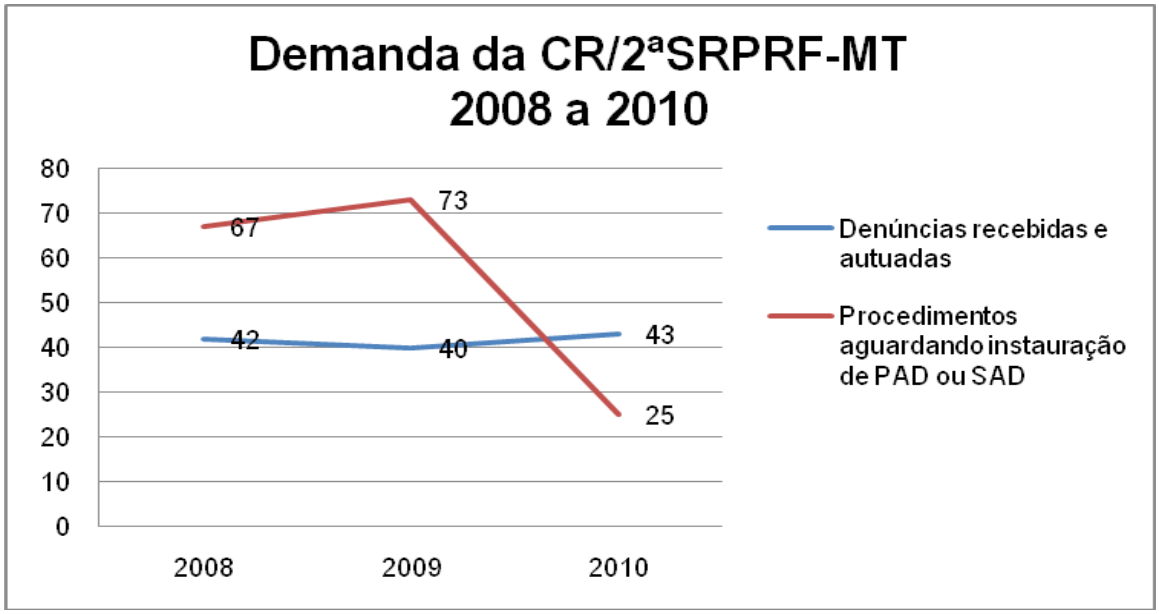


FIG. II – Progresso das demandas da CR/2ªSRPRF-MT – triênio 2008, 2009 e 2010.

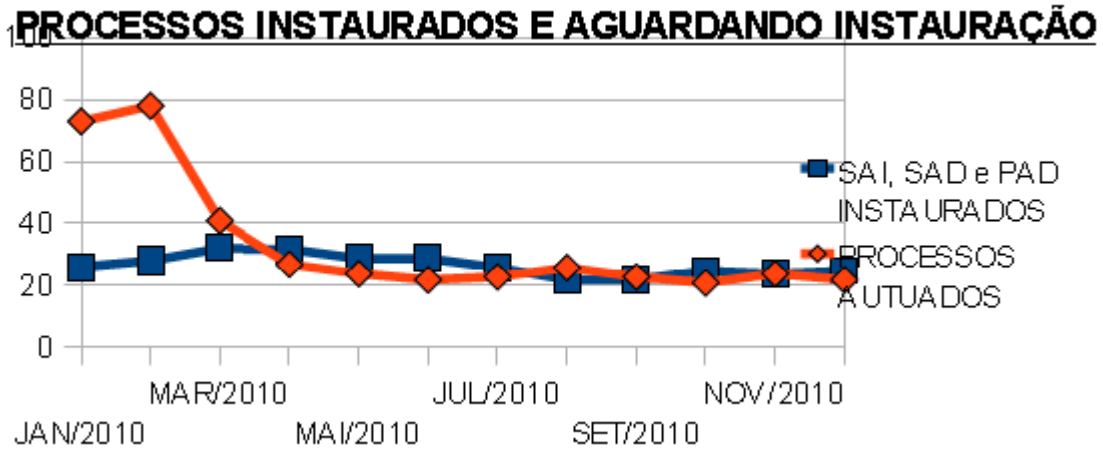


FIG. III – Demandas da CR/2ªSRPRF-MT – Fevereiro a Dezembro de 2010.

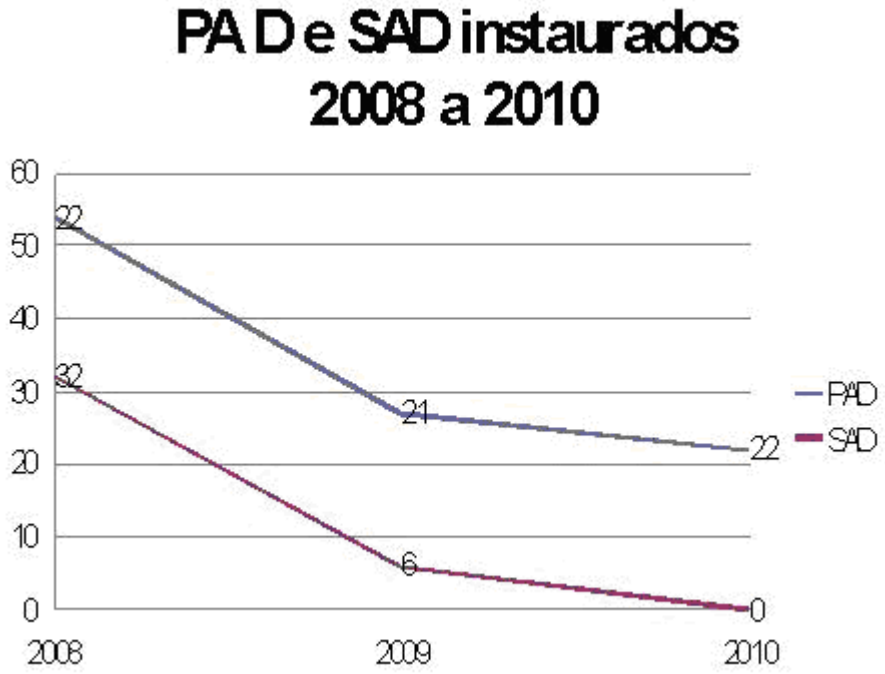


FIG. IV – Progresso de procedimentos disciplinares – triênio 2008, 2009 e 2010.

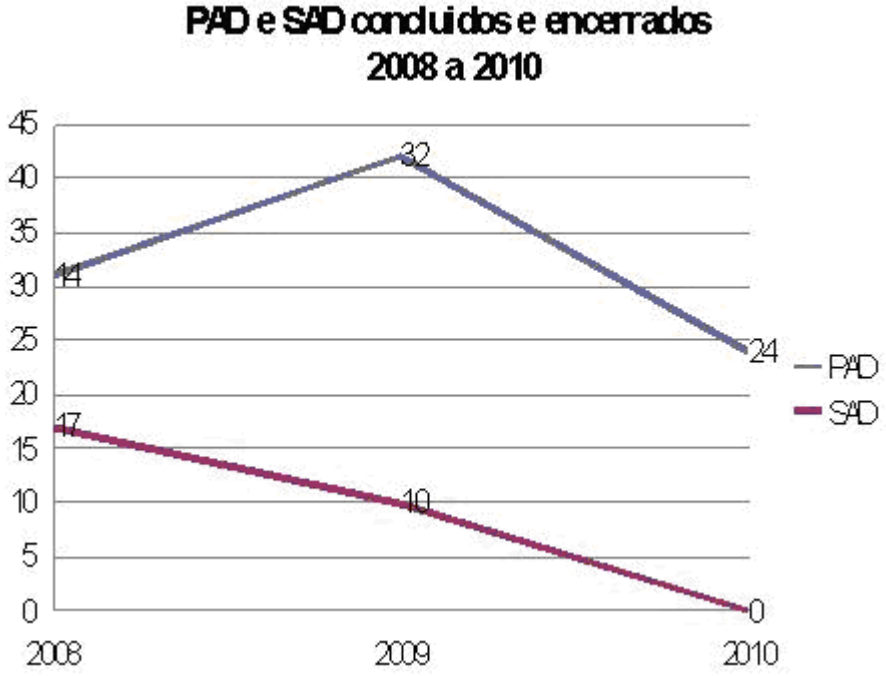


FIG. V – Progresso de procedimentos disciplinares encerrados – triênio 2008, 2009 e 2010.

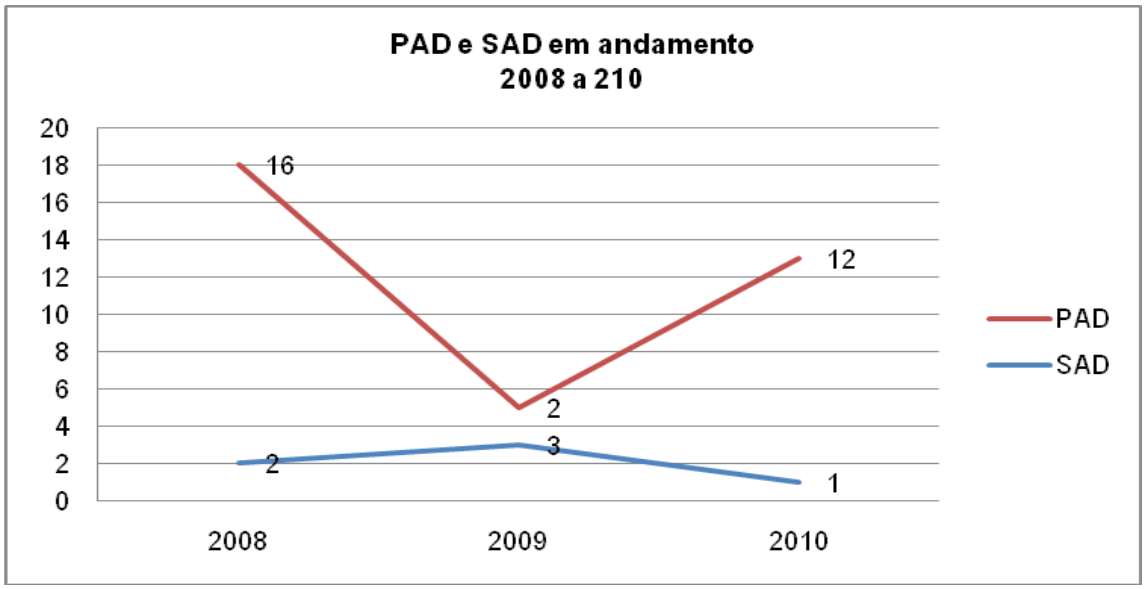


FIG. VI – Progresso de procedimentos disciplinares em andamentos – triênio 2008, 2009 e 2010.

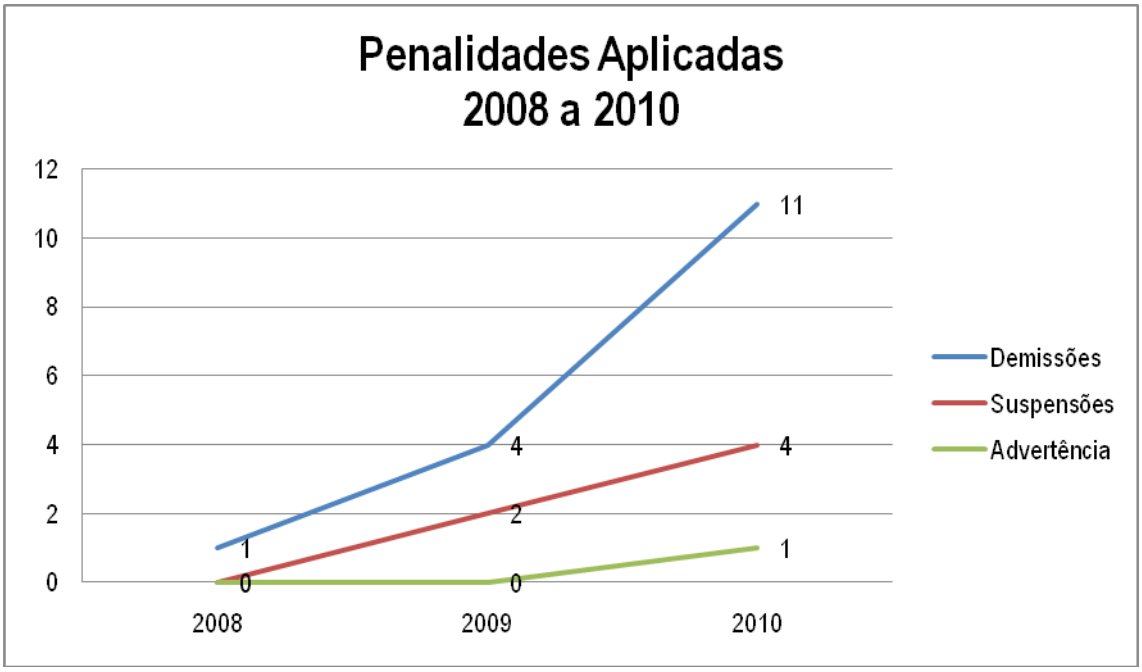


FIG. VII– Evolução das penalidades disciplinares – triênio 2008, 2009 e 2010.

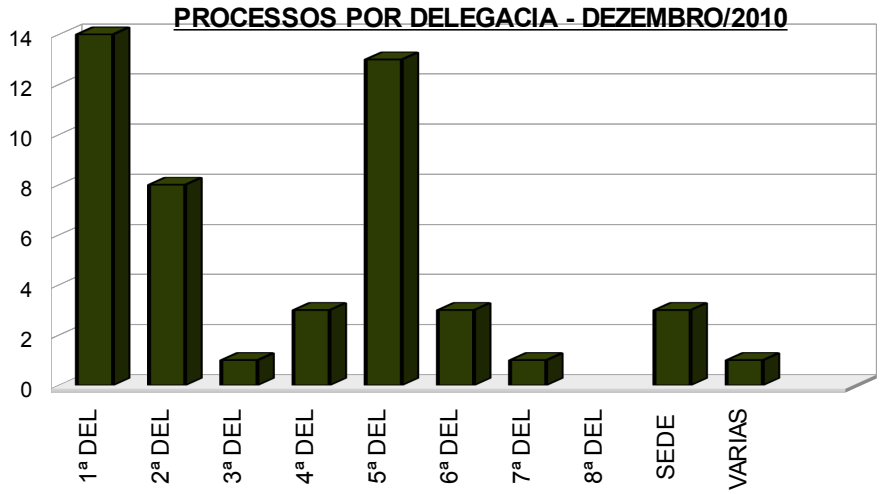


FIG. VIII– Evolução das demandas disciplinares por delegacias no ano 2010.

A conclusão que se tem, é que a penalidade de advertência e suspensão reduziram. Todavia, a técnica demonstra que ainda não houve o estrangulamento das infrações de menor potencial. A falta de zelo e cuidado com os materiais do serviço, erro de digitação e/ou cancelamento de Auto de Infrações e outros, está em primeiro lugar nas demandas processuais, em **segundo, está a falta de urbanidade e abuso de autoridade.** A concussão e corrupção são casos isolados, mas é o que reflete maior índice de penalidades. Vide os dados nos gráficos abaixo:

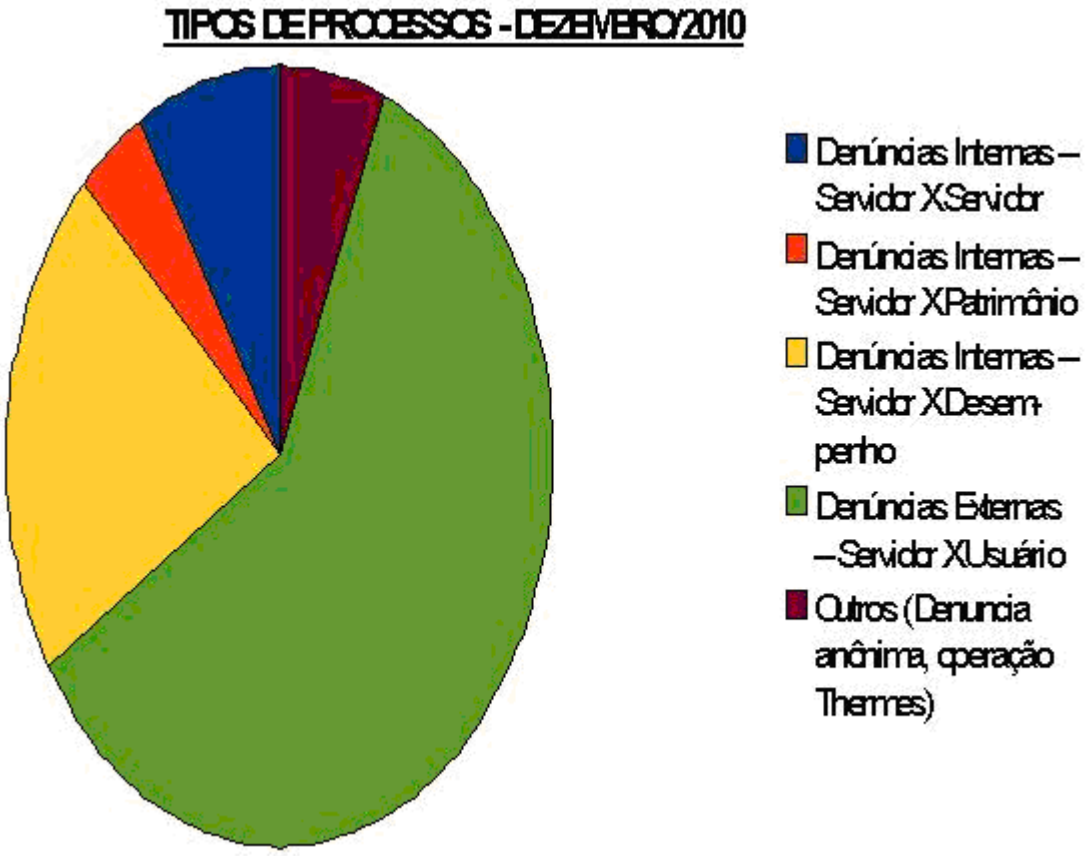


FIG. IX– Tipos de demandas disciplinares - ano 2010.

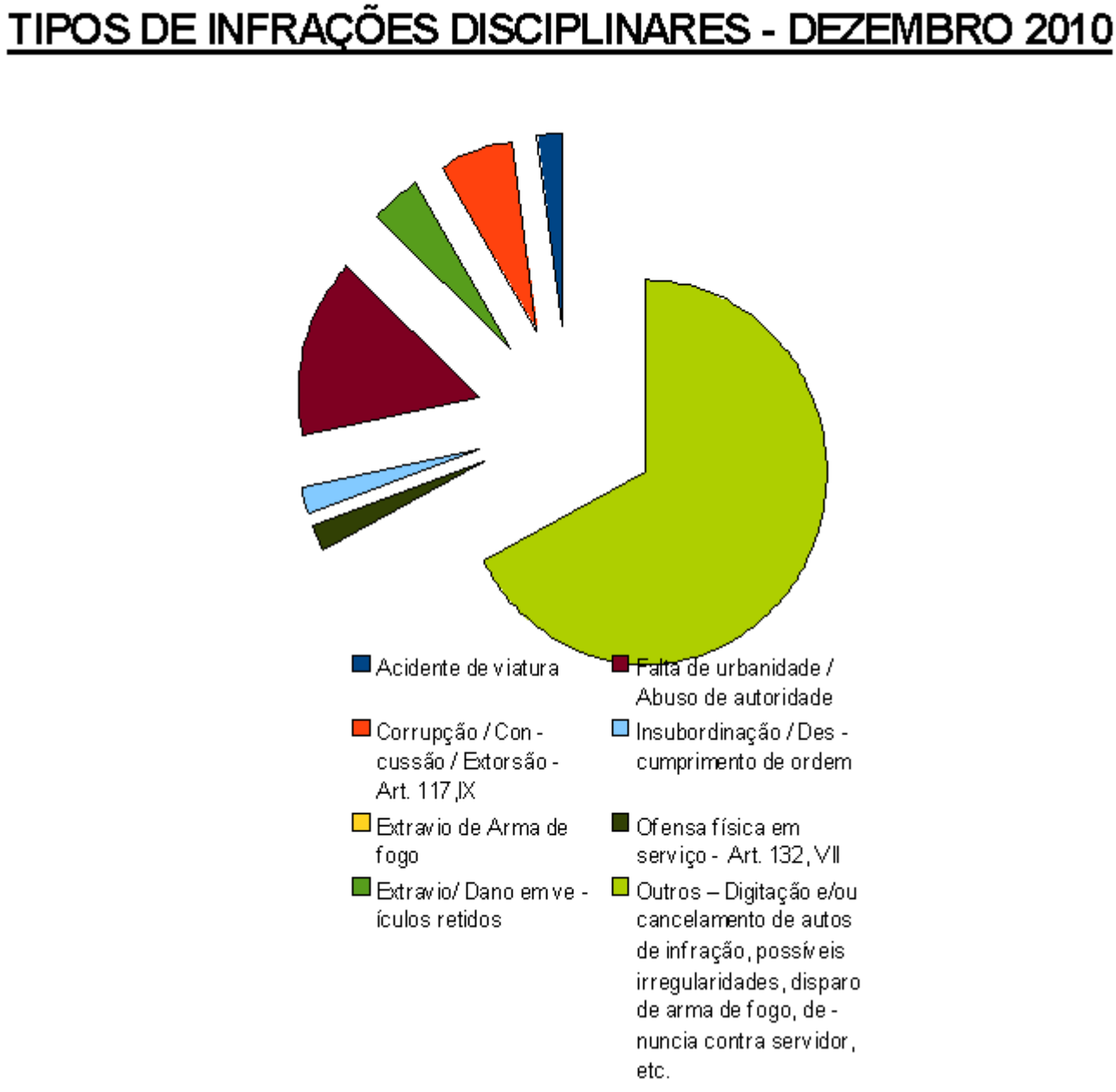


FIG. X– Tipos de infrações - Ano 2010.

O gráfico acima alerta para uma crescente demanda de infração disciplinar – A FALTA DE URBANIDADE/ABUSO DE AUTORIDADE. Isto porque, conforme o gráfico, atualmente o fato gerador das demandas da corregedoria é a falta de zelo e cuidado com os materiais do serviço, erro de digitação e/ou cancelamento de Auto de Infrações e outros. Uma vez reduzido essas demandas, a

falta de urbanidade e abuso de autoridade será destaque no âmbito correcional. Por isso, os chefes de delegacias, seções e núcleos, devem avaliar suas atribuições, orientar e aconselhar seus administrados, visando agir preventivamente.

Em 2009 a suspensão de repasse dos recursos, foi um entrave na realização das atividades correicionais, todavia, em 2010, a situação foi mais favorável e a Corregedoria Geral **liberou recursos suficientes** para que pudéssemos custear os trabalhos correicionais, tais como, realização do Acompanhamento Gerencial de Serviço nos postos e delegacias PRFs, trabalhos de investigações preliminares e apuração de processos administrativos realizadas por membros de comissões regionais e de outras regionais, o que exigiu maior atenção da Corregedoria Regional para proporcionar apoio logístico e técnico, assim os objetivos foram concretizados. Procuramos tecer comparativos com planilhas e gráficos dos recursos que foram liberados à Corregedoria Regional da 2ªSRPRF-MT, no período de 2007, 2008, 2009 e 2010, conforme segue abaixo:

COMPARATIVO DE RECURSOS LIBERADO À CORREGEDORIA REGIONAL DA 2ª SRPRF-MT					
QUADRIÊNIO: 2007, 2008, 2009 e 2010					
	Valores Repassados	**Diárias**	**Passagens Aéreas**	**Valores Devolvidos**	**Valores Executados**
2007	R$ 31.188,80	R$ 28.522,85	R$ 2.665,95	R$ 2.852,22	R$ 28.336,66
2008	R$ 23.124,48	R$ 23.124,48	R$ 0,00	R$ 882,09	R$ 23.124,57
2009	R$ 50.833,37	R$ 42.279,09	R$ 8.554,28	R$ 92,41	R$ 42.279,09
2010	R$ 55.477,40	R$ 52.937,92	R$ 1.684,70	R$ 854,78	R$ 54.622.62
Total	R$ 160.624,05	R$ 146.864,34	R$ 12.904,93	R$ 4.681,50	R$ 148.362,94

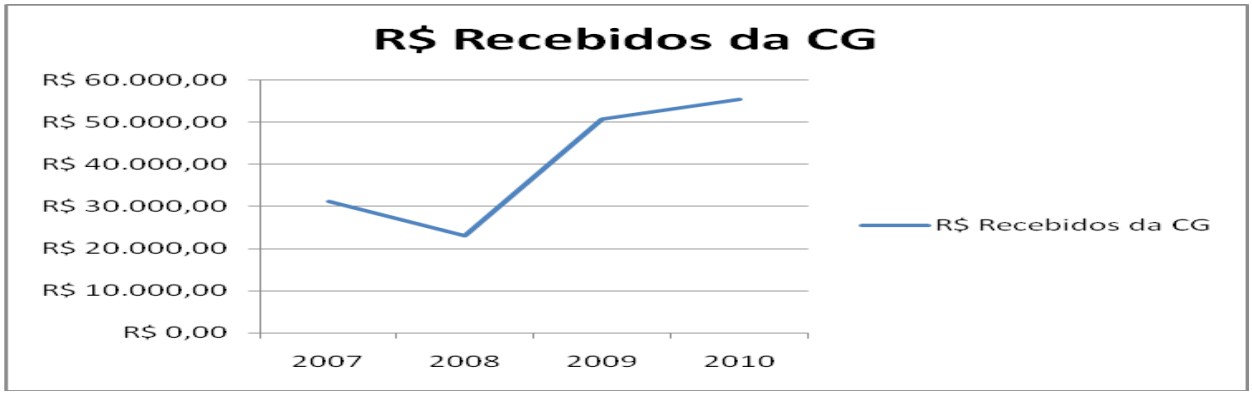


FIG. XVI – Valores recebidos da Corregedoria Geral - quadriênio 2007 a 2010.

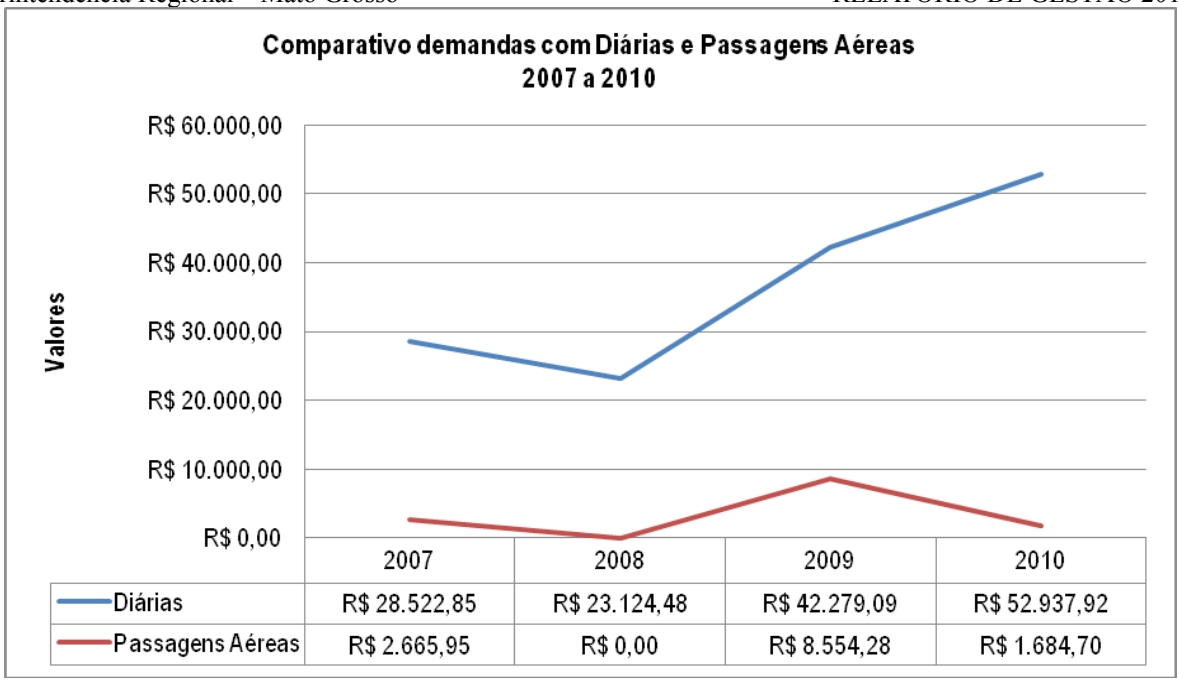


FIG. XVIII – comparativos das principais despesas - quadriênio 2007 a 2010.

- **Níveis salariais**

Policial Rodoviário Federal			
Nível Superior - 1/Jul/10			
Classe	**Padrão**	**Subsídio (R$)**	**Subsídio Aposentado (R$)**
Inspetor	III	10.544,14	10.544,14
	II	10.237,03	10.237,03
	I	9.938,87	9.938,87
Agente Especial	VI	9.376,29	9.376,29
	V	9.103,19	9.103,19
	IV	8.838,05	8.838,05
	III	8.580,63	8.580,63
	II	8.330,71	8.330,71
	I	8.088,07	8.088,07
Agente Operacional	VI	7.443,29	7.443,29
	V	7.369,60	7.369,60
	IV	7.296,63	7.296,63
	III	7.224,39	7.224,39
	II	7.152,86	7.152,86
	I	7.082,04	7.082,04
Agente	I	5.804,95	5.804,95

Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (Quadro de Pessoal do Departamento de Polícia rodoviária Federal)												
Nível Auxiliar - Junho de 2009												
Classe	Padrão	Vencimento Básico	GEAA PRF	CDATPRF		ATIVO (R$)	Total (R$)	DGATPRF	Aposentado Total (em R$)	GDATPRF R$ (ponto)	Pontos Ativos Art.158	Valor Aposentados (R$)
				80 pts	100 pts	80 pts	100 pts	50 pts	50 pts			
		A	B	C	D	E=(A+B+C)	F=(A+B+D)	G	H=(A+B+G)			
	III	1660,84	140,00	318,40	398,00	2.119,24	2.189,84	199,00	1.999,84	3,9800	80	199,00
Especial	II	1657,64	139,00	315,56	394,45	2.112,20	2.191,09	197,23	1.993,87	3,9445	80	197,23
	I	1654,45	138,00	312,74	390,93	2.105,19	2.183,38	195,47	1.987,92	3,9093	80	195,47

6. Transferências

6.1. Transferências efetuadas no exercício

Inexiste tal situação no âmbito do DPRF

7. Funcionamento do sistema de controle interno

7.1. Estrutura de controles internos da UJ

QUADRO A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ					
Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1.Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2.Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3.A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4.Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5.Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6.Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos		X			

diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					
7.As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8.Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9.Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as			X		

direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					
Monitoramento	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		**X**			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		**X**			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			**X**		

Considerações gerais: Essa UJ não possui um Sistema de Controle Interno. Tal controle somente encontra-se estruturado no âmbito do Ministério da Justiça, Unidade a qual esta UJ é subordinada.
Inobstante, foi criado o Grupo de Acompanhamento de Auditoria e Fiscalização que tem acompanhado as demandas oriundas do TCU e CGU, ainda que de forma incipiente e não concentrada.
Cabe ressaltar que a alta Administração deste DPRF tem se envidado esforços no sentido de dotar a Instituição de uma área de assessoramento de controle interno, conforme Projeto de reestruturação do DPRF processo atualmente sob análise da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e posterior encaminhamento à Casa Civil.

LEGENDA
Níveis de Avaliação:
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

8. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

QUADRO A.10.1 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS					
Aspectos sobre a gestão ambiental Avaliação	**Avaliação**				
Licitações Sustentáveis	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. · Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? Para o contrato pregão 17/2010, cujo objeto era contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de limpeza, asseio e conservação, com fornecimento de toda mão-de-obra, materiais e equipamentos, nas dependências da Sede, Delegacias e Postos da 2ª SRPRF/MT, foi inserido no item 14 do Anexo I do edital as "obrigações e responsabilidades específicas da contratada - boas práticas ambientais". Nessas cláusulas forma inseridos deveres para a contratada visando otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição.		**X**			
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		**X**			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			**X**		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de		**X**			

certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. · Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? Certificado Ambiental SFC- p					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). · Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	X				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). · Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? Foi adquirido 750 resmas de papel reciclado, pelo Pregão nº 08/2010, cujo órgão gerenciador foi a 19ª SR.PRF/PA e nossa unidade figurou como participante.		X			
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. · Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? Sim, no edital do Pregão nº 03/2010 / DPRF, figuramos como participante e adquirimos 10 veículos flex e 4 a diesel. Na licitação estava previsto no item 4.1 - Impacto Ambiental: "Os veículos a serem adquiridos pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal deverão estar de acordo com as resoluções atuais do CONAMA/MMA (Res. Nº 354/2004, 342/2003, 299/2002 e 297/2002) que regulamentam o controle de poluição de ar por veículos automotores." Além disso havia previsão para combustível flexível, aspirado, com injeção eletrônica.				X	
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). · Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				

9. Gestão do patrimônio imobiliário

9.1. Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.11.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO			
LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	Mato Grosso	16	16
	Município - Pontes e Lacerda	1	1
	Município - Alto Garças	2	2
	Município - Barra do Garças	1	1
	Município - Cáceres	1	1
	Município - Cuiabá	1	1
	Município - Diamantino	1	1
	Município - Itiquira	1	1
	Município - Poconé	1	1
	Município - Rondonópolis	1	1
	Município - Santo Antônio do Leverger	1	1
	Município - Água Boa	1	1
	Município - Campo Verde	1	1
	Município - Primavera do Leste	1	1
	Município - Itaúba	1	1

	Município - Sorriso	1	1
Subtotal - Brasil		**16**	**16**
EXTERIOR	**0**	**0**	**0**
Subtotal - Exterior		**0**	**0**
Total (Brasil + Exterior)		**16**	**16**

QUADRO A.11.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIRO		
LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
	EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
Não existe imóveis locados de terceiros pela 2ª SRPRF/MT no final dos exercícios de 2009 e 2010, contemplando a localização geográfica dos bens locados no Brasil e no exterior.		

QUADRO A.11.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Regime	Estado de conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel (R$)	Instalações (R$)
200120	8999 00009.500-1	4	3	R$ 132.035,26	21/05/2007	R$ 132.035,26	0,00	1.590,00
200120	9007.00037.500-0	4	6	R$ 62.818,57	21/05/2007	R$ 62.818,57	0,00	3.600,00
200120	9007.00038.500-6	4	3	R$ 71.475,00	21/05/2007	R$ 71.475,00	0,00	0,00
200120	9035.00020.500-3	4	3	R$ 121.909,70	21/05/2007	R$ 121.909,70	0,00	0,00
200120	9047.00143.500-6	4	4	R$ 88.753,48	21/05/2007	R$ 88.753,48	0,00	0,00
200120	9067.00229.500-8	4	3	R$ 186.916,93	21/05/2007	R$ 186.916,93	0,00	0,00
200120	9069.00023.500-4	12	1	R$ 149.239,51	21/05/2007	R$ 149.239,51	0,00	0,00
200120	9091.00002.500-6	4	3	R$ 68.744,27	21/05/2007	R$ 68.744,27	0,00	0,00
200120	9129.00014.500-2	4	6	R$ 17.828,04	21/05/2007	R$ 17.828,04	0,00	0,00
200120	9151.00048.500-4	4	3	R$ 204.508,14	21/05/2007	R$ 204.508,14	0,00	0,00
200120	9155.00005.500-2	4	3	R$ 93.612,20	21/05/2007	R$ 93.612,20	0,00	0,00
200120	9191.00006.500-4	12	3	R$ 64.711,43	21/05/2007	R$ 64.711,43	0,00	0,00
200120	9979.00002.500-1	12	4	R$ 61.281,84	21/05/2007	R$ 61.281,84	0,00	0,00
200120	9871.00002.500-2	12	3	R$ 60.123,06	21/05/2007	R$ 60.123,06	0,00	0,00
200120	9901.00031.500-6	12	3	R$ 76.675,13	21/05/2007	R$ 76.675,13	0,00	0,00
200120	9907.00006.500-9	12	1	R$ 148.293,39	21/05/2007	R$ 148.293,39	0,00	0,00
TOTAL (R$)							0,00	5.190,00

Fonte: SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União.

10. Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO A.12.1 – GESTÃO DE TI					
Quesitos a serem avaliados	**Avaliação**				
Planejamento	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					**X**
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.		**X**			
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.				**X**	
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	**02**				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	**X**				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.				**X**	
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.			**X**		
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				**X**	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.				**X**	
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.			**X**		
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					**X**
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	**35,00%**				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					**X**
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.			**X**		
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?			**X**		
Considerações Gerais:					

LEGENDA

Níveis de avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

Fonte: **NUTEL/2ª SRPRF/MT**

11. Renúncias Tributárias

De acordo com o art. 14, § 1º, da Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o termo renúncia de receitas compreende a concessão, prorrogação ou ampliação de anistia, remissão, subsídio de natureza tributária, financeira, ou creditícia, crédito presumido, isenção em caráter não geral, redução discriminada de alíquota ou de base de cálculo relativas a impostos, taxas ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado. Tal situação inexiste na 2ª SRPRF/MT.

12. Deliberações dos Órgãos de Controle

12.1. Deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
2ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					002824
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
1	012.591/2008 - 0	6444 - 40/2009-PL/1	**1.5**	**DE**	OFÍCIO Nº 201/2010 TCU/SECEX-MT
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					**Código SIORG**
2ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					002824
Descrição da Deliberação:					
1.5.1.2 – envide, caso ainda não o tenha feito, esforços, se necessário em conjunto com o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, no sentido de instituir, em curto prazo, a Junta Administrativa de Recursos a Infrações no Estado de Mato Grosso, de forma a evitar prescrição de processos cujo exame é atribuição do órgão, propiciando o exercício das competências fixadas no art. 17 da lei nº 9.503/1997; 1.5.1.3 – busque orientações acerca do tratamento a ser dispensado aos processos prescritos junto à Divisão de Multas e Penalidades, visando a evitar a interpretação equivocada da legislação, bem como a garantir a uniformidade de procedimentos pelas Superintendências e Distritos Regionais.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					**Código SIORG**
2ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					002824
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Durante o exercício de 2010, mais precisamente nos meses de fevereiro e março, foram nomeados dois novos servidores membros da JARI, para substituir os membros anteriores, representantes do DPRF por meio da Portaria nº. 25 de 25/04/2010 publicada no D.O.U. em 19/04/2010. Em maio, através de contrato de estágio, a Junta recebeu uma estagiária para o período vespertino, das 14 às 18h, que exerceu suas funções de auxílio à secretaria até o dia 09 de dezembro. Em setembro foi lotado mais um servidor para exercer suas funções na secretaria da JARI.					

As reuniões para julgamento dos processos relatados ocorreram ao menos duas vezes no mês, de acordo com a disponibilidade dos membros não vinculados ao DPRF.
Os processos passaram a ser analisados desde o seu recebimento e cadastramento, onde no primeiro momento se verificava os pressupostos de admissibilidade para que fossem colocados na pauta de julgamento.

Os processos já cadastrados, aguardando julgamento, foram divididos em dois grupos. O primeiro formado pelos processos que não eram alcançados pela prescrição intercorrente. O segundo por aqueles já prescritos.

Esse mecanismo possibilitou à JARI fazer com que se aproximasse de 0% o número de processos que viriam a prescrever pela ausência de movimentação no prazo de 03 anos e a julgar 59,8% dos processos que deram entrada em 2010.

Síntese dos resultados obtidos

Um plano emergencial se fazia necessário diante da delicada situação em que se encontrava esta JARI, em razão do acúmulo de processos aguardando julgamento, que totalizavam 6.728 (seis mil setecentos e vinte e oito), protocolizados no período de 2001 a 2009.

Deste total, 792 procedimentos se referiam à matéria de fiscalização de produtos perigosos e aguardavam solução técnica e orientação da Divisão de Multas e Penalidades-DMP/DPRF, conforme discriminado no RG/2009. Essas providências foram tomadas no período de abril a junho, no qual seguimos a orientação de encaminhá-los para a Divisão de Multas e Penalidades do Departamento de Polícia Rodoviária Federal .

O planejamento se baseou na recuperação dos processos com prazos para análise próximos a vencer, evitando a prescrição e a consequente perda de receita potencial. Foram analisados e julgados 2.650 processos, dos 6.429 cadastrados de 2002 até 31 de dezembro de 2010 (5.936 até 2009 e 493 em 2010), o que representa 41,22%.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Durante o ano de referência, o primeiro semestre foi marcado pela manutenção do sistema SISCOM que permite acompanhar todo o histórico do Auto de Infração, possibilitando a verificação das expedições e entregas das Notificações de Autuação e de Penalidade por parte do DPRF/MJ. Este episódio dificultou a análise prévia dos pressupostos de admissibilidade, a legitimidade e a tempestividade.

Grande dificuldade foi a forma como eram autuados os processos mais antigos para envio à JARI. Na grande maioria não havia o histórico do Auto de Infração e outros tantos não estavam nem sequer com a cópia do Auto a ser analisado. Ainda haviam aqueles processos não cadastrados no sistema de protocolo ou no sistema da JARI.

Mas o ponto mais crítico para o funcionamento da JARI foi a não contratação de um funcionário terceirizado que cumprisse o expediente integral para a execução das tarefas inerentes à secretaria. A contratação de estagiária (o) é um paliativo que não supre as necessidades da demanda.

ANEXO I

B. PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010
INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA EXECUTIVA
DIRETORIA DE PROGRAMA
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
DECLARAÇÃO COM RESSALVA	
Denominação completa (UJ):	**Código da UG:**
2ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/MT	200120

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO** no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI, dentre as quais, as seguintes:

a) Falta de registro da depreciação dos bens móveis adquiridos no exercício de 2010, em desacordo com a Macrofunção Siafi 02.30.30 – Reavaliações, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Direta da União, Autarquias e Fundações;
b) Falta de registro da Conformidade dos Registros de Gestão.

Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:

- A verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;
- O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e
- A análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Brasília-DF	**Data**	09 de março de 2011
Contador Responsável	José Carlos Gomes	**CRC nº**	DF 9.261/O-7

José Carlos Gomes
CCONT/PROG/SE/MJ
Coordenador

Endereço: Esplanada dos Ministérios – Bloco T – Anexo II – Salas 527 e 529 - Brasília - DF – CEP 70.064-900
Telefone: (0xx61) 2025-9163 - Fax: (0xx61) 2025-9316